

# Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 6 • Número 1 • Janeiro - Junho 2014

Latinidade - Janeiro-Junho - 2014



## DÔSSIE

Processos Identitários - símbolos e exclusão

## RESENHA

Livro Posada: mito y mitote. La caricatura política de José Guadalupe Posada y Manuel Alfonso Manilla

ISSN 1983-5086

# Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 6 • Número 1 • Janeiro-Junho 2014



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### **Reitor**

Ricardo Veiralves de Castro

### **Vice-reitor**

Paulo Roberto Volpato Dias

### **Sub-reitora de Graduação – SR1**

Lená Medeiros de Menezes

### **Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2**

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

### **Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3**

Regina Lúcia Monteiro Henriques

### **Centro de Ciências Sociais - CCS**

#### **Diretor**

Léo da Rocha Ferreira

### **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH**

#### **Diretora**

Dirce Eleonora Nigro Solis

### **Faculdade de Direito**

#### **Diretor**

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

### **Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS**

#### **Coordenadores**

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda

### CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357      Latinidade. - Janeiro-Junho (2014) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .  
v. : il.  
198p.  
Semestral.  
Inclui bibliografia.  
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)



## Linha Editorial

A Revista *Latinidade* é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e indexada no Latindex. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e um número Especial anual.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho – GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa – GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia e Relações Internacionais.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha o que, além de complementar a proposta acadêmica, garante rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ.



**Editor Responsável:**

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

**Conselho Editorial:**

Alexis T. Dantas – UERJ

Carlos Juárez Centeno-Universidad Nacional de Córdoba/AR

Dejan Mihailovic –TEC/Monterrey/México

Katarzyna Dembicz – CESLA/Universidad de Varsóvia/Polonia

Lená Medeiros de Menezes-UERJ

Maria Luzia Landim-UESB/Jequié

Mauricio Mota-UERJ

Nilson Alves de Moraes-UNIRIO

Tatyana de A. Maia-USS

Zdzislaw Malczewskis-Scr. – Paraná

Eduardo Antonio Parga – UGF

Fernando Rodrigues - USS

Alexandre Dumans – UCAM

Maria Medianeira Padoin – UFSM

Marianna Abramova – Universidad Estatal Lomonósov de Moscú (Facultad de Ciencias Políticas)

Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscou

Adalberto Santana – UNAM/ME

Irina Vershinina – Instituto Latinoamérica de ACR

Henrique Shaw – Universidad Nacional de Córdoba/AR

**Programação Visual:**

Ramon Moraes

**Revisão:**

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

**Conselho Consultivo:**

Raimundo Lopes Matos – UESB/Jequié

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC



**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC)



**Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**

## Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>7</b>
<b>DOSSIÊ:</b>	
<b>Processos Identitários - símbolos e exclusão .....</b>	<b>9</b>
<i>Por. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos</i>	
<b>RESENHA:</b>	
<b>BARAJAS DURÁN, Rafael. Posada: mito y mitote. La caricatura política de José Guadalupe Posada y Manuel Alfonso Manilla. México: FCE, 2009 .....</b>	<b>13</b>
<i>Camila Pôrto de Aguiar</i>	
<b>As Américas em Darcy Ribeiro: descolonização e pós-colonial ....</b>	<b>17</b>
<i>Adelia Migliovich-Ribeiro</i>	
<b>João Goulart e a História .....</b>	<b>37</b>
<i>Ana Paula Marino de Sant'Anna Reis, Oswaldo Munteal</i>	
<b>Transformações e vivências na região portuário do Estado do Rio de Janeiro .....</b>	<b>47</b>
<i>Fernando Sérgio Dumas dos Santos</i>	
<b>A origem da crise financeira americana: Uma abordagem heterodoxa .....</b>	<b>71</b>
<i>Hawa Diawara</i>	
<b>Mujer y nación barroca: una breve lectura de Manuela de Eugenio Díaz .....</b>	<b>93</b>
<i>Laura Sánchez Guerra, Armando Camacho Álvarez</i>	
<b>O projeto pan-americano de Simón Bolívar: instituições, desafios e repercussões. ....</b>	<b>105</b>
<i>Leandro Gavião</i>	

<b>Os Territórios de Paz e a perspectiva de uma Segurança Cidadã no Brasil .....</b>	<b>119</b>
<i>Lívio Silva de Oliveira</i>	
<b>A Serra e a Planície - as 'faces' da questão étnica na Bolívia ....</b>	<b>141</b>
<i>Mauro Marcos Farias da Conceição</i>	
<b>Pátria ou Morte: O pensamento Martiniano e o Nacionalismo Revolucionário na América Latina .....</b>	<b>155</b>
<i>Robson Reinaldo de Almeida Vieira</i>	
<b>Educação no século XXI: repensando o direito à educação e à permanência na escola .....</b>	<b>171</b>
<i>Sonia Regina Thiago Bastos</i>	
<b><i>La serpiente de oro: un retrato de la vida en la Amazonía Andina .....</i></b>	<b>185</b>
<i>Ximena Antonia Diaz Merino</i>	
<b>Normas Editoriais .....</b>	<b>197</b>

## Apresentação

A Revista Latinidade referente ao primeiro semestre de 2014 reúne artigos sobre a América Latina, o dossiê *Processos Identitários e considerações conceituais*, além da resenha crítica referente a José Guadalupe Posada y Manuel Alfonso Manilla. É uma publicação semestral, impressa e *on line*, que visa divulgar a produção dos estudiosos latinoamericanistas, objetivando atualizar o saber e o conhecimento sobre questões relevantes da América Latina e suas relações com o mundo contemporâneo.

Os autores são pesquisadores, professores e alunos da UERJ, de instituições de outros estados do país e do exterior que mantêm convênio com o NUCLEAS. Os textos destacam a profundidade epistemológica e o caráter pluricultural dos assuntos sobre as sociedades americanas.

O dossiê *Processos Identitários – Considerações conceituais* desenvolve análises relevantes sobre a temática e mostra o fenômeno identitário como elemento integrante das diversas identidades culturais produzidas determinada região, em que predomina o sentimento de pertencimento desse mesmo espaço geográfico, socioeconômico, linguístico e cultural.

A resenha faz parte dos estudos de Camila Pôrto de Aguiar sobre a caricatura política de *José Guadalupe Posada y Manuel Alfonso Manilla*, um dos artistas mais celebrados do México. Após sua morte, as obras de Posada tornaram-se objeto de constantes homenagens, exposições e estudos.

*Maria Teresa Toribio Brittes Lemos*



## Dôssie

### Processos Identitários - símbolos e exclusão

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

O dossiê *Processos Identitários - considerações conceituais* apresenta o fenômeno identitário como elemento integrante das diversas identidades culturais existentes e produzidas numa determinada região, em que predomina o sentimento de pertencimento desse mesmo espaço geográfico, socioeconômico, linguístico e cultural. Deve-se destacar que a identidade começa a se manifestar no momento em que se percebe a diferença.

A identidade não é uma unicidade, mas um sentimento de riqueza e afeto diante da consciência de que cada país deste vasto continente é, a um só tempo, multiétnico e pluricultural. É um fenômeno cultural que produz uma unidade na diversidade, uma integração tanto das identidades como das sociedades, mas não permite a existência de uma cultura única (Moraes. 2009).

Essa preocupação se evidencia na análise de Stuart Hall (2002) sobre a *identidade cultural na Posmodernidade*, em avalia problemas a respeito da “crise de identidade”. Hall procura solução para essa inquietação epistemológica, aponta questões vinculadas às concepções de identidade do sujeito no iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidades da razão, de consciência e de ação, “cujo centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia [...]o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”. (Hall.2002, p.10)

O sujeito sociológico reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do sujeito não é *autônomo e autosuficiente*, mas formado na relação com outras *pessoas importantes para ele*, isto é a “identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade (idem, p.11). Hall assinala que esses argumentos estão se alterando, pois o “sujeito previamente vivido como sendo uma identidade unificada e estável, está se

tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (idem,p.12).

Segundo Hall, esse processo produz o sujeito-pósmoderno, despossuído de identidade fixa, essencial ou permanente, formada e transformada em relação aos sistemas culturais que rodeiam (idem, p.13). E conclui que as sociedades da modernidade tardia “são caracterizadas pelas “diferenças”, atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições do sujeito”, isto é, identidades –para os indivíduos” (ibidem, p.13)

Assim, pode-se inferir que a identidade é marcada por meio de símbolos e a diferença é sustentada por meio da exclusão<sup>1</sup>, portanto as identidades não são unificadas e as contradições no seu interior precisam ser negociadas. Nesse contexto, entende-se porque as pessoas assumem e se identificam com suas posições identificadas <sup>2</sup>, considerando que os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. As identidades são contestadas e muitas vezes precisam ser reconstruídas (Woodward. 2000).<sup>3</sup>

A América Latina é um lugar social com espaços identitários preenchidos por símbolos e significados diferentes entre os povos locais, que demonstram a “domesticação” simbólica, relacional e produtiva de um continente que desconsiderava a lógica histórica e cultural européia. Assim, permitiu que fossem produzidas marcas para constituir e reconstituir o *novο continente* para os locais, que estavam em outros continentes ou falavam de um lugar diferente do latino-americano.

Em relação a essa questão, Manuel Castells (2001) focaliza a identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado”.<sup>4</sup> De acordo com essa abordagem, é compreensível que um indivíduo possa adotar identidades múltiplas, bem como essa pluralidade, que consiste numa “fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social” (idem, p.22). E alerta para a necessidade de se estabelecer distinção entre identidade, papéis e conjunto de papéis.

Para Castells, as “identidades constituem fontes de significado para os próprios indivíduos ou grupos sociais originadas por eles, e construídas por meio de um processo de individuação” (ibidem).

Outro aspecto a ser considerado indica a possibilidade de se construir identidades formadas a partir de instituições dominantes, especialmente quando os grupos sociais as internalizam. As identidades são fontes significativas para esclarecer o significado dos papéis e o processo de autoconstrução e individualização que as envolvem (ibidem), donde se conclui que as identidades organizam significados, enquanto os papéis organizam funções.

Elemento essencial para a compreensão do processo identitário é o conceito de *significado*, definido por Castells como identificação simbólica, por parte do indivíduo ou grupo social, da finalidade da ação praticada por ele. O significado se organiza em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço (ibidem).

A partir desse enfoque, a identidade é compreendida por uma série de operações e não se reduz a um conjunto de traços fixos, como essência de uma etnia, de uma nação ou pelas maneiras que grupos e religiões estáveis se imaginam e constroem relatos sobre a sua origem e desenvolvimento. Também não diz respeito como cada membro ou grupo se apropria, modifica e expressa os repertórios de bens e mensagens disponíveis nos circuitos e relações transnacionais e regionais, gerando novas formas de segmentação.

A identidade social deve ser relacionada à pela capacidade de compreensão, de atuação, e pela percepção de que as pessoas de um determinado grupo social têm a respeito de si mesmas, de seus grupos de referência e pelas orientações que imprimem à sua vida. A identidade social envolve também as experiências e a consciência do pertencimento a um determinado coletivo humano. Dessa forma, compartilha e manipula um referencial social e humano comum. A identidade social ou individual está profundamente imbricada.

O estudo da identidade ganha sentido estratégico numa conjuntura de intensas e tensas mudanças sociais. O debate sobre identidade só será considerado em sua complexidade como parte de mudanças nos conceitos e modos de produzir e sentir a nação e o território.

O processo de exclusão decorrente do modelo social e produtivo de colonização permitiu que a questão da identidade cultural ressurgisse, na segunda metade do século XX, como estratégia discursiva e social de resistência à globalização, revelando possibilidades e a capacidade de organização e mobilização dos grupos locais. Em uma conjuntura orientada pelos valores e interesses dos projetos identificados com a lógica da glo-

balização, a identidade cultural aponta um novo contexto, que se expressa na idéia de um mundo sem fronteiras.

Movimentos e contextos internacionais que modificam as forças internas têm determinado a identidade cultural na América Latina. Os processos sociais e culturais regionais enfatizam a resistência à dominação externa e a imposição dos seus valores, hábitos e modos. A importância da diferença e do pluralismo faz parte de processos sociais como mestiçagem e hibridismo, condição essencial dessa identidade que se recusa a ser subordinada.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Woodward, Kathryn, *A identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, p.9, RJ, Vozes, 2000.
- <sup>2</sup> Idem, p. 11.
- <sup>3</sup> Ibidem
- <sup>4</sup> Castells, Manuel. *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2001, p. 22.

## Resenha

Camila Pôrto de Aguiar – Mestrado PPGH/UERJ

BARAJAS DURÁN, RAFAEL. POSADA: MITO Y MITOTE. LA CARICATURA POLÍTICA DE JOSÉ GUADALUPE POSADA Y MANUEL ALFONSO MANILLA. MÉXICO: FCE, 2009.

José Guadalupe Posada é um dos artistas mais celebrados do México. Após sua morte, em 1913, suas obras motivaram constantes homenagens, exposições e estudos. Entre os diversos trabalhos sobre esse caricaturista mexicano destaca-se a obra de Rafael Barajas Durán.

Escritor e também caricaturista, Barajas Durán escreveu sobre o papel da caricatura na história do México e, além disso, publicou com outros caricaturistas a revista *El Chamuco y los hijos del Averno*. Para ele, os artistas que resgataram a imagem de Posada após a Revolução Mexicana criaram um mito, colocando-o como crítico e opositor de Porfirio Díaz.

No primeiro capítulo, intitulado *El mito y los mitoteros*, Barajas Durán reconstrói a biografia política de José Guadalupe Posada. Durante décadas Posada foi descrito como um artista partidário da Revolução Mexicana. Porém, o autor constatou nos periódicos consultados que Posada não tinha trabalho com os irmãos Enrique Flores Magón, jornalistas anarquistas e revolucionários contrário, Posada era liberal e simpatizava com o governo de Porfirio Díaz, além de criticar as atuações de Zapata e Madero.

As ilustrações de Posada para *El Jicote* atacavam o Presidente Sebastian Lerdo de Tejada (1872-1876) e outros políticos e simpatizavam com o programa de Porfirio Díaz. O caricaturista entrou no mundo da arte, da política e do periodismo como editor de uma publicação porfirista de combate.

No México, os primeiros anos da década de 70 foram de conflito. O país tinha passado por uma sangrenta revolução de independência. Os confrontos entre liberais e conservadores se estendiam, além dos motins populares e tentativas de golpes de Estado.

O período entre a chegada de Lerdo ao poder e a consolidação de Porfirio Díaz foi considerado por Barradas Durán como o momento de esplendor da caricatura mexicana. Diversas publicações satíricas de com-

bate contribuíram para desprestigiar Sebastian Lerdo e frustrar a primeira tentativa de reeleição de Porfirio Díaz. Nessa época, nada foi registrado sobre a participação de Posada em publicações nacionais.

A partir de 1883, a “imprensa ilustrada recreativa ou de entretenimento” dedicada à classe dominante, passou a expor crônicas gráficas da vida cotidiana, os tipos característicos e seus costumes e os prazeres.

*La Pátria Ilustrada* (1888), publicação fundada por Irineo Paz, reuniu os artistas José Maria Villasana e Posadas. Ambos foram atuantes na imprensa satírica. *La Pátria Ilustrada* foi o projeto periodístico de um setor triunfante do Porfiriato, destacando-se os desenhistas e escritores satíricos que simpatizavam com o Governo de Díaz.

As publicações estavam voltadas para os setores dominantes e buscavam exaltar os valores, costumes e tradições do México, para, assim, fortalecer o Estado e “fazer” a Pátria.

Ao final da década de 1880, Irineo Paz apostou no talento de José Guadalupe Posada e o contratou para trabalhar em suas publicações. De acordo com Barajas Duran, foi significativa a colaboração de Posadas nos periódicos de apoio ao governo, especialmente entre o final de 1888 até a metade de 1890. Esses periódicos fomentavam o *costumbrismo*, com a intenção de fortalecer as imagens próprias do México desta época.

O último desenho assinado por José Guadalupe Posada para *La Pátria Ilustrada* foi publicado em 28 de abril de 1890, e tornou-se fundamental para o amadurecimento da sua caricatura. Naquele local de trabalho ele absorveu o estilo Villasana seu companheiro de redação, um dos mais refinados artistas da caricatura costumbrista mexicana. Para Barajas Durán, o estilo de ambos os artistas se aproximou tanto que, às vezes, ficou difícil distinguir a autoria de seus respectivos trabalhos.

Durante a conclusão do segundo capítulo Barajas Duran destacou *Las Calaveras*, um aspecto da obra de Posada que conferiu ao artista o reconhecimento internacional. Posada tratou as pessoas em forma de caveira, acompanhadas por versos satíricos. Assim ele mostrou como a morte aproximava os indivíduos e não as classes sociais.

Esse gênero artístico conquistou o povo, pois a cultura mexicana se relaciona com a morte, diferentemente da cultura ocidental cristã, predominante entre a classe dominante.

A morte nas obras de Posada foi representada em situações insólitas ou pouco comuns em relação a representações gerais dela. A diferença mais importante em comparação com outras culturas é que, nas gravuras de

Posada, a morte parece conviver com os mexicanos sem gerar maiores problemas.

Naquela época, a morte no México parecia gozar de um privilégio único que permitia que estivesse presente no cotidiano sem assustar ninguém.

No terceiro capítulo, intitulado *Posada y Manilla, vidas paralelas*, o autor compara a relação entre Posada e Porfírio. Barajas Duran justificou essa aproximação a partir do passado liberal de Porfírio Díaz, que o fez conquistar muitos simpatizantes, entre os quais o caricaturista.

Deve-se assinalar que, na década de 1890, era comum a aproximação com Porfírio Díaz e sua política de modernização do país com apoio de técnicos ao seu governo. Ser liberal era um avanço no final do século XIX, pois o liberalismo se destacava pelas formas de pensar dos donos de terra, voltados para práticas tradicionais e conservadoras.

O que leva os intelectuais a se afastarem de Porfírio Díaz foi sua política de desenraizamento dos camponeses, excluindo-os da terra e sua aproximação com os modelos norte-americanos.

Os confrontos urbanos e rurais no México no final do governo Díaz fragilizaram a imprensa. Os movimentos revolucionários penetraram nela e o México se dividiu em lutas urbanas e rurais, cada setor defendendo as liberdades de acordo com os interesses dos grupos sociais.

Barajas Durán tratou dessas mudanças políticas e ideológicas no capítulo *Posada y la prensa obrera de principios del siglo XX*, quando relacionou diversas fontes históricas através de diferentes periódicos nos quais encontra as publicações de José Guadalupe Posada como: *El periquillo Sarniento*, *El diablo bromista*, *Gil Blas Cómico*, entre outros.

As novas fontes documentais mostram o artista humanizado e voltado para aspectos sociais. Essa nova documentação permite relatos que mitificam Posada como artista revolucionário, principalmente pelas caricaturas que faz para a imprensa operária de seu tempo.

O caricaturista pode ser considerado um dos primeiros artistas a trabalhar para esse novo tipo de publicação. Grande parte de sua obra foi publicada nos jornais que destacavam os problemas enfrentados pelo operariado mexicano.

No último capítulo, Barajas Durán analisa *Posada y la Revolución Mexicana*. O autor destacou os equívocos do início do movimento revolucionário mexicano. A sociedade tinha falta de conhecimento político, pois poucos entendiam os alcances da revolta Maderista e a incapacidade de se prever o final desse conflito.

Em relação a Posadas, o que se destaca é a forma como a sociedade empobrecida da Cidade do México, mais especificamente o proletariado ao qual está vinculado, entende a revolução a partir das caricaturas e dos versos satíricos do artista.

Segundo Barajas Durán os operários não estavam na vanguarda da revolução, pois participaram ao longo do movimento como retaguarda. A Revolução Mexicana foi mais brutal no meio rural, devido à violência empregada contra os camponeses, com a expulsão deles de suas terras. O apoio dos ilustradores à Revolução só surgiu em 1911, quando a situação do governo de Porfírio Díaz ficou insustentável. Entretanto, Posada ainda publicou imagens que elogiavam Díaz mesmo após sua saída do poder.

A obra de Barajas Durán destacou-se também por diversas ilustrações de Posada que manifestavam rejeição ao movimento revolucionário maderista, refutando assim a interpretação de diversos autores que o colocam como um dos precursores da Revolução.

A análise de Rafael Barajas Durán contradiz a maioria dos trabalhos sobre Posada. Ele não se interessa apenas pela biografia do artista. As imagens são utilizadas como fontes históricas para compreensão do percurso revolucionário e o engajamento do povo na Revolução, através das caricaturas, dos versos e críticas sociais, tornando o livro uma referência dos estudos sobre a contribuição de José Guadalupe Posada para a revolução e a cultura mexicanas.

# As Américas em Darcy Ribeiro: descolonização e pós-colonial

Adelia Miglievich-Ribeiro

Ufes; Programa “Cátedras Ipea/Capes para o Desenvolvimento”

## RESUMO:

Tomamos o pensamento de Darcy Ribeiro com ênfase em “As Américas e a Civilização”, a fim de observar como o antropólogo antecipa alguns insights pós-coloniais ao mesmo tempo em que se mantém fiel à ideia de desenvolvimento, num aparente paradoxo. Respeitando os limites objetivos do pensamento de Darcy Ribeiro, ousamos uma releitura de sua obra, atentando para seus aspectos inovadores, incluindo-o dentre os intérpretes da brasilidade e da latinidade e postulando sua contribuição ímpar ao debate contemporâneo.

Palavras-chave: Intelectuais; Darcy Ribeiro; Crítica Pós-Colonial

## APRESENTAÇÃO

O nome de Darcy Ribeiro desfruta de inegável presença nos círculos intelectuais hispano-americanos (Vargas, 2003; López, 2006). No Brasil, contudo, ainda parece desafiador elegê-lo como fonte de interesse de investigação acadêmica. Sua figura intelectual e pública desperta na comunidade científica nacional mais impressões apaixonadas, quer de seus admiradores quer de seus adversários, do que rigorosas leituras e releituras, aprofundamentos e críticas à sua produção em livros retardando sua definitiva inclusão no chamado “pensamento social brasileiro”.

Darcy Ribeiro, antropólogo distinguiu-se conscientemente da antropologia que, a partir dos anos 1970, ganhou hegemonia na academia brasileira. É conhecido o embate entre ele, tendo retornado do exílio, e Roberto DaMatta. Darcy insurge-se contra o “monografismo” que substituiu os esforços de uma teorização de maior alcance para se pensar a sociedade brasileira (latino-americana). Em carta em resposta a DaMatta, escrita em 7 de agosto de agosto de 1979, publicada sob o título de “Por uma antropologia melhor e mais nossa” (Ribeiro, 2011), Darcy Ribeiro escreve:

Sou, talvez, demasiadamente ambicioso para com os jovens antropólogos brasileiros. Que fazer? Quisera para o Brasil uma **antropologia descolonizada**. Se possível, uma antropologia tão boa no plano humanístico que trate logo de devolver aos índios o que aprendeu deles. Uma antropologia tão eficaz no plano sociopolítico que permita até aposentar, por dispensável, o materialismo histórico. E, quem sabe, - se já não é desvario meu pedir tanto a vocês - uma antropologia sem convivências com o despotismo, que ajude o Brasil a sair desse atoleiro de um subdesenvolvimento que se subdesenvolve cada vez mais (Ribeiro, 2011, p. 146-7. Os destaques são meus)

Fato é que ao retornar do exílio de vez ao Brasil, em 1976, Darcy descobre-se alijado dos rumos que tomara a antropologia na academia brasileira. Num misto de convicções acerca do sentido da ciência, da antropologia e do Brasil e, não há que se negar, de ciúmes sobre o que a institucionalização da pesquisa universitária fizera, sem ele, no Brasil, na mesma carta endereçada a DaMatta concorda com este no ponto que era, perceptivelmente, o motivo de seu suspiro e lamento:

Tranquelize-se, Roberto, eu também acho que cada um deve estudar o que quiser [...]. Você não concorda que um dos piores riscos que ocorrem às nossas ciências sociais esteja na propensão a desvincular jovens de talento da temática brasileira, para os atrelar aos interesses momentâneos de mestres estrangeiros? [...] Por esse caminho, cada nova geração voltando-se para fora se constitui como um porta-voz ou um 'vodu' do que se diz e do que se faz ns centros estrangeiros [...]. Prosseguindo nessa linha jamais se constituirá no Brasil um saber nosso, edificado geração após geração pela transmissão e herança de um patrimônio cultural próprio através de permanente revisão, cientificamente fundada, de suas interpretações da realidade brasileira (Ribeiro, 2011, p. 149).

Para quem romper publicamente com o *establishment* da antropologia brasileira sediada então no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional <sup>1</sup>, não é espantoso seu "banimento" de tais círculos acadêmicos. Há de se acrescentar que também não demoraria para Darcy retornar à cena pública de maneira que suas lutas desgarraram-se novamente do âmbito da ciência institucionalizada para o campo político-partidário, em que pese ter ele participado diretamente dos primeiros tempos

de criação e consolidação do campo das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro, a exemplo de sua atuação na criação do Museu do Índio e da primeira pós-graduação em antropologia lá realizada no ano de 1955, bem como de seu trabalho, a convite de Anísio Teixeira, em 1957, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

Feitas todas as ponderações, nada há, porém, que justifique a ainda não sistematização da obra darcyniana ao pensamento social brasileiro. Alguns estudiosos, de distintos pontos de vista e com ênfases singulares, dedicam-se a isto <sup>2</sup>, contudo, uma imersão em seus “Estudos de Antropologia da Civilização” ainda dá seus primeiros passos. Tais estudos expressam trinta anos de produção intelectual, inaugurados com “O processo civilizatório. Etapas da evolução sócio-cultural” (1<sup>a</sup>. Ed. 1968) e “As Américas e a Civilização. Processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos” (1<sup>a</sup>. Ed. 1969); seguidos de “Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno” (1<sup>a</sup>. Ed. 1970); “O dilema da América Latina” (1<sup>a</sup>. Ed. 1971); “Os brasileiros – teoria do Brasil” (1<sup>a</sup>. Ed. 1978); e, concluído com “O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil” (1<sup>a</sup>. Ed. 1995). (Miglievich-Ribeiro et al, 2009).

Darcy Ribeiro é um intelectual latino-americano, que fala do 3<sup>o</sup>. Mundo, não como um lugar bizarro ou inferior, mas um lócus poderoso de enunciação a se constituir. É neste ponto que aproximo Darcy - escritor dos fins dos anos 1960/70 aos anos 1990 - da aposta pós-colonial (ou pós-ocidental) que ganha maior atenção neste século 21. Faço isto, sobretudo, através de Walter Dignolo, um dos mais ilustres representantes da vertente da “modernidade-colonialidade” latinoamericana. Em seu “Histórias locais/ Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar”, Dignolo provoca-nos, a sensibilidade e a inteligência, para o chamado “pensamento liminar”, e nota suas conexões com o empreendimento darcyniano.

Tomo como central nesta análise “As Américas e a Civilização. Processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos” (2007). Na discussão crítica de suas teses, relaciono-as com os *insights* pós-coloniais que não se satisfazem com o tom celebratório do pós-moderno mas retoma as preocupações epistemológicas acerca da possibilidade do conhecimento e reclamam as vozes até então silenciadas como partícipes da construção do mundo e dos discursos sobre o mundo. Não é casual que Dignolo tenha eleito, em seu livro, Darcy Ribeiro um de seus interlocutor privilegiados.

## AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO

Nas entrevistas ou testemunhos escritos, Darcy Ribeiro remete-se à sua marca de origem – a etnologia indígena – e a seu principal mestre, Rondon (1865 – 1958) que, no Exército, foi responsável pela construção de linhas telegráficas no interior do Brasil, tornando-se defensor do direito dos índios “serem e continuarem sendo índios”<sup>3</sup>. Tendo criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SNPILTN), em 1910, Rondon reuniu jovens oficiais dispersos pelo país a fim de localizar, antes que outros o fizessem, as tribos mais isoladas e hostis ao contato com o branco, e evitasse a “avalanche civilizatória que avançava sobre eles, com terrível furor genocida e etnocida”<sup>4</sup>. Darcy Ribeiro se descobriu, portanto, antropólogo através da luta por uma política indigenista leiga e passaria dez anos de sua vida entre os índios.

A associação posterior e definitiva de Darcy Ribeiro com a Educação nasceria do encontro com aquele que, mais tarde, o próprio definiria como seu segundo mestre, Anísio Teixeira, que o chamava para uma intensa jornada com vistas à universalização do direito à educação (Bomeny, 2001). O antropólogo e educador veio a se tornar chefe da Casa Civil do Governo de João Goulart. Com o Golpe militar que depôs Jango, em abril de 1964, saiu de Brasília para o Rio Grande do Sul e dali, num pequeno avião, foi levado por amigos para Buenos Aires. O avião, porém, aterrissou em Salto, situado a 500 quilômetros de Montevideú, e, diante das tropas da polícia do Uruguai, Darcy Ribeiro, num rompante, pede asilo político, vindo a se instalar em Montevideú. Este peculiar exilado construiu de redes intelectuais inéditas na América Latina, participou da construção de universidades no continente sul-americano e também na Argélia, desde seu empenho inicial na criação da UnB, e escreveu quase que compulsivamente sua “teoria da história” (Miglievich-Ribeiro, 2011).

Em depoimento a Luís Donisete Grupione e Maria Denise Grupione (Ribeiro, 1997), Darcy dizia que ainda nos tempos de estudante de Medicina, em 1942, conhecera “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels, o qual, inspirado em Morgan, se constituiria em obra fundamental para seu primeiro livro, “O processo civilizatório”. Fala, também, de seu contato com os “Grundrisse” de Marx e de como a teoria sobre a formação da sociedade capitalista surpreendeu-o com a explicação das formas sociais anteriores ao escravismo, tais como os grandes Estados como o Egito, a Mesopotâmia, o México, o Estado Incaico. Estes estudos

alertaram-no para a ausência da Península Ibérica – uma formação social historicamente distinta - na narrativa do processo civilizador humano, assim como dos povos colonizados. Darcy Ribeiro decide, portanto, incluir a Iberoamérica no “processo civilizatório” e, com isso, assume não poucos desafios epistemológicos.

Conceitos como escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo que serviram na explicação da história europeia não lhe pareciam úteis analiticamente diante do novo cenário - exceto por uma mediação crítica, a exemplo da investigação das populações egípcia, árabe, maia, inca. Indaga se seriam escravistas as sociedades coloniais ou feudais ou semifeudais ou, quem sabe, capitalistas. Impor tais classificações aos “povos novos” implicaria uma clara “violência epistêmica”. Suficientemente crítico para não reproduzi-la, perguntava:

Como classificar, uns em relação aos outros, os povos indígenas, que variavam desde altas civilizações até hordas pré-agrícolas e que reagiram à conquista segundo o grau de desenvolvimento que haviam alcançado? Como situar, em relação aos povos indígenas e aos europeus, os africanos desgarrados de grupos em distintos graus de desenvolvimento para serem trasladados à América como mão-de-obra escrava? Como classificar os europeus que regeram a conquista? Os ibéricos, que chegaram primeiro, e os nórdicos, que vieram depois – sucedendo-os no domínio de extensas áreas –, configuravam o mesmo tipo de formação sociocultural? Finalmente, como classificar e relacionar as sociedades nacionais americanas por seu grau de incorporação aos modos de vida da civilização agrário-mercantil e, já agora, da civilização industrial? (Ribeiro, 1998, p.8-9)

Em “O Processo Civilizatório” (1998), Darcy Ribeiro mantém a designação de algumas formações sociais como “civilizações” em distinção a outras culturas, mas para tal utiliza critérios materiais que não se confundem com juízos morais. Chama de civilização aquela sociedade mais dotada de meios de autoproteção e, com isso, também mais exitosas em seus projetos de expansão territorial, dominação político-econômica e influência cultural. Narra “*os últimos 10 mil anos da história humana*” (p. 65) e busca situar os latino-americanos no polo frágil da dialética do senhor e do escravo. Vê qualidades no culturalismo de Franz Boas que permitiu aos antropólogos atentar para as sociedades e culturas perseguidas buscando compreendê-las.

Mas, não abre mão de seu intento de falar numa “*nova ordem civilizacional global em marcha*” (p. 245) e, por isso, também contraria o culturalismo, em sua negligência ao conceito de “evolução sociocultural”, que impede, por conta do relativismo que propugna, a generalização teórica. Sem reeditar uma história unilinear da humanidade, expondo seu processo de “evolução multilinear” a partir do rompimento evolutivo da condição primitiva, Darcy Ribeiro narra acerca das diversas feições das sociedades humanas ao longo do tempo (p. 36).

Darcy Ribeiro aceitara o marxismo, sem demasiados reparos, no mundo europeu e no anglo-saxão mas o viu empalidecer em seu potencial explicativo na realidade ibero-americana. Recepciona assim “antropofagicamente”, no sentido aqui tomado de empréstimo de Oswald de Andrade, o materialismo histórico e dialético para pensar realidades impensadas por Marx e Engels.

Em “*As Américas e a Civilização*” (2007) Darcy Ribeiro buscou integrar as abordagens antropológica, econômica, histórica e política na tentativa de compreensão da realidade americana. Reconhecia sua excessiva ambição mas não recuou ante a urgência apontada pela ausência de estudos similares que ultrapassassem os casos isolados. Sabe que não realizou apenas um estudo acadêmico mas “um esforço deliberado de contribuir para uma tomada de consciência ativa das causas do subdesenvolvimento” (Ribeiro, 2007, p. 14). Confessa, porém, que não agradara aos pares acadêmicos que lhe cobraram um “*virtuosismo metodológico e um objetivismo cientificista*” (p. 14), tampouco aos companheiros políticos que esperavam, em suas palavras, “*um testemunho de minhas experiências, uma denúncia e um programa normativo*” (p.14). Ainda assim, seu autor mantinha a esperança de ter sido útil a um outro tipo de leitor: aquele que espera mais da ciência e é, ao mesmo tempo, mais exigente com a ação.

Darcy Ribeiro inicia sua narrativa com o estudo da expansão europeia. Lembra que o mundo feudal europeu resultara do contexto que fez hibridizar e se opor à hibridização num só tempo os chamados bárbaros e a civilização greco-romana e, durante anos, foi nele gestadas as inovações tecnológicas e sociais que, num dado ponto de acumulação, permitiram a restauração do sistema mercantil e a formação de uma nova civilização sob o emblema do Renascimento. Os ibéricos, como povos peninsulares, lançaram-se à expansão ultramarina, subjugando os novos mundos. O capitalismo mercantil, segundo Ribeiro, marcou a dominação imperialista no mundo. A Europa, representada pela Espanha e por Portugal, que se defronta primeiramente com a América indígena, era constituída por sociedades nacionais de base agrário-artesanal rigidamente estamentadas, tendo a Igreja Católica como a

principal proprietária de terras. No processo europeu de expansão, milhões de homens diferenciados em línguas e culturas autônomas subsumiram-se a um único sistema econômico altamente uniformizador. O resultado, porém, jamais foi a edificação de uma civilização ocidental/europeia incapaz de negar em absoluto a “diferença cultural”: *“Cada contingente humano engajado no sistema global tornou-se, simultaneamente, mais uniforme com respeito aos demais e mais discrepante com relação ao modelo europeu”* (Ribeiro, 2007, p. 70-1). Também não se ergueu uma nova “civilização humana”, se mais que a metade do globo era classificada como “não-gente”.

No curso desse processo, todos os povos americanos foram atingidos da maneira mais profunda e catastrófica. Viram refeitas suas sociedades desde as bases, alterada sua constituição étnica e degradadas suas culturas pela perda da autonomia no comando das transformações a que eram submetidas. Transmudaram-se, assim, de uma multiplicidade de povos autônomos, com suas tradições autênticas, em poucas sociedades espúrias de culturas alienadas, só explicáveis em seu modo de ser peça ação dominadora que sobre elas exercia uma força e vontade externa (Ribeiro, 2007, p. 71)

Incidentalmente, porém, como suplemento não-desejado pelos promotores do empreendimento colonial, ocorria o inesperado e se constituíam sociedades novas<sup>5</sup>. Portanto, *“através de um esforço secular, realizado em surdina, nas esferas mais profundas e menos explícitas da vida dessas sociedade colonizadas, é que se foi operando o processo de reconstituição de si próprias como povos”* (Ribeiro, 2007, p. 72). A criatividade cultural fez nascer etnias diferenciadas das matrizes originais e, mais tarde, nacionalidades. Era como se dialeticamente, de dentro da situação espúria nascesse uma inédita autenticidade, incomparável a quaisquer das raízes. Vistas pelo europeu como subumanidade destinada, a estas eram destinadas o papel subalterno na ordem mundial, às gentes morenas e negras ao sul do continente que, até nem tanto tempo, internalizavam em si mesmas a condenação ao “atraso”, como uma espécie de atavismo.

Essa auto-imagem espúria, elaborada no esforço de situar-se no mundo, de explicar sua própria existência e de atribui-se uma destinação, plasma-se como uma colcha de retalhos feita pela junção de troços tomados de suas antigas tradições com crenças europeias, tal como eles podiam perceber desde sua perspectiva de escravos ou de dependentes (Ribeiro, 2007, p. 73).

Tal ideologia gerou no plano nacional a conformação ao atraso e à pobreza impostos, uma vez que foram interpretados como derivados de uma suposta inferioridade dos povos negros e ameríndios, uma degradação dos mestiços e da inclemência do clima tropical. No plano “racial”, sobretudo, estava a explicação de nossa inferioridade justificada pela hierarquização das “raças”, com o branco-europeu no topo. A ruptura com a alienação, por parte dos povos morenos da América, como chama Darcy, exigiu tempo para o combate de uma estratificação social que mantinha as desigualdades históricas e a aceitação e orgulho “da própria figura humana nacional mestiça” (Ribeiro, 2007, p. 75). Enfim, o novo *ethos* dos povos extra-europeus, assentado em seus próprios códigos valorativos, interrompe o ciclo civilizador europeu.

Os latino-americanos são hoje o rebento de 2 mil anos de latinidade, caldeada com populações mongoloides e negróides, temperada com a herança de múltiplos patrimônios culturais e cristalizada sob a compulsão do escravismo e da expansão salvacionista ibérica. Vale dizer, são a um tempo uma civilização velha como as mais velhas, enquanto cultura; metida em povos novos, como os mais novos, enquanto etnias. O patrimônio velho se exprime, socialmente, no que tem de pior: a postura consular e alienada das classes dominantes; os hábitos caudilhescos de mando e o gozo do poder pessoal; a profunda discriminação social entre ricos e pobres, que mais separa os homens do que a cor da pele; os costumes senhoriais, como o gozo do lazer, o culto da cortesia entre patrícios, o desprezo pelo trabalho, o conformismo e a resignação dos pobres com sua pobreza. O novo se exprime na energia afirmadora que emerge das classes oprimidas, afinal, despertas para o caráter profano e erradicável da miséria em que sempre viveram; na assunção cada vez mais lúcida e orgulhosa da própria imagem étnico-mestiça; no equacionamento das causas do atraso e da penúria e na rebelião contra a ordem vigente (Ribeiro, 2007, p. 77).

Darcy Ribeiro elabora sua “tipologia étnico-nacional” dos povos extra-europeus do mundo moderno, a saber, a) povos-testemunho; b) povos novos; c) povos transplantados; d) povos emergentes. Os primeiros são os sobreviventes de velhas civilizações autônomas sobre as quais se abateu a expansão europeia. Os povos novos resultam da “fricção étnica” das matrizes

indígenas, negras e europeias <sup>6</sup>. O terceiro grupo são os nascidos no continente mas de perfil étnico, língua e cultura idênticas aos colonizadores. Os povos emergentes são as nações novas da África e da Ásia.

O antropólogo atribui a designação de “povos-testemunhos” às populações mexicanas, mesoamericanas e andinas, sobreviventes das antigas civilizações asteca, maia e incaica. Ao longo de séculos, a dominação, antes colonial e aristocrático-oligárquica, persistiu sob a forma de dominação nacional e patricial-oligárquica diante do que se insurge as rebeliões populares que opõem os descendentes dos povos subjugados aos descendentes dos subjugadores.

Para Darcy, os “povos novos” constituem a configuração histórico-cultural mais característica das Américas, espalhados em todo o continente. Como populações plasmadas na amálgama biológica e na aculturação de etnias díspares no interior do enquadramento escravocrata e fazendeiro, nasceram os brasileiros, os venezuelanos, os colombianos, os antilhanos, uma parte da população da América Central e do sul dos Estados Unidos. Os distintos povos europeus a colonizar as Américas geraram, linguisticamente, perfis culturais diferenciados: os luso-americanos, os hispano-americanos, os franco-americanos, os anglo-americanos e os batavo-americanos; também tradições religiosas diferentes. Mas, a colonização escravista moldou todos eles assim como o sistema de *plantation*, de modo que podem os distintos perfis são, contudo, pertencentes a um mesmo “bloco” latino-americano.

No que concerne à matriz africana, Darcy Ribeiro supõe ser mais relevante atentar para a proporção dos seus contingentes integrados em cada população neo-americana do que a análise da variação cultural dos diversos grupos negros trazidos à América. Alega que, sob as condições de escravidão, houve pouca margem para a fixação das especificidades culturais de cada um dos inúmeros povos africanos em cada nova etnia nacional. A marca da opressão e do sofrimento na diáspora africana negra nas Américas reuniram as linhagens específicas amalgamadas às etnias nacionais recém-nascidas. Até nas religiosidades, o sincretismo, como forma de resistência à dominação religiosa branca, traz a presença dos negros na formação dos povos neo-americanos.

A matriz indígena, por sua vez, foi o berço ecológico dos primeiros núcleos neo-americanos e suas variantes, por serem nativas, tiveram mais chances de expressão. A primeira delas refere-se às “aldeias agrícolas indiferenciadas” dos *Tupi-Guarani* na costa atlântica da América do Sul, dos

*Aruak*, da floresta amazônica e dos *Karib*, do Caribe. Como “Estados rurais artesanais”, eram conhecidos os *araucanos* do Chile moderno; os *Chibcha*, na Venezuela, na Colômbia e na América Central, também os *Timote* e as confederações *Fincenu*, *Pancenu* e *Cenufaná*, devendo se acrescentar os *Jicague* (Nicarágua), os *Cuna* (Panamá) e alguns outros (Ribeiro, 2007, p. 187).

Nalguns “povos novos”, encontramos intrusões de contingentes imigrantes transplantados da Europa e da Ásia a partir do século 19. Aparecem ilhados em determinadas regiões, emprestando-lhes a característica de uma “zona europeia”, a exemplo do sul do Brasil, e de áreas da América Central e do Chile. Na maior parte das vezes, somente são distinguíveis da população nacional por traços fenótipos, estando imersos no *ethos* nacional. Assim ocorre com diversos contingentes centro e norte-europeus, japoneses, chineses e indianos do Brasil, do Peru e do Caribe.

Não apenas sua conformação histórica mas os desafios contemporâneos na superação do atraso e do subdesenvolvimento marcam os “povos novos”. Retoma seu conceito de “modernização reflexa” em oposição à “aceleração evolutiva” (“atualização histórica”), o primeiro definindo a inserção subordinada de povos atrasados em formações socioculturais estruturadas e em sistemas tecnologicamente superiores, o que implica em efetiva perda de autonomia e/ou em sua destruição como entidade étnica; o segundo, a “aceleração evolutiva”, trazendo a possibilidade do desenvolvimento autônomo. Um ou outro rumo tem o poder de produzir distintos desdobramentos históricos dos processos civilizatórios.

### AMÉRICA LATINA, PENÚRIA E CONSCIÊNCIA

Em 1819, Bolívar indagava acerca do lugar dos povos latino-americanos na nova civilização. Sua meta era que nos opuséssemos como os Estados Unidos Meridionais aos Estados Unidos Setentrionais. José Martí, com a “Nuestra América” e Artigas com “A Pátria Grande” apontavam para o mesmo rumo.

Há, contudo, desde esse tempo aos atuais intensa polêmica sobre o sentido mesmo de se falar em América Latina e clamar sua unidade haja vista as linhas cruzadas de tantos fatores de diferenciação tais quais a origem do colonizador, a presença ou a ausência e o peso do contingente indígena e africano, dentre outros. Darcy Ribeiro posiciona-se irrevogavelmente do lado dos que veem que a fusão das populações sobressai na edificação de inéditas sociedades étnico-nacionais: “*excetuando os indigenatos originários de altas*

*civilizações ou microetnias tribais que sobrevivem isoladas, em nenhum caso encontramos os índios originais; nem os europeus nem os asiáticos ou africanos tal como eram quando se desprenderam de suas matrizes”* (Ribeiro, 1991, p. 27).

Sabemos que toda sociedade nacional busca a sua distinção em relação às demais e, por isso, não é transparente a percepção de seus filhos como membros de uma sociedade maior latino-americana. Assim como esta faz pouco sentido falar em América Latina para aqueles que participam das lealdades étnicas. Contudo, curiosamente, vistos de fora do continente, somos visivelmente, todos, latinoamericanos. Para Darcy Ribeiro, há algo que une “Nuestra América”. Aqui, todas as sociedades preexistentes foram, pelo projeto explícito da metrópole colonialista, subjugadas, tendo sua civilização original paralisada e suas gentes convertidas em força de trabalho submissa (Ribeiro, 1991, p. 28). A “modernização reflexa” marcou a “América Meridional”:

As classes dominantes nativas, como gerentes daquele pacto colonial e desta reprodução cultural, jamais formaram o cume de uma sociedade autônoma. Eram apenas um estrato gerencial que custodiava e legitimava a colonização. Uma vez independentizadas suas sociedades, o caráter exógeno dessas classes dominantes, forjado no período colonial, e seus próprios interesses induziram-nas a continuar regendo suas nações como cônsules de outras metrópoles. Para isso instituíram uma ordenação sócio-econômica e política adequada, com fundamento no latifúndio e no entreguismo, e apenas promoveram a criatividade cultural como uma representação local de tradições culturais alheias (Ribeiro, 1991, p. 28-9).

Para impedir a auto-proclamação de “Nuestra América”, atuaram as elites nacionais que, desconectadas com seu povo, viam-se como herdeiros dos colonizadores e prosseguiram no intento da exploração neocolonial. Patronatos e patriciados locais degredados pelo exercício secular do jugo escravista e atados aos interesses externos, associados na exploração da miséria de seus povos conduziram a história das multidões de africanos trasladados para serem submetidos à escravidão e da destribalização de populações indígenas com o mesmo objetivo. Pela deculturação e penúria de suas populações, forjou-se, para Darcy Ribeiro, incontestavelmente a América Latina.

A inconformidade com seu lugar e papel no sistema mundial, e o alargamento da consciência possível de suas estruturas sociais como problema

a ser enfrentado pela aceleração das inovações tecnológicas para os fins que as sociedades subalternizadas discernissem como valiosos, ensejou, entretanto, simultaneamente a renovação institucional e a auto-superação ideológica dos povos latinoamericanos. Uma conscientização que não estaria restrita aos círculos intelectuais, mas alastrada a amplos setores sociais poderia, enfim, se opor à miséria crônica e silente, à resignação e ao conformismo.

Os “povos novos” ao romper com a “atualização histórica” cuja modernidade trazida exogenamente não os possibilita o exercício de sua autonomia podem experimentar, enfim, ser mais do que reflexo alheio.

### DIALOGOS ENTRE O ANTI-COLONIAL E O PÓS-COLONIAL

Darcy Ribeiro participa de uma confluência de horizontes que o liga ao cubano José Martí e ao peruano José Carlos Mariátegui. A estes, soma-se a filosofia latinoamericana do também peruano Salazar Bondy, do mexicano Leopoldo Zea e do argentino Enrique Dussel. Inspirando-se nestes, contemporaneamente, um movimento teórico de raízes andinas projeta em nível mundial os nomes de Arturo Escobar, Fernando Coronil, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, dentre outros, no esforço de desconstrução da modernidade (ocidental), a explicitar sua outra face, bem menos nobre: a colonialidade (Miglievich Ribeiro *et al*, 2009).

Segundo Quijano, a “colonialidade do saber”, a “colonialidade do poder” e a “colonialidade do ser” alijaram e emudeceram vozes, discursos e conhecimentos que divergiam do modelo newtoniano de racionalidade científica. Por excelência, a ideia de “raça” era o elemento articulador da dominação do branco-europeu sobre amplo contingente de índios, negros e mestiços.

Para a descolonização do pensamento (e também das ciências sociais), o movimento autodenominado crítica pós-colonial requer um deslocamento cognitivo e epistemológico que, na vertente latino-americana, “modernidade/colonialidade”, efetua uma leitura desconstrutora de textos colonialistas, capaz de identificar os contra-discursos e as resistências.

Postulo que o pensamento anticolonial de Darcy conversa com o pensamento pós-colonial, sem se confundirem, é certo, pela ampliação do universal. Ambos atentam para a violência da colonização e suas sequelas nas dimensões econômica e simbólica da vida social. Os dois, também, se empenham na promoção das populações, das culturas e dos saberes até então subalternizados a fim de que se alargue o campo de possibilidades de autorrealização dos povos descolonizados, pela ruptura com um modelo monolítico de modernidade ao qual todos haveriam de atingir.

Marxista “à sua maneira”, Darcy Ribeiro, um pensador moderno, evoca as conexões com a crítica pós-colonial. Seu “evolucionismo multilinear” recusava, já nos anos 1960, a possibilidade de predição histórica pela ciência e se insurgia contra o “pacote fechado” da modernidade eurocêntrica, ao mesmo em que desconstruía, para rearticular depois, o processo civilizacional que a produziu. Ao introduzir a Ibéria e as Américas no mapa-múndi da humanidade, o antropólogo brasileiro deslocava a “estória” da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas “periferias” dispersas no globo e expandia a compreensão dos fenômenos humanos. É disto que fala Stuart Hall ao propor o pós-colonial:

Dessa forma, o “pós-colonial” provoca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica que, na historiografia liberal e na sociologia histórica weberiana, assim como nas tradições dominantes do marxismo ocidental, reservou a essa dimensão global uma presença subordinada em uma história que poderia ser contada a partir do interior de seus parâmetros europeus” (Hall, 2009, p. 106)

Darcy Ribeiro notou, desde “O Processo Civilizatório”, como as histórias dos povos sempre foram híbridas. Descreve a história da humanidade como “histórias partilhadas” assimetricamente. Reconhece uma “modernidade entrelaçada”, termos cunhados pela socióloga indiana Randeria (apud. Costa, 2003). Nunca existiu a reivindicada identidade pura do colonizador e do colonizado é o que também postula a crítica pós-colonial.

A evolução sociocultural tal como conceituada até aqui é um processo interno de transformação e autosuperação que se gera e se desenvolve dentro das culturas, condicionado pelos enquadramentos extraculturais a que nos referimos. Na realidade, porém, as culturas são construídas e mantidas por sociedades que não existem isoladamente, mas em permanente interação umas com as outras (Ribeiro, 1998, p. 46)

As estratégias de violência, subordinação e desumanização que produziram o colonizado, tornado “espectador sobrecarregado de inessencialidade” (Fanon, 1971, p. 26), produziram também o colonizador. A “cultura-comoluta-política” de Fanon (apud. *Bhabha*, 2007, p.35) autoriza a reorganização dialética da herança colonial que contém o gérmen de um povo livre. O contra-discurso pós-colonial e a descolonização podem, enfim, reinventar o sujeito na sua verdadeira humanidade, “homens novos”, portanto.

Darcy Ribeiro ressaltara que, sob massacres, espoliação e intenso sofrimento, nasceram, nas Américas, os “povos novos”, mesclados na fusão de etnias. Segundo o pós-colonial Silviano Santiago (2000), é o hibridismo a maior contribuição de tais povos à civilização humana. Hibridismo que é entendido como “diferença cultural”, aquela a explicitar *a impossibilidade dos modelos, das referências e dos padrões. A cultura é a o local da incerteza, da indecibilidade que na vida cotidiana, nas rearticulações incessantes entre classes, gêneros, raças e nações, se processa.*

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental, graças ao movimento de desvio da norma, ativo, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo (Santiago, 2000, p. 16).

Decorre daí que o pós-colonial, em que pese suas múltiplas abordagens, distancia-se do chamado “pós-modernismo celebratório”. Talvez, deva-se saber que a crítica pós-colonial não se confunde também como o que se convencionou chamar de “anti-humanismo estruturalista do pós-modernismo”. Segundo Said, o crítico pós-colonial é crítico do humanismo, em nome do humanismo, mais realista porque mais abrangente e plural.

Chega perto de ser escandaloso, por exemplo, que quase todo programa de estudos medievais em nossa universidade omite rotineiramente um dos pontos altos da cultura medieval, a saber, a Andaluzia muçulmana antes de 1492, e que, como Martin Bernal mostrou para a antiga Grécia, a mistura complexa das culturas europeia, africana e semítica tenha sido purgada dessa heterogeneidade tão perturbadora para o humanismo corrente. (Said, 2007, p.78)

Walter Mignolo, em “Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar” (2003), afirma que também é da perspectiva das humanidades que se engaja no diálogo pós-colonial (ou pós-ocidental, como também nomina) e ainda o faz, em suas palavras, da

perspectiva do pensamento latino-americano” (p. 13). Isto implica dizer que se, desde o século 16, a América Latina e seus povos foram objeto colonial de descrição, desde fins do século 20, ousa-se rever tal subalternidade e reconhecer no continente uma “localização geostórica central” para a produção de conhecimentos mundiais do ponto de vista do “pensamento liminar”, a saber, um novo horizonte cognitivo nascido na atitude descolonizadora em face da ciência e de seus cânones que subestimaram secularmente, dentre outros, as culturas não-letradas, assim como os saberes não-classificáveis segundo os itens daquela que se impôs como a Razão Universal.

Se o “descobrimento” do Novo Mundo pelos poderes coloniais e a subjugação do “Oriente”, com a ascensão da França e Grã-Bretanha à hegemonia mundial, haviam tornado as epistemologias “não-ocidentais” algo a ser estudado, descrito e classificado abaixo do nível da herança greco-romana, das quais foram cindidas pela epistemologia moderna, imaginou-se, para isso, a “modernidade ocidental” como o “lar do conhecimento” e, do mais poderoso deles, a ciência. A crítica pós-colonial põe em xeque tais apropriações ao pretender, *a la* Foucault, a “arqueologia” dos saberes mundiais.

A pós-colonialidade é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do “sistema mundial moderno” e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geostóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos. O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes mas complementares: 1. A crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; 2. A emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo, o orientalismo (como objetificação do lócus do enunciado enquanto ‘alteridade’) e estudos de área (como objetificação do ‘Terceiro Mundo’, enquanto produtor de culturas, mas não de saber). (Mignolo, 2003, p. 136-7)

Para Mignolo (2003), é o elo entre a noção de “saberes subjugados” de Foucault e de “saberes subalternos” de Darcy Ribeiro que nos permite recolocar o dilema do universal/particular através da “diferença colonial”<sup>7</sup>. O pensamento

liminar ao conjugar ambas as dimensões expõe também as “fraturas” modernas. Não se trata, portanto, de uma nova forma de sincretismo ou hibridismo mas de um “um sangrento campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento e da legitimação da diferença colonial” (2003, p. 45). Inspirado no “antropologiano”<sup>8</sup> Darcy, como Mignolo ressalta que o próprio gostava de se autodenominar, o ocidentalismo é apenas a face visível do “edifício do mundo moderno”, mas o pensamento liminar – ou os saberes subalternos de Darcy Ribeiro – expandem a compreensão da modernidade e da humanidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mignolo narra-nos que também suspeitou inicialmente do “pós-colonial”. Pensou se tratar de mais um “modismo imperial” importado para a América Latina. Mas decidiu estudá-lo. Diz ter se convencido disto ao ver nomes caros como Derrida, Lacan, Foucault, da Escola de Frankfurt, de Raymond Williams, levando a sério o movimento. Confessa também que as leituras críticas dos colegas brasileiros que - em contraste com sua experiência em demais países latino-americanos - acolhiam mais generosamente teorias estrangeiras, buscando avaliá-las, surpreenderam-no e o estimularam (Mignolo, 2003, p. 16).

Registra ainda que o fato da independência da maioria dos países latino-americanos ter sido conquistada no início do século 19, fez com que aqui o foco da discussão passasse a ser a modernidade, e não a colonialidade; a pós-modernidade e não a pós-colonialidade (Mignolo, 2003, p. 16). Mas, tal tendência revelaria algumas perdas na análise visto que as ideologias modernizadoras em voga na América Latina não prescindiam do estudo da face oculta da modernidade: a colonialidade e seus neo-colonialismos. Lendo o cubano Roberto Retamar, aprendeu um conceito de 1974 que o ajudaria a perseguir suas questões: o “pós-ocidentalismo” (Mignolo, 2003, p. 153).

Se o pós-colonial, em seus inícios, não incluía as Américas, agora, associado, ao pós-ocidental, reúne-as, e também ao Caribe, à África do Norte e à África subsaariana. O pós-ocidentalismo contempla do império espanhol após o século 16 até a emergência dos EUA (p. 133). Antes sequer de tais nomeações, Darcy Ribeiro escreveu “O processo civilizatório” e “As Américas e a Civilização”, em 1967, ambos publicados em 1968, em que contemplava as instituições marginais europeias e também as ruínas das

antigas civilizações mesoamericanas e andinas até chegar aos “povos novos” sem reiterar a oposição entre Ocidente/Oriente e Sul/ Norte mas pensando os processos civilizadores em termos de mundialização da qual o planeta inteiro participa. Ao demonstrar como pela estratégia da negação da contemporaneidade, a modernidade ocidental justificou a colonialidade que consistiu numa “subalternização maciça de culturas”, mediante seus “estudos subalternos” provou que a modernidade e a colonialidade, entendidas relacionalmente, possibilitam uma rearticulação da compreensão dos processos civilizadores.

Restam, pela frente, desafios. A filosofia ocidental e as ciências sociais canônicas não atingem a “diferença colonial” sem rever radicalmente o que, até hoje, chamou de modernidade e mesmo de humanismo, portanto, tendem ainda a corroborar projetos de subalternização de culturas, sem se abrir ao conhecimento produzido nas diversas lógicas e experiências que, aliados do debate, tornam-no raso. Quem sabe, como postula Mignolo, poderemos superar a noção de “semelhanças-e-diferenças” (afinal, do que nos falava a *différance* derridiana?) pela de diferenças ininterruptas em todos ou pelas “semelhanças-na-diferença”?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BOMENY, Helena. Darcy Ribeiro. *Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. *RBCS*, vol. 21, n. 60, fevereiro, 2006, p. 117-131.
- FANON, Franz. *Peau Noire, Masques Blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1971 [1952].
- HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. (Humanitas)
- LÓPEZ, Javier Ocampo. “Darcy Ribeiro: Sus ideas educativas sobre La universidad y El proceso civilizatorio de America Latina”. *Revista Historia de Educación Latinoamericana*, año/vol. 8. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia Tunja, Colombia, 2006, p. 137-160. Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal (Redalyc). Universidade Autónoma Del Estado de México. <http://redalyc.uaemex.mx>

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M.. Intelectuais Críticos no Exílio: onde é a minha casa?. *Dimensões*. Revista de História da UFES, v. 26, p. 152-176, 2011.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia M.. \_\_\_\_\_; NAVARRETE, Julio Mejia; SOARES, E. V.; GERMANO, José Wellington; COSTA, Diogo. Aspectos do pensamento social crítico latino-americano: intelectuais e produção do conhecimento. In: MARTINS, Paulo Henrique & MEDEIROS, Rogério (Org.). *América Latina e Brasil em perspectiva*. Recife: UFPE, v. 1, 2009, p. 205-241.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais. Projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. BH: UFMG, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. Depoimento de Darcy Ribeiro. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 44, 2º semestre de 1997.

\_\_\_\_\_. Por uma antropologia melhor e mais nossa. \_\_\_\_\_. *Ensaio insólito*. Rio de Janeiro: Ludens, 2011.

\_\_\_\_\_. O povo latinoamericano. *Carta*. Falas, Reflexões, Memórias. Brasília: Senado Federal. Gabinete do Senador Darcy Ribeiro. Informe de Distribuição Restrita, 1991.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizatório*. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 1998.

SAID, Edward. Humanismo e crítica democrática. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Ensaio sobre dependência cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

VARGAS, Sonia. "Identidad, sujeto y resistencia em América Latina". *Revista Confluência*, año 1, invierno. Mendoza, Argentina, 2003, p. 1-12. [http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos\\_digitales/215/Vargas.Confluencia1.pdf](http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/215/Vargas.Confluencia1.pdf)

QUIJANO, Aníbal., "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", en: Edgardo Lander (comp.), *Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires: Clacso/Unesco, pp. 201-246, 2000.

## NOTAS

- <sup>1</sup> É inegável o papel de Roberto Cardoso de Oliveira na criação e manutenção do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, pertencente a Universidade Federal do Rio de Janeiro, na formação de professores e pesquisadores nos anos mais duros da repressão no Brasil, o que possibilitou a continuidade mesma do campo de conhecimento nas universidades brasileiras.
- <sup>2</sup> Na plataforma Lattes do CNPq, busquei a partir do filtro “bolsistas produtividade CNPq”, em quaisquer níveis, nas áreas de atuação em história e sociologia, a título de exemplo, nomes de alguns pesquisadores, tendo aparecido: Maria Stella Bresciani (Unicamp); Junia Ferreira Furtado (UFMG); Tania Regina de Luca (Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho); Laura de Mello e Souza (Usp); Fabiana de Souza Fredrigo (UFG); Lia Macedo de Faria (Uerj); Jairo Henrique Rogge (Unisinos); Paulo Emílio Martins (UFF); Roberto Luis Torres Conduru (Uerj), Helena Bomeny (Uerj). Consulta em 20 de julho de 2012.
- <sup>3</sup> Ribeiro, Darcy. Confissões. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 149.
- <sup>4</sup> Ribeiro, Darcy. Confissões. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 152-153.
- <sup>5</sup> Apenas as colônias de povoamento ao norte da América de mesmo clima e mesma “raça” eram percebidas como iguais, orgulho da branquitude. Ainda assim, a deliberação de se criar um novo núcleo humano nascia como fruto de projetos alheios. Cf. Ribeiro, As Américas e a Civilização, p. 71-2.
- <sup>6</sup> Os chilenos e os paraguaios contrastam também com os outros “povos novos” pela ascendência principalmente indígena de sua população e pela ausência do contingente negro escravo, bem como do sistema de *plantation*, que tiveram papel tão saliente na formação dos brasileiros, dos antilhanos, dos colombianos e venezuelanos. Ambos conformam, por isso, juntamente com a matriz étnica dos rioplatenses, uma variante dos “povos novos”. Cf. Ribeiro, As Américas e a Civilização, p. 83.
- <sup>7</sup> “A diferença cultural é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença cultural é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta”. Cf. Mignolo, Histórias locais. Projetos globais, p.10.
- <sup>8</sup> Como Darcy Mesmo se denominava, ao invés de antropólogo, segundo Mignolo. “A palavra ‘antropologiano’ constituía, na verdade, um marcador da subalternização do conhecimento: um antropólogo do Terceiro Mundo (Darcy Ribeiro escrevia em fins dos anos 60 e no meio da Guerra Fria e da consolidação dos estudos de área) não é o mesmo que um antropólogo do Primeiro Mundo, pois o primeiro está no local do objeto, não na do sujeito do estudo. É precisamente no interior dessa tensão que a observação de Darcy Ribeiro adquire sua densidade, uma tensão entre a situação descrita e o local do sujeito no interior da situação q está descrevendo” Cf. Mignolo, Histórias locais. Projetos globais, p. 35-6.



## João Goulart e a História

Ana Paula Marino de Sant'Anna Reis

ESPM e UERJ

Oswaldo Munteal Filho

UERJ, FACHA E PUC-Rio

### RESUMO

Esse artigo pretende abordar a importância do ex-presidente João Goulart para o ensino de História através de duas importantes abordagens. A primeira abordagem reflete sobre os pontos cruciais que deveriam ser trazidos para reflexão, como o mito criado ao redor do presidente, além de suas ideias de reformas para o Brasil. Além disso, uma segunda abordagem discute os atuais movimentos da sociedade para trazer à tona a figura de Jango.

Palavras-chave: João Goulart; História; reformas.

As redes sociais, as emissoras de televisão e os jornais neste ano de 2014 só falam sobre o assunto Ditadura Civil Militar brasileira e a trajetória do presidente João Goulart. Esses dois pontos são temáticas que se hoje estão abertos em todos os meios de comunicação, por muito tempo estiveram fora da pauta de discussões, inclusive as discussões acadêmicas. Sabemos que essa lembrança repentina da História e da Memória da época não foi um ato de deslumbre pela recordação ao perceber que deveríamos tocar nesse assunto e sim uma percepção do tempo que se correu - de 50 anos do Golpe que desfez nosso processo democrático. Por muitos anos o que ocorreria naquele momento fora deixado de lado para que outras pesquisas da área de História fossem aprofundadas. Ainda bem que aqueles que pretendem trazer o assunto à tona pela visão crítica e justa podem hoje mostrar que não esqueceram nosso passado tortuoso. Os anos de chumbo voltaram à tona em forma de interrogações e anseios por verdades.

Aprofundando melhor a questão sobre o Golpe Militar, chegamos a um silêncio largo e profundo sobre a figura do presidente João Goulart, tanto em espaços de palestras para reflexões como também não é nem lembrado de forma analítica em certos livros sobre o período. Toda a alegoria ao redor de João Goulart o transformaram naquele momento antes do golpe em uma imagem emblemática e substancial, e sendo, claro, um dos pontos que levaram ao desfecho da organização do período seguinte.

É notório que não é só de análises rasas que são constituídas as imagens referentes ao Jango, as abordagens sobre o mesmo muitas vezes são múltiplas. Nos últimos anos muitos trabalhos acadêmicos foram produzidos tendo como tema o governo João Goulart, nos trazendo novos enfoques sobre questão. O problema dessa situação são os feitos como uma reprodução – normalmente pouco crítica – do que a imprensa contemporânea ao Golpe publicou sobre Jango a exaustão, com as representações caricaturadas que não condizem com as convicções ideológicas e políticas do presidente. O que se via, e se vê ainda muitas vezes são detalhes sobre a vida privada, críticas a sua personalidade, entre outros problemas. Para que seja possível uma análise mais profunda, e centrada em questões relevantes de governo considerando o interesse público e as contribuições para a História de nosso país, consideramos fundamental uma abordagem que privilegie o projeto político do presidente e as recentes investigações sobre sua morte.

João Goulart foi mais que um mandatário, converteu-se numa espécie de D. Sebastião, encarnando a figura mítica de um salvador da pátria desenvolvimentista. A tomada do Estado pelos militares e pelas elites – burocráticas e econômicas – após 1964 sublinhou, de certa maneira, o caráter reformista de Jango. Talvez o ex-presidente não passasse para a história com tanto impacto mítico, sem a tentativa de destruição/símbolo dele. A sombra daqueles que projetaram no ex-presidente os seus ódios e as suas expectativas ainda se faz sentir contemporaneamente, 50 anos depois.

Podemos entender que o ex-presidente propôs uma retomada das raízes do Brasil em três momentos cruciais de sua vida pública: no comício das reformas na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964; em 15 de março, na introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa daquele ano; na entrevista que concedeu de forma epistolar, ao Jornal “Republika” de Zagreb, Iugoslávia, no exílio em Montevideú, no dia 28 de junho de 1967<sup>1</sup>. Normalmente só é apresentado para análise, isso quando é apresentado substancialmente algo referente a seu planejamento de país, o discurso do comício na Central do Brasil, e não os outros dois momentos que iremos dar atenção. Isso se dá porque se analisarmos esses momentos e seus documentos podemos desconstruir a imagem que normalmente é apresentada sobre Jango, um governante comunista e radical, e sim um governante desenvolvimentista que tinha um projeto de país.

Para não haver uma simples reprodução do discurso acríptico feito deve-se levar em consideração que o comício da Central do Brasil não deve ser interpretado fora da tradição do discurso político dos anos 1960, mas

havia algo de singular no pronunciamento à nação do dia 13 de março de 1964. Muitos trabalhistas desejavam naquele momento ampliar as conquistas do projeto do presidente Getúlio Vargas. Os temores da União Democrática Nacional (UDN) e a posição de alerta do Partido Social-Democrata (PSD) mineiro acerca de uma hipotética revolução socialista, hoje parecem descabidos. No entanto, um olhar sobre as percepções dos contemporâneos ao golpe, nos faz pensar em uma leitura do discurso da Central que tenha em mente os problemas da vocação da política no mundo contemporâneo. O Brasil sob o desenvolvimento dos trinta anos anteriores parecia ampliar seu projeto modernizador, com crescimento de lideranças regionais e nacionais, um certo surto de criatividade nas artes e no campo da ciência universitária, além de um grande sentido de Estado.<sup>2</sup>

O Comício da Central incendiou servidores civis do Estado, trabalhadores, alguns setores das Forças Armadas e estudantes. A massa parecia compreender em um único momento o seu papel transformador na história do Brasil. O carisma das ideias ultrapassou uma mera aptidão para palanques e as promessas converteram-se, instantaneamente, em programa de ampla participação popular. O discurso político de Jango tentava mostrar que o governo pretendia provocar uma reforma constitucional e também defenderia a liberdade de opinião. Isso era importante, pois os inimigos do governo, especialmente os adeptos de Carlos Lacerda, alardeavam as intenções autoritárias de União<sup>3</sup>.

Após o inflamado comício da Central do Brasil, com as participações ativas de João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, entre outros destacados personagens da linha de frente trabalhista e socialista, outro momento de reflexão do presidente Jango ocorreu em 15 de março de 1964, com o envio de uma mensagem feita por ele dirigida ao Congresso Nacional que nem sempre é comentada. A abordagem sobre essa mensagem e a próxima abordagem (carta de Zagreb) são enfoques inéditos. Nesta mensagem o ex-presidente combina um repertório de medidas econômicas e iniciativas políticas que poderiam frequentar qualquer discurso de orientação keynesiana – trazendo a outra vertente do seu planejamento de país, sua vertente econômica. Cabe aqui um detalhe importante de análise, a diferença substancial na proposta trabalhista da época. O suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros, e as disputas internas entre PSD e PTB desgastaram sobremaneira o ex-presidente, que operava com uma persona administrativa/racional, e uma sombra fundada num discurso radicalizado e projetado no suposto anseio das massas, como se estas efetivamente soubessem o seu

caminho com clareza. Esta tensão fragilizou em larga escala a efetividade das reformas<sup>4</sup>.

A primeira referência a uma reforma concreta, presente no documento ao Congresso, é a reforma agrária. Jango sabia que era inviável uma convivência das velhas oligarquias fundadas nos cartórios e da moderna relação de troca que permeia o mundo do trabalho capitalista. Tentou-se uma forma puída de desenvolvimento a partir do modelo anglo-saxão. Qualquer tentativa que superasse este paradigma deveria ser compreendida como exótica, estranha, perigosa ou até mesmo aventureira<sup>5</sup>.

O programa das reformas de base ataca os problemas de infraestrutura do país, demonstrando que João Goulart tinha um projeto de nação para o Brasil com alicerces profundos. Existia uma agenda para o Estado Brasileiro, com forte caráter social e soberano, tendo como foco todas aquelas atividades que o setor privado se eximira durante décadas. As finanças, o setor siderúrgico, a energia, os transportes e a comunicação, os recursos minerais, o setor petrolífero e o fortalecimento da Petrobras<sup>6</sup>.

Em abril de 1967, já no exílio após o golpe de 1964, João Goulart permanecia firme em seu propósito de afirmar a fé nacionalista. Numa entrevista, que pode passar para a História Contemporânea como a “Carta de Zagreb”, Jango responde perguntas da Casa Editora Republika de Gundliceva, dirigida ao seu redator chefe Emanuel Mickovic-Soko<sup>7</sup> em 28 de abril de 1967.

O Sr. Mickovic-Soko indaga ao ex-presidente: 1 – qual o papel fundamental de uma nação; 2 – qual o momento mais dramático de sua vida; 3 – o que pensa da moral, ética, política e a economia; 4 – qual deveria ser o aspecto do mundo em que hoje vivemos; 5 – como imagina o futuro e o desenvolvimento científico.<sup>8</sup>

João Goulart faz uma saudação aos aspectos éticos e de grandeza política desta iniciativa, e oferece um verdadeiro testamento político aos seus contemporâneos. Resumir as possibilidades deste documento é um esforço que está além deste trabalho. Retomo o início deste estudo para lembrar que nossa história tem o começo com o plano, depois o comício que afinal é posterior à formulação de Jango, e da equipe do presidente, para afinal dizer que no exílio o agora ex-presidente não negociou o patrimônio político que herdou. Maquiavel não nos deixa esquecer que o maior patrimônio do político é a lealdade. Pode ser ao povo, às ideias, ao poder, mas, sobretudo a capacidade de se manter vivo. Mesmo depois de morto.

Jango mesmo derrotado persistiu na batalha das ideias e em suas respostas mostrou enorme vitalidade, afirmando primeiro que não existe nação sem Estado soberano. Depois, marca um grande momento da sua vida num encontro de dois tempos, sincrônico e diacrônico, como se fosse possível mudar o passado, através de uma noção plástica da realidade pretérita. O passado sombrio do suicídio de Vargas se imiscui a um só momento ao tempo da renúncia de Jânio e a volta da China. Passado, Presente e futuro num só instante.

Quase dez anos depois de responder às perguntas de Emanuel Mickovic-Soko, João Goulart morre na Argentina, em 6 de dezembro de 1976. Durante os mais de doze anos que passou no exílio, Jango e a família foram intensamente acompanhados pelo governo brasileiro, a ponto de existirem agentes infiltrados observando de perto a rotina de todos. A vigilância sobre João Goulart só foi conhecida após a abertura de arquivos confidenciais do período ditatorial, feita recentemente. Nesse sentido, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade tem sido importante para o recolhimento de mais documentos e informações acerca da investigação e acompanhamento do presidente no exílio.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com prazo de dois anos para apurar as violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, o que inclui a ditadura (1964-1985). A CNV estabeleceu parcerias formais com outras comissões da verdade, comitês de memória, verdade e justiça e outras organizações da sociedade civil. As parcerias tem sido importantes para a mobilização e realização de audiências públicas, atos públicos e atividades de pesquisas e depoimentos de pessoas ou grupos específicos em todo o país, permitindo que as ações da CNV tenham mais capilaridade.

Em 2013, A Comissão Nacional da Verdade aceitou o pedido de exumação feito pela família de João Goulart, para reabrir as investigações sobre a morte do presidente e apurar a hipótese de envenenamento. Em dezembro, os restos mortais de Jango foram recolhidos do jazigo da família no cemitério Jardim da Paz, em São Borja no Rio Grande do Sul, e examinados por peritos brasileiros e especialistas de outros países. Os resultados das análises ainda não tem data para serem divulgados, mas podem ajudar a esclarecer o contexto da morte do presidente. Suspeita-se que Jango foi vítima de envenenamento como parte da Operação Condor, uma ação coordenada entre regimes militares de países sul-americanos contra

seus opositores durante o período em que existiam ditaduras no continente.

No dia 18 de dezembro do ano passado, na presença dos chefes das Forças Armadas e da presidenta Dilma Rousseff, o Congresso Nacional devolveu simbolicamente o mandato ao presidente João Goulart. O gesto foi um resgate histórico, visto que a vacância do cargo, declarada pelo então presidente do Senado Auro de Moura Andrade no dia 2 de abril de 1964 com Jango ainda em território nacional, permitiu o a realização do Golpe. Cinquenta anos depois, a retomada dos debates sobre o governo João Goulart e o contexto político dos anos de 1960 e 1970 ajudam a refletir sobre o Brasil de ontem e de hoje. Diz Jango na Carta de Zagreb: “Em 1964 perdemos uma batalha contra as forças que lucram com o atraso do Brasil. Mas ainda agora, no exílio, essas mesmas bandeiras é que me motivam para a luta”. O resgate histórico destas bandeiras pode contribuir para a reflexão do país que fomos e que somos, meio século depois.

O estudo sobre João Goulart, portanto, deve trazer os documentos, os acontecimentos marcantes, e os anseios de um presidente que fez um projeto de país que foi fragmentado e esquecido. A sociedade, através das Comissões da Verdade, está debatendo a questão, e os historiadores críticos, em livros, aulas, artigos, palestras e reflexões, devem se perceber como protagonistas da reavaliação e pesquisa sobre esse tempo e essa trajetória. A História precisa relembrar a memória e a história do ex-presidente que sonhava com um Brasil melhor, já que nós, brasileiros conscientes de nosso passado e das necessidades do presente e do futuro, sonhamos também.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO DO INSTITUTO JOÃO GOULART. Brasília, Distrito Federal. Pasta 2. Documento 3.

\_\_\_\_\_. Brasília, Distrito Federal. Pasta 2. Documento 4.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**. Civilização brasileira, 1978.

BENEVIDES, Maria Victoria. **64, um golpe de classe?(Sobre um livro de René Dreifuss)**. Lua Nova, n. 58, p. 255-261, 2003.

BEZERRA, Emanuela Antunes; DE ALMEIDA NEVES, Lucília; DE OLIVEIRA, Virgílio Coelho. **Um olhar sobre uma lacuna: o governo João Goulart**. [s.l.:s.n.]

BORGES, Nilson; FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. O tempo da ditadura: regime**

**militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-42, 2003.

BRASIL. PRESIDENTE (1961-1964: J. GOULART).; GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Imprensa Nacional, 1964.

BRENDLER, Jaqueline Basso et al. Nos passos de Jango: Análise documental da política desenvolvida por João Goulart. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 2, n. 1, 2010.

CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da história.** São Paulo: Escala Educacional, 2005.

DE FREIXO, Adriano; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo.** Contraponto Ed., 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964).** Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, p. 125-145, 2010.

DE MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.** Espaço e tempo, 1989.

DE MORAES FERREIRA, Marieta (Ed.). **João Goulart: entre a memória e a história.** FGV Editora, 2006.

DE OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem.** Annablume, 1993.

DE TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64.** Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

\_\_\_\_\_; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.** Editora da Unicamp, 1997.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. 45 Anos Atrás: a História da História do Fim do Governo João Goulart. **Revista Sociais e Humanas**, v. 22, n. 2, p. 125-137, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964 [mil novecentos sessenta e quatro]: a conquista do estado.** Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge Luiz. **João Goulart: uma biografia.** Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**, v. 3, p. 2610-29, 2011.

\_\_\_\_\_. **João Goulart: entre a história e a memória.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 107-128, 2006.

FICO, Carlos. Os riscos de uma leitura vitimizadora do golpe de 1964. Em meio eletrônico. Abril de 2014. **O Globo.** Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/carlos-fico-os-riscos-de-uma-leitura-vitimizada-do-golpe-de-1964-524445.asp>>. Acesso em 14 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro, RJ. Editora Record. 2004

FOLHA DE SÃO PAULO. **Omissões marcam livros usados em escolas militares. Em meio eletrônico.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/93131-omissoes-marcam-livros-usados-em-escolas-militares.shtml>>. Acesso em 14 de maio de 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política, 1961-1964.** Paz e Terra, 1993.

GOULART, João. **Desenvolvimento e independência.** Serviço Grafico do IBGE, 1962.

JUREMA, Abelardo. Sexta-feira, 13: os últimos dias do governo João Goulart. **Edições O Cruzeiro**, 1964.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 1, p. 30-61, 1999.

MATHEUS, João Paulo Chierigato et al. Efeitos da estimulação elétrica neuromuscular durante a imobilização nas propriedades mecânicas do músculo esquelético. **Rev Bras Med Esporte**, v. 13, n. 1, p. 55-9, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

MENDONÇA, Daniel de. **Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964).** [s.l.:s.n.] 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Governo João Goulart—As Lutas Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MONTEIRO, Sérgio. **Política econômica e credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, 1999.

- MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Editora Civilização Brasileira, 1965.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; DE FREIXO, Adriano. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Editora PUC Rio, 2006.
- \_\_\_\_\_. **As reformas de base na era Jango**. 2008. Tese de Doutorado. Tese (Pós-Doutorado em Administração Pública)-Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_; DE FREIXO, Adriano; VENTAPANE, Jacqueline. **”Tempo negro, temperatura sufocante”: estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Ed. PUC-Rio, 2008.
- NETO, João Pinheiro. **Jango, um depoimento pessoal**. Not Avail, 1993.
- NETO, Octavio Amorim. **De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira**. In: GUIMARÃES, SP; CARDIM, CH. *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.
- NOGUEIRA, Marcelo D. Alencourt. **As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)**. 2006. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado—Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.  
Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=X9i-u22ykMI%3D&tabid=5297>>. Acesso em 14 de maio de 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Ed.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.
- OLIVEIRA, Marcus Roberto de. Conspiração, populismo e golpe de Estado no Brasil. *Revista de Sociologia e política*, n. 17, p. 157-160, 2001.
- REZK, Antônio. Moniz Bandeira e o governo João Goulart. **Revista Novos Rumos**, n. 38, 2012.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964**. Vozes, 1995.
- YAMAUTI, Nilson Nobuaki. A questão da reforma agrária no governo João Goulart. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 27, n. 1, p. 69-86, 2005.

## NOTAS

- <sup>1</sup> ARQUIVO DO INSTITUTO JOÃO GOULART. Brasília, Distrito Federal. Pasta 2. Documento 3.
- <sup>2</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; DE FREIXO, Adriano. O Brasil de João Goulart: um projeto de nação. Editora PUC Rio, 2006.
- <sup>3</sup> Idem
- <sup>4</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. As reformas de base na era Jango. 2008. Tese de Doutorado. Tese (Pós-Doutorado em Administração Pública)-Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- <sup>5</sup> Idem
- <sup>6</sup> Idem
- <sup>7</sup> ARQUIVO DO INSTITUTO JOÃO GOULART. Brasília, Distrito Federal. Pasta 2. Documento 4.
- <sup>8</sup> Ibidem.

## ABSTRACT

This article intends to address the importance of former President João Goulart for the history teaching through two important approaches. The first one reflects on the crucial points that should be brought to reflection, as the myth created around the president, and his ideas for reforms to Brazil. In addition, a second approach discusses current trends in society to bring out the figure of Jango.

Keywords: João Goulart; History; reforms.

# Transformações e Vivências na Região Portuária do Rio de Janeiro

Fernando Sergio Dumas dos Santos  
Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro - Brasil

## RESUMO:

A percepção da cidade gera um imaginário rico e polissêmico, através de imagens que se materializam na paisagem urbana, através de fotografias e pinturas, através do olhar - nos reflexos que se formam nas superfícies espelhadas dos edifícios, na visão construída pelo uso dos espaços, no ato de flunar pela cidade -, da literatura, pelo olhar do outro - no caso, o escritor. Este imaginário configura um saber urbano articulado entre o real e o imaginado, o vivido e o contado, o verbal e o não-verbal. Sua produção se dá a partir das vivências cotidianas e das imagens reveladas ao longo dessa experiência individual e coletiva, cada qual formulando significantes e significados distintos, porém articulados socialmente. As ideias e representações ganham um novo significado ao se mesclarem com as especificidades locais, fazendo com que possamos retratar o padrão identitário dessa cidade e conseqüentemente termos acesso às sensibilidades e às experiências vividas por seus habitantes. É a partir desta perspectiva que analisarei a região portuária do Rio de Janeiro, a qual se apresenta como espaço fundamental dentro dos atuais debates de modernização da cidade, envolvendo seus atores em discussões que abordam a vida cotidiana das comunidades diretamente envolvidas, em suas diversas dimensões: cultural, social, econômica e ambiental. A pesquisa incluiu diferentes suportes, com destaque para o olhar fotográfico: às fotografias oficiais, incorporamos imagens amadoras, muitas delas produzidas sem o uso de técnicas adequadas ou refinadas, mas que transmitem o olhar dos habitantes do lugar, que buscam eternizar um momento íntimo de pessoas queridas, onde a pessoa está em primeiro plano e a cidade ou seu recorte, funciona como cenário.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; sociabilidade; região portuária; fotografia; urbanização

A percepção da cidade gera um imaginário rico e polissêmico que se materializa no seu uso cotidiano e através de imagens, fotografias e pinturas, do olhar construído na utilização dos espaços, do ato de flunar pela cidade, da literatura, pelo olhar do outro... Este imaginário configura um saber urbano articulado entre o real e o imaginado, o vivido e o contado, o

verbal e o não-verbal. Sua produção se dá a partir das vivências cotidianas e das imagens reveladas ao longo dessa experiência individual e coletiva, cada qual formulando significantes e significados distintos, porém articulados socialmente.

Diferentemente da formulação de Barthes sobre Roma, quando ele estabelece a proeminência de “um conflito permanente entre as necessidades funcionais da vida moderna e a carga semântica que lhe é comunicada pela sua história”,<sup>1</sup> entendo que o curso do processo histórico em uma cidade implica em ressignificações de todos os elementos presentes na vida urbana. Os conflitos fazem parte dos movimentos de transformação, sim, entretanto não opõem a funcionalidade à história, nem a razão à significação, pois o processo histórico se constrói a partir da própria funcionalidade atribuída aos elementos e equipamentos urbanos. Então, a significação da própria cidade, seus símbolos, imagens e seu imaginário fundem-se com a racionalidade originalmente atribuída consolidando um espaço onde “as necessidades funcionais da vida moderna” e a “carga semântica” (que lhe é atribuída no uso cotidiano pelos cidadãos, e não “comunicada pela sua história”) interagem de forma intensa e complexa.

As idéias e representações ganham um novo significado ao se mesclarem com as especificidades locais, fazendo com que possamos retratar o padrão identitário da cidade e conseqüentemente termos acesso às sensibilidades e às experiências vividas por seus habitantes. Aqui, o conceito de intertextualidade torna-se fundamental, pois aproxima a cidade – tomada como paisagem e espaço físico – e o urbano – entendido como maneira de viver e vivenciar o espaço e a paisagem. São dois ‘textos’ com sentidos e significados diferentes, articulados numa relação tensionada (e não complementar) pela heterogeneidade, pela hegemonia do urbano sobre o rural e pela noção de cidade como “espaço de elaboração cultural” permanente,<sup>2</sup> onde as traduções, informadas pela História e transmitidas de geração em geração, se atualizam constantemente, permanecendo vivas dentro desse movimento.<sup>3</sup>

É a partir desta perspectiva que analisarei a região portuária do Rio de Janeiro, a qual se apresenta como espaço fundamental dentro dos atuais debates de modernização da cidade, envolvendo seus atores em discussões que abordam a vida cotidiana das comunidades diretamente envolvidas, em suas diversas dimensões: cultural, social, econômica e ambiental. Vale ressaltar que a produção e a reflexão historiográficas sobre o porto do Rio de Janeiro e seus impactos locais e regionais (e também sobre o próprio

processo de desenvolvimento urbano da cidade) está debruçada pontualmente sobre o momento de sua construção e o final do século XX, momento em que se constitui a discussão acerca de mais uma modernização da área. Entretanto, salvo raras exceções, os estudos sobre o porto deixam de levar em conta as transformações urbanas, econômicas, culturais e sociais ocorridas cotidianamente no longo intervalo entre estes dois momentos, tanto em seus aspectos locais, como na vida da cidade, que implicaram em movimentos de atualização e assimilação de novos costumes e práticas. Modificando, mas também ratificando, costumes e tradições forjados desde os próprios costumes de seus membros, plasmados nas relações entre as pessoas e na organização sócio-produtiva da comunidade.

É importante afirmar, ainda, que a cidade que vivenciamos hoje é fruto de um processo histórico complexo, onde as experiências sociais são responsáveis pela construção das hegemonias registradas ao longo do tempo. Os grupos sociais, em sua ação histórica, engendram os processos dialéticos hegemônicos e contra-hegemônicos, nos quais se inscrevem as elaborações culturais. Assim, se hoje podemos efetivamente considerar a cidade como “espaço de elaboração cultural permanente” (conforme afirmei anteriormente), é fundamental compreender esse espaço como fruto de uma construção social e histórica que circunscreve seus sujeitos no tempo e no espaço, e que tem na memória um elemento essencial na interpretação das transformações e das permanências arquitetadas na paisagem urbana.

Esta pesquisa derivou de dois projetos independentes: o primeiro buscava as permanências de registros das religiões afrodescendentes na região portuária do Rio;<sup>4</sup> o outro, desenvolvido a partir das fontes visuais levantadas no primeiro, resultou na exposição “Um século de vivências num porto moderno: Rio de Janeiro, 1910-2010”.<sup>5</sup> Descortinamos, então, um amplo horizonte, já que os conjuntos de documentos analisados incluíam diferentes suportes, desde a documentação textual, passando por mapas e croquis, até fotografias. Entretanto, somente ao aprofundarmos o trabalho sobre as imagens foi que travamos contato com uma importante contradição produzida pelo olhar fotográfico: as fotografias oficiais não penetravam o território estudado. Trata-se de um olhar periférico e generalista, que tem o empreendimento portuário como referência e, quando se aproxima do cotidiano das pessoas que ali vivem, o faz de uma maneira alegórica, criando (ou procurando) referências dos processos e dos problemas gerais da cidade, sem atentar para a lógica que conforma a vida, as práticas cotidianas e culturais específicas do lugar.

Esta dimensão somente foi alcançada quando incorporamos imagens amadoras, muitas delas produzidas sem o uso de técnicas adequadas ou refinadas, mas que transmitem o olhar dos habitantes do lugar, que buscam eternizar um momento íntimo de pessoas queridas, onde a pessoa está em primeiro plano e a cidade ou seu recorte, funciona como cenário. A fotografia cristaliza o instantâneo, implicando na significação da existência das coisas e das pessoas no mundo real, pois o fotógrafo encontra e enfoca seu objeto na realidade. A câmera registra as decisões do fotógrafo, que está sempre analisando, avaliando e escolhendo as possibilidades. Mas, como uma representação da realidade, aquela imagem ganha novos significados a partir do olhar de quem a observa. Ao pensar a exposição, os curadores trabalham com todas essas representações, de forma a passar uma nova forma de olhar a mesma realidade. O que interessa é o social, o coletivo elaborado em um enquadramento comum de gestos, hábitos, símbolos e referências, que guardam na sua totalidade as formas de ser e de agir dos grupos sociais.

O sentido da pesquisa foi, através de instantâneos produzidos em tempos, situações e contextos diferentes, por autores vários e com técnicas diversificadas, retratar os bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, coração e alma da região portuária do Rio de Janeiro, em suas vivências cotidianas ao longo de um século, chegando até os dias atuais. Um olhar permeado pelas vivências de seus moradores ao longo do século XX, estruturado na relação entre a contemporaneidade e a construção das memórias, e no diálogo que procuramos estabelecer entre a narrativa e o senso comum que a sociedade carioca construiu.

### O PORTO MODERNO: UM NOVO MUNDO

A paisagem física da atual região portuária era, até 1904, composta por pequenas praias e enseadas, isoladas da cidade por pequenos morros e ocupadas por inúmeros trapiches pertencentes às diversas casas de comércio atacadista que ali se instalavam e eram responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios, vestuário, ferramentas, etc. Era por esses trapiches que circulavam quase todas as mercadorias comercializadas na praça da capital do país. Ao longo do século XIX, ali se concentraram, além das casas comerciais e dos trapiches, os estaleiros e as atividades manufactureiras, além do mercado de escravos do Valongo.

Os barracões que abrigavam o tráfico negreiro deram lugar aos trapiches do café, impulsionados pela produção do Vale do Paraíba. A partir de

1870, com o crescimento populacional e comercial do Rio de Janeiro, os problemas de moradia, transporte e higiene adensavam-se. Os trabalhadores pobres, dentre eles um expressivo número de escravos e ex-escravos procuraram manter-se próximos aos locais onde realizavam as tarefas que lhes garantiam a subsistência, dando origem a inúmeros cortiços e casas de cômodos, bem como às primeiras favelas nos morros ao redor do centro da cidade. Isto afetou diretamente a zona portuária, na medida em que os sobrados, onde antes residiam os comerciantes abastados, transformaram-se em habitações coletivas.

Este ambiente atraiu novos contingentes populacionais, tais como imigrantes pobres, libertos provenientes de regiões cujas economias estavam decadentes. É exemplar o episódio do retorno dos soldados que participaram das guerras do Paraguai e de Canudos.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, consolidava-se uma população negra oriunda da Bahia, num movimento conhecido como “Diáspora Baiana”. Tratava-se de uma gente que terminaria por se identificar com a nova cidade onde nasceram seus descendentes, e que, naqueles tempos de transição, desempenhou notável papel na reorganização da cultura popular do Rio de Janeiro. Muitos viviam em barracos ou como inquilinos das habitações coletivas e sua ocupação era, quase sempre, vinculada a trabalhos temporários, sua alta rotatividade e a força de suas tradições demarcaram, desde então, um território cultural notadamente afrodescendente, onde despontavam como principais características o candomblé, o trabalho no porto e o samba.<sup>7</sup>

Consolidava-se ali um modo de vida que incorporou-se definitivamente aos costumes da cidade. Todavia, não parece ter sido através de uma “baianização cultural” que se estabeleceram os costumes e tradições demarcadores das práticas que procuramos analisar. Como apontam Maria Clementina P. Cunha e Thiago Gomes, “as atividades do grupo não foram criadas no vazio, mas no diálogo com práticas culturais já existentes há longa data na cidade”<sup>8</sup>.

Reduto da população trabalhadora na área central da cidade, a paisagem da zona portuária do Rio, ainda hoje, configura-se por velhos casarões e sobrados de dois a três pavimentos, situados em ruas estreitas e sinuosas. A região ficou conhecida como a “Pequena África”,<sup>9</sup> mas apesar dos fortes lastros culturais afrodescendentes, os brancos, principalmente imigrantes portugueses, já marcavam presença neste cenário. Brancos e negros compartilhavam cada vez mais os espaços de trabalho, de moradia, de lazer e religiosos, além da suspeição da polícia republicana. Pessoas de diferentes

nacionalidades e tradições culturais estabeleceram relações baseadas no conflito, mas também de solidariedade, revelando que não é possível pensar na classe trabalhadora em termos de uma homogeneidade.<sup>10</sup> No Rio de Janeiro do início do século, os trabalhadores formavam uma massa bastante heterogênea. No entanto, ao compartilharem experiências semelhantes e se reunirem em espaços coletivos, sociabilizavam-se, forjavam os laços de amizade e se identificavam, não apenas como negros e brancos, ou nacionais e portugueses, mas como trabalhadores.<sup>11</sup>

Em sua maioria, estas pessoas vincularam-se aos trabalhos nos trapiches e no pequeno comércio local. Com o crescimento populacional e comercial do Rio de Janeiro, os problemas de moradia, transporte e higiene adensavam-se. Os trabalhadores pobres, dentre eles um expressivo número de escravos e ex-escravos procuraram manter-se próximos aos locais onde realizavam as tarefas que lhes garantiam a subsistência. Os que moravam naquelas encostas, ali permaneceram. Outros, contudo, chegaram; além daqueles que ali transitavam como os carregadores da estiva ou das carroças, os marinheiros e os estrangeiros dos barcos que chegavam e saíam incessantemente. Com a expansão da cidade do Rio de Janeiro, os problemas de moradia, transporte e higiene adensavam-se.<sup>12</sup>

João do Rio, numa de suas instigantes crônicas da cidade, descreve a região ‘por dentro’, a partir de uma visita noturna guiada: “O bairro abraça a Rua da Saúde, com todos os becos, vielas e pequenos cais que dela partem, a Rua da Harmonia, a do Propósito, a do Conselheiro Zacarias, que são paralelas à da Gamboa, a do Santo Cristo, a do Livramento e a atual Rua do Acre. Naturalmente as ruas que as limitam ou que nelas terminam – São Jorge, Conceição, Costa, Senador Pompeu, América, Vidal de Negreiros e a Praia do Saco – participam do estado de alma dominante. Toda essa parte da cidade, uma das mais antigas, ainda cheia de recordações coloniais, tem, a cada passo, um traço de história lúgubre. A Rua da Gamboa é escura, cheia de pó, com um cemitério entre a casaria; a da Harmonia já se chamou do Cemitério, por ter aí existido a necrópole dos escravos vindos da costa da África; a da Saúde, cheia de trapiches, irradiando ruelas e becos, trepando morro acima os seus tentáculos, é o caminho do desespero; a da Prainha, mesmo hoje aberta, com prédios novos, causa, à noite, uma impressão de susto. Como dizia o meu guia, estávamos num novo mundo...”<sup>13</sup>

Na esquina da Rua da Prainha com a Rua Camerino, Augusto Malta capturou a ambiência da região.<sup>14</sup> A mistura de culturas expressa nas pessoas

retratadas; o pequeno comércio e os trabalhadores que ali viviam e por aquelas ruas circulavam; a habitação coletiva, nos sobrados, onde antes residiam os comerciantes abastados... Muitas destas construções resistiram ao tempo e aos projetos urbanísticos, persistindo, ainda hoje, como esteio de tradições e vivências típicas dali.

Aparentemente de maneira contraditória, João do Rio percebia como o “mundo novo” que encontrara nos bairros da região portuária as “recordações coloniais”, os “traços de histórias lúgubres”, que, já naquele momento, demarcavam traços de permanência que configuram tradições locais. Apesar da estupefação do cronista com um cenário tão diferente da moderna cidade, reformada e ainda em construção, e mesmo em relação à antiga capital do Império em seus espaços nobres, a paisagem “lúgubre” vislumbrada escondia a celebração da vida. Para os que conseguiram sobreviver aos horrores da escravidão, e ali se fixaram, e para aqueles recém-chegados que ali se integraram, o território era o espaço da cantiga, da festa e do trabalho, do carregar o mundo nas costas; da trama e do drama; da Pedra do Sal e dos moinhos de trigo; da ordem e da desordem, do legal e do ilegal, do sagrado e do profano; do local de ganhar dinheiro e da miséria, do fascínio e do medo. Se a crônica enfatiza a miséria humana e social, o que a documentação nos descortina é um universo complexo, onde a cidade se reescreve em processos de urbanidade próprios, construídos no labor e no amor cotidianos.

Outra fotografia de Augusto Malta nos transporta até o Largo do Depósito, que, em 1904, representava um importante ponto comercial a meio caminho entre os trapiches da Saúde e o Centro da cidade. Localizado na atual Praça dos Estivadores, na esquina das ruas Camerino com Barão de São Félix, era um espaço privilegiado das transações comerciais típicas do período anterior à construção do novo porto da cidade. Podemos perceber, na imagem, a face colonial da cidade, com seus coches e carroças tracionados por cavalos, o cotidiano dos trabalhadores da região, o quiosque, ponto de encontro, alimentação e lazer e, ao fundo, o Hotel Luzitano, tradicional estabelecimento de pouso para comerciantes de fora da cidade.

Ao adentrarmos o século XX, o Governo Rodrigues Alves realizou uma grande intervenção urbana para viabilizar a construção de um novo porto. Se as importantes Docas do Lloyd Brasileiro, bem como do vizinho Trapiche do Commercio, repletas de mercadorias, representavam a pujança do principal mercado de trabalho local – as atividades de carga e descarga, o comércio e os trabalhos temporários, com sua alta rotatividade – gerando,

desde então, um território cultural. Não se tratava apenas de modernizar os antigos trapiches, pontilhões e embarcadouros; os novos tempos exigiam um empreendimento moldado pela presença da moderna tecnologia de atividades portuárias disponível no mundo. Considerava-se, à época, que a operação do cais – na sua formatação antiga, ou seja, um conglomerado de trapiches e embarcadouros – assemelhava-se à dos portos da Inglaterra de outrora.<sup>15</sup> Assim, o trabalho manual das docas foi substituído pela mecanização dos guindastes hidráulicos e dos novos armazéns equipados com elevadores, visando dar conta do aumento de volume e da velocidade de circulação das mercadorias. Estas transformações no mundo do trabalho portuário impactaram profundamente as experiências sociais. Os habitantes da região e os trabalhadores do porto estavam obrigados, a partir dali, a conviver com os novos ares cosmopolitas da cidade e com a reconfiguração de espaços, paisagens, valores e tradições ali constituídos. Nas fotografias pesquisadas percebemos que, já no período de construção, a mecanização afastara muitos braços destas atividades.

Mas, enquanto a paisagem física e ambiental da região portuária transformava-se, consolidava-se, por outro lado, um elo de continuidade entre a nova organização do trabalho e a época dos carregadores escravos, permanecendo o compartilhamento de experiências e tradições culturais identificadas principalmente com as vivências dos afrodescendentes que ali se instalaram.<sup>16</sup> Estas marcas de permanência continuam visíveis, o que valoriza a zona portuária como um lugar de memória estratégico para a identidade carioca, permitindo-nos afirmar que ali consolidou-se um território cultural próprio, demarcado por uma estreita convivência entre modos de vida e tradições culturais de diferentes matizes, cerzido no calor das trocas culturais e baseado em uma identidade fortemente influenciada pela cultura afrodescendente. Apoiadas na apropriação de práticas ancestrais, as quais figuram entre seus principais elementos, estas pessoas estabeleceram uma sensação de permanência que vincula reminiscências de uma cultura novecentista a alguns aspectos do modo de vida hoje hegemônico nas sociedades capitalistas, onde despontam como principais características o trabalho vinculado às atividades do porto (de forma direta ou indireta) e o samba.<sup>17</sup>

O novo porto, já em sua fase final de construção em 1909, representava, assim, novas relações de trabalho e novas relações com o espaço urbano. Então, a oposição entre o “novo mundo” ao qual João do Rio se referia (“novo mundo” que era, na verdade, o velho mundo colonial) e o que ele

considerava o *status quo* da cidade (aqui, sim um verdadeiro ‘novo mundo’ para a maioria da população do Rio de Janeiro, em geral, e especificamente para os habitantes dos bairros da região portuária) talvez pudesse ser ilustrado pela imagem colhida em 1920 por Augusto Malta. Na esquina das ruas da Gamboa e Livramento, ele colheu o flagrante onde um moderno bonde elétrico circulava pelas antigas paisagens, convivendo com as carroças de tração animal, tendo em primeiro plano uma senhora negra, possivelmente descendente das agruras da escravidão, circulando com suas vestes ancestrais neste cenário “ainda cheio de recordações coloniais” (no dizer de João do Rio). No bairro de Santo Cristo este panorama de convivência entre o antigo e o moderno era semelhante. Uma fotografia, de 1928, indica a introdução, pela prefeitura, de uma nova numeração para as velhas habitações, que passaria a ser adotada na Rua da América, naquele momento também servida pelo serviço de bondes elétricos.

No decorrer das três primeiras décadas do século XX, novas transformações foram implementadas, dando continuidade ao mega empreendimento. Duas fotografias, ambas de Emygdio Ribeiro, provavelmente de 1911, apontam para o “processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca”, de que nos fala Sevcenko.<sup>18</sup> Na primeira aparecem a Avenida do Cais (atual Avenida Rodrigues Alves) com os modernos bondes elétricos circulando por seus amplos espaços ainda em fase de acabamento, uma grande quantidade de pessoas circulando em torno dos novos armazéns do porto, os estilosos postes de iluminação pública e a arborização recente e harmônica. A outra apresenta-nos a recém construída embocadura do canal do Mangue, onde um vapor da Leopoldina Rail Co. e um navio de carga estão atracados. Vemos ainda, em segundo plano, um bonde elétrico circulando pela confluência das Avenidas do Cais e Francisco Bicalho, deixando-nos perceber não apenas a amplitude dos novos espaços projetados, mas também as instalações industriais do bairro de São Cristóvão, agora apartados da região portuária. É o retrato da capital civilizada, resultado da “Era das Demolições”.<sup>19</sup> A modernidade apartava da cidade os bairros que, no imaginário social, fundaram o “espírito carioca”. O lugar da malandragem, dos capoeiras, da boemia, se transformava, permanecendo, entretanto, como a alma e a identidade de toda a cidade.

## UMA REGIÃO APARTADA DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

No porto moderno, a linha do mar para atracação, o cais, e os espaços para armazenagem e operação, bem como os terrenos para a instalação das

várias empresas diretamente vinculadas à atividade portuária, ocuparam exatamente a área aterrada. Para a viabilização desse projeto foi necessário um aterramento de mais de um milhão e meio de metros cúbicos. Acompanhando todo o traçado retificado do porto foi construída a Avenida do Cais. A Avenida Francisco Bicalho, de 1907, margeou o Canal do Mangue, saneando de vez os restos do mangal de São Diogo e escoando os rios que vinham dos vários morros que circundam a região (Serra da Carioca e Maciço da Tijuca), prolongando-se até o mar. O aterro acabou com as ilhas dos Melões (ou das Moças) e dos Cães (onde posteriormente foi erguida a Rodoviária Novo Rio), os sacos do Alferes e de São Diogo e a praia Formosa, que ia até a estação ferroviária Barão de Mauá (Leopoldina). Assim, as avenidas do Cais e Francisco Bicalho passaram a demarcar dois lados de um território triangular que identificamos como a atual região portuária.

O terceiro lado viria mais tarde, com a abertura da Avenida Presidente Vargas (cujas obras iniciaram-se em 1941 e prosseguiram até os anos 1950), que representa a materialização daquilo que havia sido pensado no projeto original do Porto do Rio de Janeiro: o prolongamento da antiga Avenida do Mangue até a Candelária. Este projeto urbanístico permitiu uma ligação viária expressa entre o porto, a Avenida Central (rebatizada como Avenida Rio Branco) e a zona norte da cidade, objeto de intenso adensamento populacional. Seu vértice era a Praça Mauá. Para tanto, foi necessário acabar com a Praça Onze, berço do samba carioca,<sup>20</sup> e desapropriar e demolir mais de 600 prédios no centro da cidade, inclusive igrejas. Em 1941, foi inaugurado o Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, e em 43 o novo prédio da estação D. Pedro II, em estilo *art déco*. Estas duas construções são marcos dos limites territoriais definitivos da região portuária.

Com esta configuração urbanística definida, os bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde viram-se isolados, ficando à margem da tendência de modernização e verticalização que se consolidava na maior parte da cidade. Outra decorrência deste projeto foi uma diáspora decorrente das desapropriações e da contínua valorização dos terrenos próximos à área aterrada, onde foram criadas novas indústrias, instalado um quartel da Polícia Militar e diversas instituições públicas e até o tradicional *Jornal do Comércio* também se mudou para a região. Novos moradores ocuparam os prédios residenciais recém construídos e as atividades comerciais também mudaram muito, particularmente com o afastamento dos grandes atacadistas

que passaram a se concentrar na Rua do Acre, praticamente fora dos limites do triângulo que estabelece os marcos da região estudada. O resultado foi o crescimento populacional de morros como o do Estácio e do Salgueiro, levando consigo os velhos redutos dos sambistas, inclusive a Praça Onze, já que estes logradouros não mais se conectavam com a região portuária. Outra parte significativa de moradores mudou-se para os subúrbios ferroviários, principalmente para os bairros de Madureira e Oswaldo Cruz, onde concentrou-se um grande número de portuários e de sambistas.<sup>21</sup>

No final da década de 1950, após a conclusão da Avenida Presidente Vargas, o Morro da Conceição tinha claros sinais de abandono. O estado precário de muitas casas particulares já sinalizava que a segregação daqueles bairros resultaria no empobrecimento econômico de sua população e no abandono por parte das esferas do poder público. Uma fotografia tirada da janela de uma casa no morro, encontrada no acervo fotográfico do jornal *Correio da Manhã* e datada de Junho de 1958, permite observar o contraste entre os novos espigões da Central do Brasil e do Ministério do Exército, e as moradias da comunidade, muitas transformadas em casas de cômodos que abrigavam diversas famílias. Destacam-se na imagem a Fortaleza da Conceição bem conservada e imponente, e o Morro da Providência, ainda sem a ocupação desordenada de suas encostas. Outra imagem do mesmo acervo e do mesmo ano aponta no mesmo sentido. Trata-se de uma vista aérea do cais, com três grandes cargueiros ancorados junto aos armazéns e partir daí, nota-se a diferença entre a ocupação dos terrenos originados com o aterramento para a construção do porto moderno, que se deu dentro dos padrões urbanísticos e econômicos que prevaleceram na cidade, e as áreas de ocupação antiga, onde viviam aqueles que ali permaneceram residindo (ou resistindo...). Vemos ainda que a Rua Sacadura Cabral (antiga Rua da Prainha) passou a estabelecer uma fronteira: atrás dela, a partir do cais, vemos o Morro da Gamboa (defronte ao grande edifício do novo Hospital dos Servidores do Estado) com suas casas e ruas antigas e mal cuidadas e, à direita, o casario antigo do bairro da Saúde.

Assim, a região portuária do Rio de Janeiro consolidou-se como um dos principais lugares de memória da cidade, com seus casarões e sobrados, suas ruas estreitas e sinuosas e seus costumes. Estes se tornaram pilares da própria identidade carioca, atualizados na dimensão da memória e valorizados na construção de vivências cotidianas lastreadas na solidariedade. Relações deste tipo consolidavam-se nos clubes, em confraternizações que reuniam os moradores dos bairros da região, além de parentes e amigos

que vinham de outros pontos da cidade em busca de um modo de vida que se baseava nos valores comunitários. A Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma, fundada em 1879 no bairro da Saúde, era um dos principais lugares em que estes encontros aconteciam. Uma fotografia tomada na década de 1930, numa feijoada que marcou a despedida de solteiro de Djalma Pinto, reforça tudo o que dissemos anteriormente sobre o modo de vida forjado na convivência entre diferentes culturas e sedimentado nas relações cotidianas.

O carnaval também era motivo para reunir os amigos na Sociedade Dramática Particular Filhos de Talma. Berço do samba, a região portuária esteve, até os anos 80, muito ligada aos festejos momescos. Foi neste clube que nasceu o Bloco Carnavalesco Coração das Meninas, no Natal de 1964, que se tornou um dos grandes blocos de rua do carnaval carioca, rivalizando com o Bafo da Onça e o Cacique de Ramos nos desfiles da Avenida Rio Branco. Uma fotografia familiar revela o espírito de companheirismo reinante em um dos bailes de carnaval do “Talma”, no início dos anos 60, com dezenas de foliões aglomerados em frente da objetiva, dando a impressão de um enorme grupo familiar. Outra tradição dos moradores da Saúde que frequentavam o “Filhos de Talma” era a escolha da Rainha e das Princesas do Baile da Primavera, registrada em outra imagem com a coroação de Márcia Lúcia em 1965, acompanhada de duas Princesas, dentre as quais identificamos D. Sonia que, em outra fotografia, aparece posando com seu esposo, Sr. Emilson, atual presidente do clube e guardião destes registros.

Nos anos 70, acompanhando o recente hábito carioca de fazer churrascos para reunir os amigos, a comunidade da Saúde realizava festas no clube que incluíam toda a comunidade. Tivemos acesso a duas fotografias, tomadas em um mesmo evento, nas quais aparecem separadamente as mulheres, algumas desfrutando da sua cervejinha, e os homens, que estavam em outro espaço, acompanhados de um grupo de sambistas. É interessante comentar que o clima familiar presente nos documentos é uma das principais expressões dos modos de vida e das tradições ali construídas ao longo do século XX, que estabeleceram aquela identidade, de que já falamos, que vincula reminiscências da cultura ancestral, moldada pelo modo de vida hoje hegemônico na sociedade carioca.

Entretanto, alguns conflitos quebravam a harmonia na área do porto. O mundo do trabalho portuário, muito organizado em seus sindicatos e associações, marcava uma presença atuante com movimentos grevistas e reivindicatórios que muitas vezes exigia uma ação policial. Um flagrante do

jornal “Correio da Manhã”, de 1949 (que tinha como legenda “Conflito no porto - A amplificação do serviço de vigilância”), revela que até mesmo as mercadorias estocadas nos armazéns corriam risco nestes momentos. Aqui é interessante perceber que mesmo com o projeto urbanístico que pretendeu isolar a região, levando muitos trabalhadores do porto a mudarem-se para outros bairros distantes, a vida daqueles que ali permaneceram, bem como da própria região, continuava intimamente vinculada ao mundo do trabalho portuário.

No ano de 1958, o fotógrafo Walter Weissheinn retratava um outro lado da história do isolamento urbanístico dos bairros da região portuária: a Rua da Conceição, um dos principais acessos ao morro do mesmo nome, agora partida pela Avenida Presidente Vargas, tinha a sua parte nobre (entre esta avenida e a Rua Buenos Aires) asfaltada por iniciativa da rede de lojas de departamentos Bemoreira. A outra parte, voltada para a encosta do morro, permanece até hoje com o calçamento de pedras típico do final do século XIX. Na chegada dos anos 60, a sociedade carioca experimentava uma radical mudança em seus padrões de consumo, incorporando ao seu cotidiano eletrodomésticos e outras utilidades do lar, agora produzidos pela indústria nacional.<sup>22</sup>

### DOS ANOS 60 AOS 90: TRADIÇÃO, ESTAGNAÇÃO E CRISE

A efervescência política do país na década de 1960 obviamente não passou em branco no território do porto. Uma fotografia do acervo do jornal Correio da Manhã, de 1961, mostra a tropa de choque da polícia pronta para intervir em uma assembleia realizada na sede da Federação dos Marítimos. A politização das categorias profissionais vinculadas às atividades do porto, que tinham grande influência social e econômica nos bairros da região, manteve estes trabalhadores mobilizados mesmo após o golpe militar de 1964. Por este motivo, o fotógrafo França, do “Correio da Manhã”, acompanhou uma assembleia dos portuários em Fevereiro de 1965, menos de um ano depois do Golpe Militar que implantara um novo regime autoritário no país.

Em outra imagem, esta de 1960, a Rua do Acre, ainda um polo do comércio atacadista de secos e molhados, foi retratada, durante um movimento de protesto que cerrou as portas das lojas. Seu traçado faz a ligação entre a Avenida Presidente Vargas e a Praça Mauá, porta de entrada do porto. A permanência deste tipo de comércio estava perto do fim, pois a mudança nos campos da produção industrial e do consumo induziu a

importantes alterações no sistema de comercialização das mercadorias. A população que, tradicionalmente adquiria seus bens e serviços em pequenas lojas (como os armazéns, açougues, quitandas, etc.) passava a consumi-los nos supermercados.

Entretanto, próximo dali, o crepúsculo flagrado da janela da redação do jornal “Correio da Manhã”, no bairro da Saúde, dois anos mais tarde, apresentava outro aspecto da região: a urbanidade chegava com força e os arranha-céus dominavam a paisagem. Ao fundo, à esquerda, imerso nas brumas que antecipavam a noite, pode-se ver o edifício da Central do Brasil encimado pelo relógio de quatro faces. Outra imagem do mesmo jornal, esta de 1964, reforça a ideia de um casario emparedado por centenas altos edifícios, bem no coração da cidade, o qual fica muito bem delineado a partir da foto aérea que tem em primeiro plano o cais do porto e ao fundo o Pão de Açúcar e a entrada da Baía de Guanabara. Este processo, como vimos, foi particularmente estratégico na configuração cultural vivenciada nos bairros portuários, reforçando a convivência entre permanências de antigos costumes e transformações derivadas da nova realidade.

Com o passar dos anos, os amplos espaços promovidos pelas reformas urbanas tornaram-se escassos para o fluxo de veículos na região. As vias originalmente construídas para dar vazão ao fluxo de mercadorias do porto para as zonas Norte e Sul da cidade, transformaram-se em vias de passagem para a população, cada vez em maior número, que residia longe de seus locais de trabalho. Contribuiu para isso a mudança na matriz dos transportes urbanos brasileiros, que passou a privilegiar o trânsito rodoviário a partir dos anos 50, com o projeto desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek. Um flagrante de um repórter fotográfico do “Correio da Manhã” não identificado captou a confusão de ônibus, automóveis e do trânsito pesado dos caminhões – que transportam as mercadorias que movimentam o porto – na Avenida Rodrigues Alves (antiga Avenida do Cais), em novembro de 1961.

Transformada em via de ligação fundamental para a cidade a Avenida Rodrigues Alves escondia, por detrás de seus edifícios, galpões e armazéns, toda a riqueza de práticas, costumes e experiências desenvolvidas pelos moradores da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Já em 1962 a cidade do Rio de Janeiro acostumara-se a passar por esse espaço tão importante para a identidade e as tradições culturais da cidade, sem percebê-lo. No início deste mesmo ano a reportagem do “Correio da Manhã” destacava o

abandono na conservação da Rua Bento Teixeira, na Gamboa. Quando comparamos esta imagem com a da Rua do Acre e com a do trecho anteriormente citado da Rua da Conceição, vemos reforçada a ideia de um isolamento destes bairros como proposta de política pública, já que, ao longo da década de 60 a mesma situação é detectada em fotografias de toda a região. A Rua da América, em Santo Cristo, que já se tornara uma importante via de passagem entre o trânsito do cais e a área da Central do Brasil e da Praça da República, suscita, na imprensa, a proposta de alargamento através de desapropriações. O passar da década não modificou o interesse do poder público pela região. Em matéria de 1967, o “Correio da Manhã” informava que havia problemas de coleta de esgoto, calçamento e iluminação na Rua Rivadávia Correa, junto à Rua do Propósito.

Para além da proposta estatal de abandono, onde figurava não apenas o mau estado de conservação das ruas, vale perceber que Gamboa, Santo Cristo e Saúde tiveram suas características definidas pela convivência de diferentes segmentos sociais em um mesmo território. Desde pessoas bem arrumadas, apresentadas pelo fotógrafo em primeiro plano de seu registro, até a gente humilde vista ao fundo, a Avenida Venezuela era, em 1965, um exemplo desta riqueza de vivências e convivências. Apesar do desinteresse do poder público e da invisibilidade para a cidade, ainda era nas praças e nas ruas que a população local celebrava a vida, a festa e o trabalho. O futebol destacava-se como uma prática social aglutinadora. Os torneios realizados, por exemplo, na quadra da Praça da Harmonia, reuniam a comunidade nos finais de semana para jogar, torcer, se encontrar. Em uma foto de meados da década de 60 vemos um dos times que disputavam a atenção dos moradores, posando para a câmera no centro do campo, que, todavia, já não existe mais. Em seu lugar, hoje, foi erguido o *stand* de tiro de um Batalhão da Polícia Militar.

Uma das características das relações comunitárias nos bairros periféricos do Rio de Janeiro (e também nas pequenas cidades do interior do Brasil) é que elas desenvolviam-se na rua. Os vizinhos congregavam-se nas calçadas, em cadeiras trazidas de casa e desfrutando das conversas muitas vezes acompanhadas de café e bolo, ou alguma outra iguaria trazida da própria cozinha. Esse tipo de relacionamento também era uma marca nos bairros da região portuária. Consideramos, inclusive, que esse comportamento faz parte do exercício diário de solidariedade social e cuidado comum, comunitário. Assim, não foi estranho encontrarmos uma fotografia da década de 1970 onde estes valores estão presentes, pois até a festa de

casamento foi para a rua, esse espaço de uso comum e de construção de identidade social. Nesta festa, na Rua Conselheiro Zacharias, o noivo confraterniza com amigos em um churrasco, tendo como pano de fundo o Morro do Livramento.

Este período trouxe, ainda, novas alterações viárias que impactaram não apenas a paisagem da região portuária, mas que contribuíram ainda mais para a percepção de isolamento em relação ao restante da cidade. Como dissemos anteriormente, a Avenida Rodrigues Alves (antiga Avenida do Cais) tornou-se um eixo viário importante no deslocamento urbano dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Se a sensação de caos já era sentida no início dos anos 60, uma década depois foi necessário concluir outra obra: desta vez um viaduto sobre a avenida que passou a chamar-se Elevado da Perimetral, o qual ligava a Zona Sul até a Avenida Brasil, outro eixo viário que se tornaria fundamental no desenho urbano da cidade.<sup>23</sup> Medindo cerca de 7,5 quilômetros, o elevado foi construído por etapas, sendo inaugurado, em sua totalidade, em Maio de 1978. Paralelamente foram construídos o Elevado São Sebastião (outra ligação entre as zonas Norte e Sul que tinha início na região portuária, em Santo Cristo) e a segunda alça do Elevado do Gasômetro, entre as Avenidas Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Brasil. Esse processo resultou no aprofundamento da separação entre Gamboa, Saúde e Santo Cristo das demais áreas de expansão domiciliar da cidade, propiciando, concomitantemente, a preservação das marcas identitárias locais.

Contudo, o olhar periférico e generalista das fotografias oficiais nos permitiu localizar os processos históricos em seus contextos locais. Neste sentido, uma fotografia tirada de um veículo em movimento no Elevado da Perimetral – embora tivesse como objeto principal um elemento de permanência paisagística, a chaminé do antigo Moinho Inglês incrustada às margens da Avenida Rodrigues Alves – mostra o recrudescimento do movimento migratório no sentido das grandes cidades, experimentado em todo o país e exacerbado nas décadas de 70 e, principalmente, de 80. Ao fundo da imagem, podemos ver o Morro da Providência com toda a sua encosta ocupada por moradias (o que não aparecia em nenhuma das imagens mais antigas), fruto desta explosão populacional e que teve o protagonismo dos nordestinos, que vinham “fazer a vida” no Rio de Janeiro. Outra fotografia, esta de um acervo de família guardado com o intuito de preservar a memória de momentos queridos, apresenta o Morro da Providência em pleno processo de expansão vertical das suas construções,

acompanhando a gestação da “cultura da laje” (que incluiu a entrada do *funk*, como trilha sonora), a qual se constituía também por toda a cidade. Revela, ainda, a belíssima paisagem que se descortina do alto do morro, com a Baía de Guanabara e a Ponte Rio - Niterói ao fundo.<sup>24</sup>

A partir da década de 1980 ficou marcada pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira e por uma crise econômica gerada pela forte retração da produção industrial e uma estagnação da economia como um todo, gerando altos índices inflacionários, recessão e enorme crescimento da dívida externa. Para muitos economistas é considerada uma década perdida. Entretanto, o tema da memória entrou na pauta de diferentes grupos organizados, levando um amplo espectro de movimentos sociais, partidos políticos, associações civis, etc., a se voltar para a organização de suas memórias. Essa preocupação denotava claramente o papel desempenhado pela apropriação do passado na construção das identidades sociais. Neste período percebe-se uma valorização dos tradicionais redutos da região portuária como um lugar de memória estratégico para a identidade carioca. Houve um retorno ao culto da boemia no Largo da Prainha e na área da Praça Mauá, uma forte presença do samba, que voltava às suas origens, e um recrudescimento do uso comercial da área.

Ao mesmo tempo, o processo de rápido crescimento da população que habitava os morros da cidade, gerava, ali, uma tensão entre os antigos e os novos moradores, sendo estes últimos identificados pelos primeiros como “favelados”. Para exemplificar, em uma de nossas visitas ao campo, em 2009, conversamos com uma antiga moradora do Morro da Conceição, que não quis se identificar, mas afirmou que não gostava quando chamavam a área em que mora de “comunidade”, porque ali só vive gente de bem e trabalhadora, enquanto as “comunidades” são lugares de violência e desordem social. Vale lembrar que o termo “comunidade” vem sendo utilizado no Rio de Janeiro como sinônimo de “favela”.

O Rio de Janeiro viveu a crise nos anos 90 dentro de um contexto de crescimento do desemprego, expansão da pobreza (com um aumento elevado na desigualdade de renda) e das favelas e aumento da violência.<sup>25</sup> Este cenário propiciou um aumento de áreas – públicas e privadas – invadidas gerando uma ocupação desordenada do espaço e a formação de aglomerados populacionais, nos quais é possível se viver informalmente, isto é, sem os custos habitacionais regulares, como impostos e taxas.

Para fazer frente a esta situação, o governo municipal elaborou, em 1993, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), que “assumiu a

fragmentação na abordagem da cidade, priorizando as áreas com maior potencial de rentabilidade imobiliária e carga simbólica, ou seja, a cidade torna-se uma “mercadoria” que deve vender-se e ser gerenciada como uma empresa privada competente”.<sup>26</sup> Entretanto, esta iniciativa, apoiada no “ideário neoliberal com o rótulo democrático”,<sup>27</sup> privilegiou o centro da cidade, dentre outras áreas de maior potencial de rentabilidade imobiliária e carga simbólica, em detrimento das áreas mais carentes. Com isso, a região portuária foi brindada com o “Projeto de Recuperação e Revitalização Urbana da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro”, que incluía um Projeto Porto do Rio; o Projeto Píer Mauá e a construção do Museu Guggenheim à semelhança do encontrado em Bilbao, na Espanha. Mas nada disso saiu do papel, representando, apenas, uma pulverização e, muitas vezes, a malversação de uma enorme quantidade de investimentos e recursos públicos.

Entretanto, ao consultar o conjunto de documentos fotográficos que privilegamos para esta análise, ficou claro que aquelas características já citadas como marcas das tradições culturais da região portuária foi absorvida pelos novos moradores, principalmente por aqueles que se alojaram em invasões de antigos galpões industriais abandonados ao longo das décadas. Isso talvez se explique pela proximidade entre estas ocupações e os antigos moradores, fato que, como já foi dito, não prevalecia em relação às novas comunidades instaladas nos morros. Neste quadro, é importante atentar para as relações de vizinhança, um traço que permanece vivo, e para a liberdade das crianças, brincando na rua. Em uma imagem da Rua da América, em Santo Cristo, de 1928, vemos muitas crianças brincando na calçada, vizinhos conversando nas portas de suas casas e, ao fundo, um grupo de homens que se reúne no que parece ser a porta de um bar, um tradicional espaço de sociabilidade carioca e, ainda hoje, uma das marcas de convivência e lazer das pessoas que vivem. Outra foto, esta de 2011, produzida numa ocupação no bairro da Saúde, mostra a permanência dos hábitos de convivência, ilustrando ainda a transformação ocorrida nas vivências sociais. Se as brincadeiras mantêm seus nexos com aquelas de antigamente, o espaço onde se realizam está agora delimitado pelos muros da vila. Este dado reflete as mudanças de que falamos anteriormente, ocorridas não apenas ali, mas em toda a sociedade brasileira posterior aos anos 70.

## O SÉCULO XXI: PRESENTE E FUTURO

O ano de 2010 marcou um século de modernidade na região portuária do Rio de Janeiro: as obras de construção de um moderno porto

transformaram profundamente a sua paisagem e a sua vida, implicando simultaneamente na convivência com os novos ares cosmopolitas e na resistência de valores e tradições ali constituídos. Hoje, a região se apresenta como espaço fundamental quando visualizamos o futuro da cidade. As transformações propostas apontam para o porvir, com a valorização econômica, social e cultural da área, mas também resgatam um passado que já não se pode ver. Entre a antiga Avenida do Cais e o projeto da futura Avenida Rodrigues Alves, transitam imagens e memórias que ajudam a configurar a alma carioca. Atualmente todos estes elementos emergem no bojo da discussão sobre o (re)aproveitamento da zona portuária como protagonista das transformações urbanas empreendidas na cidade.

Ao longo do século XX, a população da região portuária construiu e manteve características definidas pela convivência de diferentes segmentos sociais em um mesmo território. As contradições configuram a particularidade do modelo de segregação carioca, que diferencia a sociabilidade desta cidade em relação a outras, nas quais a pobreza foi fortemente isolada, territorial e simbolicamente. Entretanto, os bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa veem a segregação ser atenuada pelas relações sociais e de trabalho que se estabelecem entre seus moradores. O Cemitério dos Pretos Novos e a Vila Portuária Presidente Dutra lá estão, fazendo a ponte entre tempos diferentes em um mesmo *habitat*. O novo e o tradicional se misturaram num mesmo território, onde o passado e o presente foram se mesclando na vivência das pessoas, gerando os elementos sociais e culturais que compõem a região portuária do século XXI.

As obras que integram o projeto Porto Maravilha, desenvolvidas atualmente pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, descortinaram no horizonte um passado que era lembrado e celebrado apenas pelos historiadores. Escavações na Avenida Barão de Tefé revelaram a existência das estruturas originais do Cais do Valongo, porta de entrada do tráfico de escravos no Rio de Janeiro. Se as descobertas arqueológicas nos remetem ao século XIX, com a descoberta de tesouros culturais trazidos pelos africanos e de marcas indelévels e dolorosas da escravidão, o patrimônio arquitetônico preservado avança no tempo, marcando a chegada do ecletismo do início do século XX e dos arranha-céus da cidade moderna, que configuraram o perímetro de um território de resistência e permanências. Sensíveis, contudo, às transformações ditadas no processo histórico. É o futuro revelando o passado...

As tradições reivindicadas pelos atuais habitantes desses três bairros não se remetem à história propagada pelos historiadores. Não é a permanência

(ou a existência) da “Pequena África” que eles reivindicam, mas uma memória essencialmente carioca de um estilo de vida e de sociabilidade que ainda se mantém. Esta memória se materializa, hoje, no rastro das transformações empreendidas em busca de um novo patamar urbano para a região, seja na restauração da sede do “Filhos de Talma”, seja na reorganização do Bloco Coração das Meninas. Aparece também na reivindicação de praças e espaços de lazer, na recuperação dos espaços urbanos e na reorganização política dos moradores. Talvez o “novo mundo” não esteja nos Escravos da Mauá, nem no samba da Pedra do Sal,<sup>28</sup> mas em todo um aparato de costumes e tradições que se movimenta rumo ao futuro.

## NOTAS

- <sup>1</sup> BARTHES, Roland. *A Aventura Semiológica*. São Paulo: Martin Fontes, 2001, p. 183.
- <sup>2</sup> GASTAL, Susana de Araújo. *Alegorias Urbanas: O Passado Como Subterfúgio*. Campinas: Papirus, 2006, p.76. Ver também, para a discussão sobre o pós-modernismo urbano: JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática: 1997; CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- <sup>3</sup> Para a noção de tradições em movimento, ver: SANTOS, F.S.D; MUAZE, M. A. F. Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus. Brasília: Paralelo 15, 2002.
- <sup>4</sup> O projeto “Práticas terapêuticas da comunidade portuária no século XX”, foi financiado pela Faperj através da linha de fomento APQ1/2009.
- <sup>5</sup> A exposição realizou-se no Centro Cultural dos Correios do Rio de Janeiro, entre novembro de 2011 e janeiro de 2012, e contou com o patrocínio da EBCT e o apoio da CEDURP/Prefeitura do Rio e da Tishman Speyer Properties. Sobre os dois projetos ver matéria do Boletim On Line FAPERJ, de 08/12/2011, produzida por Danielle Kiffer e intitulada “Religiosidade e medicina: pesquisa investiga práticas de cura na zona portuária”.
- <sup>6</sup> A origem do termo “favela” é recorrentemente atribuída à Guerra de Canudos, onde os seguidores de Antonio Conselheiro, estabelecidos no Morro da Favela, nas cercanias do Arraial de Canudos, resistiram à recente proclamação da República até serem massacrados pelas forças oficiais. Em 1897, os soldados retornaram à capital do país, passando a exigir sua incorporação definitiva ao Exército Brasileiro enquanto se mantinham acampados em frente ao Quartel-General (atualmente é a sede do 1º Exército, junto à estação ferroviária Central do Brasil). Diante disto, as autoridades permitiram que eles ocupassem o Morro da Providência, o que foi feito com a construção de barracos de madeira, passando, então, o lugar a ser conhecido como o “Morro da Favela” em alusão àquele de Canudos.
- <sup>7</sup> MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- <sup>8</sup> GOMES, Thiago M. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, 2003, p. 178.; CUNHA, Maria Clementina P. Acontece que eu sou baiano. In: AZEVEDO, E.; CANO, I.; CUNHA, M. C. P. (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- <sup>9</sup> Termo cunhado já no século XX por Heitor dos Prazeres para designar o território que se estendia do novo porto até as franjas dos morros do Estácio e de São Carlos, na área conhecida como Cidade Nova.

- <sup>10</sup> Chalhoub demonstra, de forma bastante esclarecedora, este processo de experiências sociais interculturais no centro do Rio de Janeiro. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores brasileiros da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- <sup>11</sup> Maia afirma que, para os imigrantes portugueses, “sair da zona portuária significou, muitas vezes, alguma forma de mudança de *status* social para melhor condição de vida” e que o processo de modernização do porto levou os imigrantes portugueses a se deslocarem para as zonas sul e norte da cidade. Mas esta movimentação não “esvaziou” a região portuária da influência lusitana, pois, em outro estudo, a própria Maia aponta para uma contínua chegada de portugueses posterior à metade do século XX. MAIA, Maria Manuela Alves. Imigrantes portugueses no porto do Rio de Janeiro. In: VISCARDI, C. M. R.; DELAGADO, L. A. N. (org). *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 105; MAIA, M. M. A. *Imigração e identidade: um estudo sobre famílias portuguesas no Rio de Janeiro - 1950-1974*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008. Para a questão da inserção dos imigrantes lusitanos no espaço portuário, ver, ainda: ROENDEL, H. Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro: mobilidade e formação de territórios. In: LESSA, Carlos (Org). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002; MAIA, Maria Manuela Alves. Imigrantes Portugueses na cidade do Rio de Janeiro: estudo sobre etnicidade e multiculturalismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 433, p. 207-220, 2006.
- <sup>12</sup> ABREU, Maurício A. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997; GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro e da sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.
- <sup>13</sup> BARRETO, Paulo. As crianças que matam. In: Cinematographo: crônicas cariocas. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1909.
- <sup>14</sup> Foi o fotógrafo oficial da cidade do Rio de Janeiro (então Distrito Federal) entre 1903 e 1936. Ver: Portal Augusto Malta em <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/blog-post/augusto-malta-dono-da-memoria-fotografica-do-rio>.
- <sup>15</sup> Esta perspectiva vinha desde o último quartel do século XIX, uma vez que a mão de obra escrava tornara-se cada vez mais cara e escassa desde a extinção do tráfico e a subsequente transferência de escravos para as fazendas de café do Vale do Paraíba. Ver: CRUZ, M. C. V. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo, USP, 1998 (tesede doutorado); CRUZ, M. C. V. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, no. 24. Salvador, 2000.
- <sup>16</sup> Até hoje o contingente de trabalhadores negros no porto do Rio de Janeiro continua a ser predominante, pois estas atividades continuam a oferecer boas perspectivas de emprego regular a este contingente social.
- <sup>17</sup> MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Op. Cit.
- <sup>18</sup> SEVCENKO, N. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 34.
- <sup>19</sup> Expressão dada pelo historiador Oswaldo Porto Rocha ao processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro no princípio do século XX, comandado pelo prefeito Pereira Passos e inspirada nas reformas de Paris comandadas por Georges-Eugène Haussmann, prefeito do departamento do Sena entre 1853 e 1870. Ver: ROCHA, O. P. A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
- <sup>20</sup> MOURA, R. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Op. Cit.
- <sup>21</sup> A diáspora para a região de Madureira inspirou a fundação de duas das maiores agremiações do carnaval carioca: as escolas de samba Portela e Império Serrano, que contaram com a participação de muita gente ligada aos trabalhos no porto.
- <sup>22</sup> Para uma visão geral deste processo de transformação dos hábitos da sociedade brasileira nas grandes cidades, neste período ver: MELLO, J. M. C. de; NOVAES, F. Capitalismo tardio

- e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (coord. geral); SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- <sup>23</sup> A Avenida Brasil começou a ser construída em 1940, inicialmente visando fazer a ligação entre a área portuária carioca e a Rodovia Rio-Petrópolis. Projetada sobre um imenso aterro da orla da Baía da Guanabara, em direção ao Oeste da cidade, logo teve suas dimensões ampliadas para atingir também o acesso a São Paulo. Seu traçado atual, que liga a região portuária ao bairro de Santa Cruz, foi concluído em 1965, totalizando 58,5 km de via urbana. Sua construção provocou uma crescente urbanização às suas margens, com a instalação de indústrias e o surgimento de novos bairros.
- <sup>24</sup> Ambas as fotografias são datadas presumidamente na década de 1980.
- <sup>25</sup> As péssimas condições habitacionais de uma parcela da população são tanto um reflexo como uma das causas da pobreza
- <sup>26</sup> PIREZ, Hindenburgo Francisco. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (13), 5 de noviembre de 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-13.htm>>.
- <sup>27</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades - Alternativas para a crise urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002.
- <sup>28</sup> Os “Escravos da Mauá” são um bloco carnavalesco fundado em 1993 que promove regularmente, ao longo do ano, rodas de samba no Largo de São Francisco da Prainha, na Gamboa. Hoje é um dos principais blocos do carnaval carioca, sendo reconhecido como um pilar do movimento de ressurgimento do carnaval de rua e da reintrodução do samba no universo musical da cidade. Já a Pedra do Sal é um dos lugares mais expressivos da região, sendo assim chamada devido ao comércio de sal que ali era desembarcado e comercializado pelos escravos no século XIX. Hoje é ponto de rodas de samba e de visitação turística, constituindo-se em um dos principais lugares de memória da região.

## FONTES:

Foram utilizados, nesta pesquisa os seguintes acervos:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Coleção Emygdio Ribeiro,  
Gabinete Fotográfico do Ministério de Viação e Obras Públicas

Arquivo Nacional: Coleção do jornal “Correio da Manhã”

Companhia Docas do Rio de Janeiro: arquivo fotográfico

Órgão Gestor de Mão-de-Obra RJ (OGMO-RJ): arquivo fotográfico

Coleção Particular de Mário e Fernanda Herculano

## BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.

AZEVEDO, E.; CANO, I.; CUNHA, M. C. P. (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

- BARRETO, Paulo. *Cinematographo: crônicas cariocas*. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1909.
- BARTHES, Roland. *A Aventura Semiológica*. São Paulo: Martin Fontes, 2001.
- CASTELLS, Manuel**. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores brasileiros da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CRUZ, M. C. V. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, no. 24, Salvador, 2000.
- CRUZ, M. C. V. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo, USP, 1998 (tese de doutorado).
- GASTAL, Susana de Araújo. *Alegorias Urbanas: O Passado Como Subterfúgio*. Campinas: Papirus, 2006.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro e da sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.
- GOMES, Thiago M. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, 2003.  
<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/blog-post/augusto-malta-dono-da-memoria-fotografica-do-rio>.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática: 1997.
- LESSA, Carlos (Org). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- MAIA, M. M. A. *Imigração e identidade: um estudo sobre famílias portuguesas no Rio de Janeiro - 1950- 1974*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- MAIA, M. M. A. Imigrantes Portugueses na cidade do Rio de Janeiro: estudo sobre etnicidade e multiculturalismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 433, p. 207-220, 2006.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades - Alternativas para a crise urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- NOVAIS, F. A. (coord. geral); SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (13), 5 de noviembre de 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-13.htm>>.

ROCHA, O. P. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

SANTOS, F. S. D.; MUAZE, M. A. F. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

SEVCENKO, N. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VISCARDI, C. M. R.; DELAGADO, L. A. N. (org.). *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

#### ABSTRACT:

The perception of the city creates a rich imagination and polysemous, through images that materialize in the urban landscape through photography and paintings through the eyes - the reflections that form in the mirrored surfaces of buildings, built in the vision by the use of spaces, the act of strolling around town -, literature, looking at each other - in this case, the writer. This sets up an imaginary urban knowing articulated between the real and the imagined, the lived and told, verbal and nonverbal. Its production occurs from daily experiences and revealed along that individual and collective experience images, each formulating significant and distinct meanings, however articulated socially. The ideas and representations take on a new meaning when you meld with local specificities, causing us to portray the standard identity of this city and therefore have access to the sensibilities and experiences of its inhabitants. It is from this perspective that I will analyze the port area of Rio de Janeiro, which presents itself as a key area within the current debates on modernization of the city, involving his actors in discussions that address the everyday life of the communities directly involved in its various dimensions : cultural, social, economic and environmental. The survey included various media, especially the photographic eye: the official photos, amateur incorporate images, many of them produced without the use of proper or refined techniques, but they convey the look of the inhabitants of the place, seeking to perpetuate an intimate moment dear people, where the person is in the foreground and the city or its contour, works as a backdrop.

Keywords: Rio de Janeiro; sociability; port área; photography; urbanization

# A Origem da Crise Financeira Americana: uma abordagem heterodoxa

Hawa Diawara

Professora adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ)

## RESUMO

Partindo de uma abordagem analítica endógena da crise inspirada da noção de *ciclo econômico* de Keynes (1936) assim como dos estudos de Aglietta (2007 e 2008), o artigo analisa as causas conjunturais e estruturais da crise financeira que começou nos Estados Unidos via o mercado de créditos hipotecários. Tomando como base um quadro metodológico que especifica a noção de *ciclo financeiro* e que caracteriza a natureza do regime de crescimento americano, conclui-se que nas origens da crise reside um problema estrutural fundamental relacionado ao modo de distribuição de renda, ou seja ao papel relativamente restrito concedido às relações salariais no quadro de um *regime de acumulação financeirizado*.

PALAVRAS-CHAVES: Teoria keynesiana, teoria da Regulação, crises financeiras, ciclo econômico, economia americana

## INTRODUÇÃO

A observação do processo contemporâneo de globalização financeira, e mais especificamente, dos sucessivos e repetitivos episódios de fortes instabilidades financeiras no seio da economia mundial, desacredita a tese neoclássica dos “mercados eficientes.” Como já sublinhou Guttman (2008), é particularmente surpreendente constatar a propensão do sistema financeiro<sup>1</sup> a “produzir” ou gerar crises financeiras<sup>2</sup>, as quais são profundamente destabilizadoras, tomando em consideração os seus efeitos reais na economia. Com efeito, os exemplos são numerosos: a crise da dívida dos países em “via de desenvolvimento” durante a década 80 (a qual foi chamada de “década perdida”), a crise mexicana em 1994/1995, a crise asiática de 1998, e os seus efeitos de “contágio no Brasil e na Rússia em 1999, assim como a explosão da “bolha Internet” em 2001 nos Estados Unidos. Mais recentemente, a crise dos mercados hipotecários (cujo epicentro foi os Estados Unidos) tem sido particularmente fulminante ao considerar a sua natureza sistêmica e os seus rápidos efeitos de propagação através do mundo.

Ao contrário do que preconizavam, no começo, as instituições internacionais e governamentais, não teve uma “separação” entre os países do sul e os do norte na medida em que todas as economias do mundo têm experimentado, claro com intensidade variada, as conseqüências da crise americana. Os “efeitos imediatos” da crise dependem das especificadas estruturais próprias a cada país (tais como o tipo da estrutura produtiva e o modo de inserção das economias nacionais no seio do sistema monetário internacional). O Brasil experimentou uma reversão de fluxos de capitais internacionais entre setembro 2008 e novembro 2008: passa-se de um saldo positivo de 5178 milhões de dólares a um saldo negativo de - 9520 milhões de dólares. Esta saída brutal de fluxos de capitais, no período muito curto de dois meses, explica a rápida depreciação da taxa de cambio em outubro de 2008 (depreciação de 12% em relação ao mês precedente), assim como a redução das reservas internacionais de 8% entre setembro e janeiro de 2009<sup>3</sup> Como então entender estes movimentos erráticos no seio do capitalismo contemporâneo ?

Segundo a teoria neoclássica, os mercados financeiros desenvolvem um papel estabilizador e “auto-regulador”. Esta visão dos mercados é o resultado de dois pressupostos teóricos fundamentais. A primeira hipótese é a da *eficiência informativa*: os mercados financeiros seriam um espaço onde os preços, estabelecidos em qualquer tempo, refletiriam a valor fundamental ou o “valor intrínseco”. Este resultado é possível por meio da concorrência entre os diferentes agentes econômicos supostos racionais e dispondo de toda a informação disponível. A segunda hipótese é a da *eficiência alocativa*: a expansão e o desenvolvimento dos mercados financeiros (na escala planetária) gerariam, via o mecanismo de descolamento da poupança dos países do norte pelos países do sul, uma alocação ótima dos recursos. A partir destes diferentes pressupostos foi elaborada uma visão “exógena” das crises. Estas últimas são consideradas como o corolário de obstáculos impedindo a livre circulação dos capitais. Neste sentido, as crises ou as “bolhas especulativas” só podem ser consideradas como *eventos transitórios* ou *acidentais*: ou seja, elas constituem as exceções que confirmam a regra. Assim, as recomendações feitas em termos de políticas econômicas, e que se encontram nas agendas das grandes instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, inscrevem-se principalmente num quadro de um aperfeiçoamento/fortalecimento das estruturas dos mercados. Trata-se, mais especificamente, através dos mecanismos de supervisão bancária e de aumento da transparência institucional. De reduzir o “risco moral” e

a “tensão financeira” [IMF, (2008)]. Por entanto, considerando as evoluções históricas, e mais particularmente, a repetição de episódios de grandes instabilidades no seio do capitalismo internacional, a tese segundo a qual as crises seriam *eventos transitórios* ou *exógenos* se torna insuficiente.

O objetivo deste artigo é analisar os mecanismos da crise financeira americana (que se iniciou no mercado de créditos hipotecários) partindo de uma abordagem endógena da crise [inspirada da noção de ciclo econômico de Keynes (1936) assim como dos estudos de Aglietta (2007 e 2008)]. A hipótese fundamental é que a compreensão dos mecanismos de crise necessita considerar as características estruturais do regime de crescimento implementado nos Estados Unidos (modo de funcionamento do sistema bancário e financeiro, processo de determinação da demanda, etc.) assim com as características conjunturais que determinam o uso da política econômica no quadro mais global das transformações da conjuntura internacional. A crise financeira, que se analisa no ângulo do “ciclo financeiro”, revela assim as interações entre a dinâmica de endividamento das famílias, a dinâmica do consumo (e da demanda por bens imóveis) e a evolução do preço dos ativos financeiros. Partindo deste quadro metodológico, este artigo articula-se em três partes. Numa primeira parte, apresenta-se o quadro teórico e a noção de ciclo financeiro. Numa segunda parte, caracteriza-se as particularidades do regime de crescimento americano. Na última parte, analise-se os mecanismos implícitos da crise financeira americana.

## 1- APRESENTAÇÃO DO QUADRO TEÓRICO: AS CONTRIBUIÇÕES DE KEYNES

Do ponto de vista analítico, a teoria do ciclo econômico apresentada por Keynes (1936) constitui uma referência central para apreender a noção de “ciclo financeiro”. A visão do ciclo de Keynes se contrapõe à dos neoclássicos. Estes últimos, partindo da hipótese de antecipações racionais, formulada pela primeira vez por Muth (1961) e depois retomada por Lucas (1973)<sup>4</sup>, consideram o ciclo econômico como uma variação acidental da produção (em relação ao seu nível de equilíbrio), variação que se resolve no longo prazo.

### 1.1- DA NOÇÃO DO CICLO ECONÔMICO ....

Keynes, no quadro da sua teoria geral do emprego, propõe uma definição do ciclo econômico analisando a maneira com a qual o movimento cumulativo ascendente se entrelaça com o movimento cumulativo descendente:

Por momento cíclico queremos dizer que, quando o sistema evolui, por exemplo, em direção ascendente, as forças que o impedem para cima adquirem inicialmente impulso e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas forças que operam em sentido oposto e que, por sua vez, adquirem também intensidade durante certo tempo e fortalecem-se mutuamente até que, alcançado o máximo desenvolvimento, declinam e cedem lugar às forças contrárias [Keynes (1988), p-211, Tradução]

Segundo o autor, a origem destes movimentos reside nas mudanças das expectativas de longo prazo e, mais especificamente, nas variações da eficiência marginal do capital<sup>5</sup>. Com efeito, o abalo da confiança em relação aos rendimentos esperados dos bens de capital permite entender a lógica do ciclo econômico, ou seja, a passagem do movimento ascendente pelo movimento descendente. Na fase ascendente, o ciclo se caracteriza por um estado otimista das expectativas, o que compensa a tendência ao aumento dos custos de produção e das taxas de juros. A fase descendente do ciclo se produz quando começam a aparecer expectativas pessimistas em relação aos rendimentos esperados dos bens de capital, o que provoca uma queda na sua eficiência marginal, um aumento da preferência pela liquidez e uma redução dos investimentos produtivos. Esta redução nos investimentos produtivos gera uma alta dos produtos não acabados e dos custos de retenção dos estoques acumulados, os quais devem progressivamente diminuir para validar a quebra da produção. Numa primeira etapa, a redução do capital circulante (redução que acompanha o declínio da produção) produz um *desinvestimento* como resultado da alta dos estoques acumulados. Por entanto, quando estes últimos desaparecem, o processo de desinvestimento atinge o seu nível mais elevado e, por conseqüência, situa-se no ponto mais baixo do ciclo. Então, a supressão progressiva dos estoques acumulados representa um “investimento negativo” que afeta o nível do emprego. Nesta análise, as expectativas elaboradas pelos agentes econômicos (ou seja, o estado de previsão atual relativo aos rendimentos futuros dos bens de capitais) são determinadas por fatores “mutantes” e “incertos”. As expectativas evoluem assim numa base extremamente precária pois elas são sujeitas às variações bruscas e imprevisíveis<sup>6</sup>.

## 1.2- À NOÇÃO DO CICLO FINANCEIRO

A análise keynesiana, ao sublinhar o papel das expectativas, constitui uma referência central para apreender os mecanismos do ciclo econômico. Transpondo esta análise no mercado financeiro e dos títulos, pode-se definir o conceito de “ciclo financeiro” como o conjunto dos mecanismos que explicam a trajetória crescente do preço dos ativos financeiros (movimento cumulativo ascendente) e a trajetória decrescente do preço dos ativos financeiros (movimento cumulativo descendente). Estes movimentos constituem processos endógenos ao sistema na medida em que eles se inscrevem na lógica e no funcionamento do próprio regime de crescimento. Vejamos agora as principais características do regime de acumulação implementado nos Estados Unidos.

## 2- ESPECIFICIDADE DO REGIME DE CRESCIMENTO NOS ESTADOS UNIDOS: A HIPÓTESE DE UM REGIME DE *ACUMULAÇÃO FINANCEIRIZADO*.

Pode-se definir um regime de acumulação como:

o conjunto das regularidades garantindo uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, ou seja, permitindo de superar ou de estender através do tempo as distorções e desequilíbrios que nascem em permanência do próprio processo [Boyer, (1987)] tradução da autora].

As formas institucionais (o regime monetário, as relações salariais, a relação do Estado com a sociedade, o regime de concorrência e o modo de inserção internacional) definem o modo de desenvolvimento ou de regulação da economia e, conseqüentemente, elas caracterizam a natureza do regime de acumulação. Esta visão institucionalista *ou regulacionista* pode ser utilizada para apreender as especificidades do regime de crescimento americano. A hipótese fundamental, já sublinhada pelos números autores [Aglietta (1998), Boyer (2000) e Chesnais (2002)], é que se trata de um regime de *acumulação financeirizado*, ou seja, um regime de crescimento onde as finanças ocupam um lugar privilegiado ao ponto de ser consideradas como uma forma institucional “dominante<sup>7</sup>.” A viabilidade de um regime de crescimento depende da solidez ou da legitimidade dos seus compromissos sociais e políticos fundadores assim como da sua “coerência sistêmica” (no sentido de regularidades macroeconômicas). Partindo da hipótese<sup>8</sup> segunda a qual as finanças ocupam um papel central na dinâmica

do regime de crescimento, apresenta-se o Fluxograma 1 relativo ao regime de crescimento financeirizado americano (referir-se à página 16).

Esta esquematização sublinha o processo histórico de emergência da nova norma financeira exigida pelos grandes investidores institucionais : a “*Shareholder value*” (ponto D) e do novo modo de funcionamento das empresas chamado *Corporate Governance*. Esta norma (que reflete em realidade a consolidação do *poder dos acionistas*) determina o nível da taxa de lucro ou as exigências de rentabilidade no seio da empresa. Boyer (2001) define esta norma de “compromisso institucionalizado”. Esta idéia de “compromisso”, entendida como política econômica deliberada integrando os interesses e as preocupações de todos os atores sociais e econômicos, é, por entanto, questionável como já demonstrou Chesnais (2002, p-17/21). Esta norma financeira é o resultado de mudanças estruturais fundamentais que caracterizam as transformações de natureza econômica, política e ideológica no seio do capitalismo contemporâneo (ponto A). Estas transformações estruturais são, mais especificamente, a consolidação do poder dos mercados financeiros<sup>9</sup> (ponto B) e a adoção de um novo regime de política econômica articulado em torno dos preceitos neoliberais (ponto C). De um ponto de visto mais global, a norma financeira do valor do acionista condiciona e determina o modo de regulação de toda a economia. Com efeito, ela gera, de um lado, um processo de reorganização da produção como mostram as estratégias de fusões e aquisições das empresas empreendidas para assimilar as novas tecnologias e, assim afrontar a concorrência internacional e de outro lado, ela gera um processo de transformação das relações salariais a partir da sua flexibilização e da precarização do mercado de trabalho (ponto E). Esta norma favorece também uma mudança considerável nas relações Estado/economia (via a fixação de uma restrição orçamentária (ponto F), mudança na gestão da política monetária articulada em torno da estabilização monetária e do controle inflacionário (ponto G) assim como na modificação/privatização do sistema de aposentadoria (ponto H). Estas mudanças institucionais revelam, por outro lado, as mutações drásticas no comportamento financeiro dos agentes econômicos (famílias, empresas e bancos). Com efeito, os compromissos e ativos financeiros (endividamento, aplicações financeiras, ações) tomam uma posição cada vez mais importante no seu balanço patrimonial. No fluxograma 2 (referir-se a página 17) detalhamos a dinâmica macroeconômica deste regime de crescimento.

Este fluxograma 2 mostra que a consolidação do poder dos acionistas gera um duplo efeito contraditório na dinâmica do consumo e, por este

meio, na dinâmica da demanda agregada. Por um lado, ele favorece uma mudança na estrutura de remuneração dos assalariados através do processo de coletivização da poupança (ponto A). Com efeito, o consumo das famílias depende do componente salarial  $\frac{W}{P}$  (que é na realidade o componente “tradicional”) mais ele depende também de um fator financeiro  $W$  que pode-se qualificar de *efeito riqueza*, de tal modo que escreve-se:  $C = \alpha \frac{W}{P} + \beta W \cdot \frac{W}{P}$ .  $\frac{W}{P}$  representa o salário real,  $\alpha$  e  $\beta$  representam respectivamente as elasticidades do consumo em relação ao salário real e em relação ao *efeito riqueza*. Na fase ascendente do ciclo (fase de valorização do preço dos ativos financeiros) a remuneração dos assalariados cresce em função da intensidade do efeito riqueza  $W$ . Além disso, cabe sublinhar que no quadro deste regime de crescimento financiarizado os salários reais tendem a depreciar-se por causa do peso que exercita o constrangimento financeiro na gestão da empresa. Os salários se tornam assim uma “variável de ajuste” (ponto B) no momento em que as exigências de rentabilidade financeira se revelam muito elevadas em relação ao potencial real de lucratividade da empresa (ou seja em relação aos lucros operacionais que ela realiza efetivamente). Assim uma maneira de conformar-se aos objetivos de rentabilidade é gerar uma flexibilidade dos salários e dos empregos. As tabelas 1 e 2 ilustram bem esta idéia:

TABELA 1 : REMUNERAÇÃO HORÁRIA REAL DOS SALÁRIOS E SALÁRIO HORÁRIO REAL DOS OPERÁRIOS E EMPREGADOS (EM % ANUAL MÉDIA)

	1997-2001	2001-2005
Remuneração horária real dos salários	4,2	2,0
Salário horário real dos operários e empregados	2,0	0,4

Fonte: Aglietta (2007), “*Désordre dans le capitalisme mondial*”, p-54.

TABELA 2: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO, CUSTO SALARIAL REAL NO SETOR DAS EMPRESAS (EM % ANUAL MÉDIA)

Estados Unidos	1999/1996	1997/2000	2001/2002	2003	2004	2005
Produtividade do trabalho	1;1	2,4	2,1	2,9	<b>3,4</b>	2,1
Custo salarial unitário real	-0,9	1,2	- 1,2	-1,3	<b>-1,4</b>	0,6

Fonte: Aglietta (2007), “*Désordre dans le capitalisme mondial*”, p-53

A tabela 1 mostra que durante os períodos 1997/2001 e 2001/2005 a taxa de crescimento média de remuneração dos assalariados passou de 4,2% a 2% enquanto o salário real dos operários e empregados passou de 2% a 0,4%. A diminuição da participação dos salários no valor agregado constitui assim uma característica marcante deste regime de acumulação. A tabela 2 ilustra o processo de desconexão dos salários em relação à produtividade do trabalho: em 2004, por exemplo, a produtividade do trabalho cresce de 3,4% enquanto o custo salarial unitário declina em -1,4%. Esta compressão dos salários reais (tabela 2) e a tendência à diminuição da remuneração salarial (tabela 1) limitam o potencial de crescimento econômico, o qual se revela insuficiente para garantir os objetivos de lucro empresarial. Assim, o endividamento das famílias (ponto C) se torna um mecanismo institucional fundamental na medida em que ele permite de superar ou contornar (pelos menos provisoriamente) o fraco dinamismo do consumo e da demanda agregada relacionado a uma estrutura de renda desigual.

### 3- APLICAÇÃO DA TEORIA DO CICLO FINANCEIRO AO CASO AMERICANO

O conceito de ciclo financeiro, já apresentado, pode ser utilizado para analisar as origens da crise financeira que começou nos Estados Unidos a partir do desabamento do mercado de crédito hipotecário. Mais especificamente, cabe estudar, de um lado, os mecanismos que causam o “movimento ascendente” (crescimento econômico sustentado pela “inflação” do preço dos ativos), e, por outro lado, o mecanismo que causam o “movimento descendente”, o qual marca uma reversão das tendências via a “desinflação” do preço dos activos e a precipitação da recessão econômica. O movimento cíclico pode ser apreendido, como já assinalou Aglietta (2008, p-13), através de uma análise explicitando as interações entre a dinâmica de endividamento das famílias, a dinâmica da demanda efetiva e do preço dos ativos pelos bens imóveis. Mais especificamente, este movimento cíclico deve ser estudado tomando em consideração as características estruturais do regime de crescimento americano (modo de funcionamento do sistema bancário e financeiro em particular), a natureza da política econômica implementada pelas instituições monetárias assim como as transformações que ocorreram no quadro da economia mundial. Este quadro analítico permite entender as origens do processo de endividamento (interno e externo) que experimentou a economia americana assim como o papel “acelerador” exercido pela dívida interna.

### 3.1- DO MOVIMENTO ASCENDENTE DO CICLO.....

- *Os mecanismos estruturais e conjunturais que causaram o endividamento das famílias.*

Como já foi sublinhado, o regime de acumulação financiarizado americano precisava, para atingir um nível de crescimento acelerado, que seja implementado ou “institucionalizado” um mecanismo de endividamento crescente das famílias. Este objetivo pode ser realizado graças a um modo de funcionamento particular do sistema bancário nomeado “*originate and distribute*”. Com efeito, dois grandes fatores estruturais facilitaram o aumento do volume de crédito. Primeiro, a criação e o desenvolvimento de novos produtos financeiros aplicados ao crédito tais como o *Credit default swap*. Esta operação financeira consiste em uma troca entre um vendedor de proteção (os fundos de pensões; as empresas de seguro) e um comprador de proteção (os bancos). Depois de ter recebido uma remuneração chamada “*prêmio de risco*”, os investidores institucionais cobrem ou “compram” o risco de crédito de um banco (que é em decorrência a “vendedora” do risco). De modo geral, os fundos de pensões aceitam cobrir o risco quando os créditos são bem notados pelas agências de risco (a nota máxima sendo o triplo A). Mas na realidade, o sistema é um pouco mais complexo que isso pois ele integra ao mesmo tempo um mecanismo de venda/revenda de créditos e um mecanismo de transferência do risco de crédito. Com efeito, numa primeira etapa, os bancos regionais (muitas vezes via diferentes mediadores como os corretores o *Brokers*) vendem créditos hipotecários às famílias<sup>10</sup>. Numa segunda etapa, os bancos regionais revendam os créditos aos bancos de negócios (um banco de investimento, por exemplo), os quais vão depois transferir o risco dos créditos comprados aos grandes investidores institucionais. Portanto, este processo de transferência de risco se realiza também em diferentes fases: fase de constituição de “pools” ou lotes de créditos (o banco reúne os créditos em gama de 1000 ou 2000 por exemplo), fase de hierarquização dos lotes de créditos e de constituição de “fatias” de créditos com a colaboração das agências de rating (as fatias “superiores”, sendo consideradas como os créditos mais seguros, obtêm a melhor nota), e enfim a fase de transferência do risco ou de compra de proteções aos investidores institucionais.

A sofisticação desta arquitetura financeira, via o processo de transferência do risco, estimulam os bancos a multiplicar a oferta de créditos sem preocupar-se com os requerimentos de capital necessários para garantir

estes créditos. O segundo fator que favoreceu o crescimento do volume de crédito é relacionado à adoção pelo sistema bancário de novas normas contábeis de avaliação do risco. Passa-se de um “*modo dinâmico*” de atribuição do risco (baseado numa análise rigorosa dos cadastros individuais) a um “*modo estático*” de atribuição do risco (realizado a partir de um modelo de risco construído com base no princípio do valor em risco, “*Value at risk*”). Segundo Aglietta (2008), este modelo, que contribui a privilegiar o volume de créditos à sua qualidade, é dobramento perverso, exceto a lhe impor algumas regras:

« [...]Ele é perverso, pois quem concede um crédito sabendo que ele vai transferir o risco, ou mesmo revender o crédito, não têm nenhuma razão para bem avaliar este crédito na medida em que isso é uma operação custosa ! Ele é perverso porque, baseando-se a sua avaliação do risco num modelo estático, o banqueiro deixa de estudar os cadastros individuais de pedido de empréstimo. De tudo isso resulta uma degradação do processo de avaliação do crédito que vai contribuir para aumentar a quantidade dos créditos concedidos” [M. Aglietta (2009), p-27, tradução da autora]

Enfim, o terceiro fator, este de natureza conjuntural, que favoreceu o aumento do volume dos créditos bancários foi a nova política monetária implementada pela Reserva Federal entre 2001 e 2004. Com efeito, depois da crise nas bolsas em 2001, o governo americano decidiu adotar uma política monetária expansionista no objetivo de restabelecer a economia e ajudar as empresas (que tinham-se endividado consideravelmente durante a fase de valorização da bolsa) a se desendividar. Tomando em consideração a evolução dos preços, a redução drástica das taxas de juros nominais<sup>11</sup> gerou taxas de juros reais negativas que diminuiu substancialmente o custo da moeda no mercado de crédito.

- *Os efeitos macroeconômicos do endividamento das famílias*

TABELA 3: INDICADORES DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS FAMÍLIAS (EM %)

Estados-Unidos	1986/89	1990/92	1993/96	1997/98	1999/00	2001/02	2003/04
Taxa de financeirização <sup>1</sup>	61,1	63,0	65,8	69,0	<b>69,2</b>	63,4	63,2
Participação das ações nos ativos financeiros	15,6	18,5	23,8	32,8	35,4	27,9	27,7
Taxa de endividamento <sup>2</sup>	<b>14,5</b>	15,0	15,7	14,4	14,5	17,3	<b>18,0</b>
Participação dos empréstimos hipotecários na dívida	65,1	69,8	68,9	67,0	67,8	69,0	<b>71,2</b>

Fonte: *M. Aglietta (2007), "Désordre dans le capitalisme mondial", p-62.*

1. Taxa de financeirização = ativos financeiros/ (ativos financeiros + ativos reais)

2. Taxa de endividamento = compromissos totais/ ativos totais

A tabela 3 mostra a evolução da estrutura patrimonial do balanço das famílias nos Estados Unidos entre 1986 e 2002. Ressalta-se desta análise que a taxa de financiarização das famílias (participação dos ativos financeiros nos ativos totais, os quais são a soma entre os ativos financeiros e os ativos reais) foi particularmente elevada durante o período 1999/2000 (período anterior à explosão da crise nas bolsas) pois ele atingiu o valor de 69,2%. Por outro lado, observa-se que a taxa de endividamento (relação entre compromissos totais e ativos totais) não parou de aumentar durante os períodos estudados, atingindo o valor de 18% durante o período 2003/2004 contra 14,5% durante o período 1986/1989. Nota-se, por outro lado, que a participação dos empréstimos hipotecários na dívida das famílias é substancial pois ela supera o nível de 70% durante o período 2002/2003. Esta aceleração do endividamento das famílias explica o forte dinamismo do consumo (em particular o dos imóveis no mercado hipotecário). Em seguida, a forte expansão dos bens de consumo puxou a demanda agregada, o que valorizou os lucros e alimentou o preço dos ativos financeiros. Nesta fase ascendente do ciclo (entre fevereiro 2003 e outubro 2007), a bolsa de valor de New York, o Dow Jones, não parou de aumentar passando de 7705 a 13 920 pontos<sup>12</sup>.

É importante notar que esta fase de valorização nas bolsas, e mais particularmente no preço de imóveis<sup>13</sup>, se explica também pelo contexto econômico e financeiro mundial. Este contexto se caracteriza por uma forte aceleração das reservas cambiais dos países emergentes asiáticos (os quais são produtores de bens de consumo) e dos países produtores de petróleo e de matérias primas em geral. O excedente de liquidez internacional, ao se converter<sup>14</sup> em empréstimos do tesouro americano no mercado de obrigações, contribuiu a alimentar a alta do preço dos imóveis via o aumento da sua demanda. Assim, na fase ascendente do ciclo, o crescimento econômico é puxado pelo endividamento das famílias e a valorização do preço dos ativos financeiros. A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) passa de 0,4% o primeiro trimestre de 2002 para 2% o primeiro trimestre de 2003 para atingir o valor máximo de 4,8% o segundo trimestre de 2004. A taxa de crescimento real da economia fica acima de 3% até o quarto trimestre de 2006, data a partir da qual começa uma nova fase de desaquecimento do dinamismo econômico.

### 3.2- AO MOVIMENTO DESCENDENTE DO CICLO

O forte dinamismo do consumo (considerando o potencial de produção da economia) e a aceleração do endividamento externo (via a entrada maciça de fluxos de capitais internacionais)<sup>15</sup> agravaram o déficit estrutural da conta corrente nos Estados Unidos<sup>16</sup>.

TABELA 4: BALANÇO DE PAGAMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS, 2003/2005 (EM BILHÕES DE DÓLARES)

	2003	2004	2005
—	-528	-665	-792
Balanço financeiro	528	665	792
Compra de ativos financeiros pelos Estados Unidos:	-326	-868	-427
Reservas	2	3	14
Investimentos diretos	-150	-244	-9
Investimentos em portfólio	-147	-147	-180
Empréstimos bancários	-13	-362	-213
Outros	-18	-118	-39
Compra de ativos americanos pelos estrangeiros	865	1450	1212
Reservas dos bancos centrais	278	388	199
Investimentos diretos	64	133	110
Investimentos em portfólio	312	484	674
Empréstimos bancários	97	337	180
Outros	113	108	50
Conta de capital e erro estatístico	-11	83	06

Fonte: Anton Brender e Florence Pisani (2007), “*Les déséquilibres financiers internationaux*”, p-84

\* Incluindo a conta de capital e os erros estatísticos

Esta tabela mostra que o déficit da conta corrente aumenta de 50% entre 2003 e 2005. Os mecanismos de “desequilíbrios” que vão depois gerar a reversão do ciclo já começaram a aparecer a partir de 2004, num contexto de aceleração de inflação, quando a autoridade monetária decidiu de mudar a orientação da sua política monetária. Entre 2004 e 2006, as taxas de juros de curto prazo passam de 1% a 5,35%. Portanto, os efeitos sobre as taxas de juros de longo prazo só se produzirão alguns meses depois. Esta “curva invertida” das taxas de juros (as taxas de juros de longo prazo sendo inferiores às de juros de curto prazo) contribuirá para alimentar a alta do endividamento interno assim como a valorização do preço dos ativos financeiros durante a fase ascendente do ciclo. Mas, uma vez chegado a um certo ponto (quando as taxas de juros de longo prazo começam a aumentar), aparecerão progressivamente “*as forças que operam em sentido contrário*” já mencionadas por Keynes para definir a fase descendente do ciclo. Em seguida, o aumento das taxas de juros vai gerar um encarecimento drástico do custo de crédito assim como uma alta vertiginosa do endividamento das famílias. No momento em que a probabilidade dos créditos podres aumenta e chega a um certo nível (julgado crítico segundo a avaliação dos mercados financeiros), as agências de *rating* vão reconsiderar o sistema de classificação atribuindo notas inferiores aos créditos concedidos pelos bancos. Em seguida, a perda de confiança se generaliza ao conjunto dos agentes, incluindo os grandes investidores institucionais. O preço dos ativos financeiros

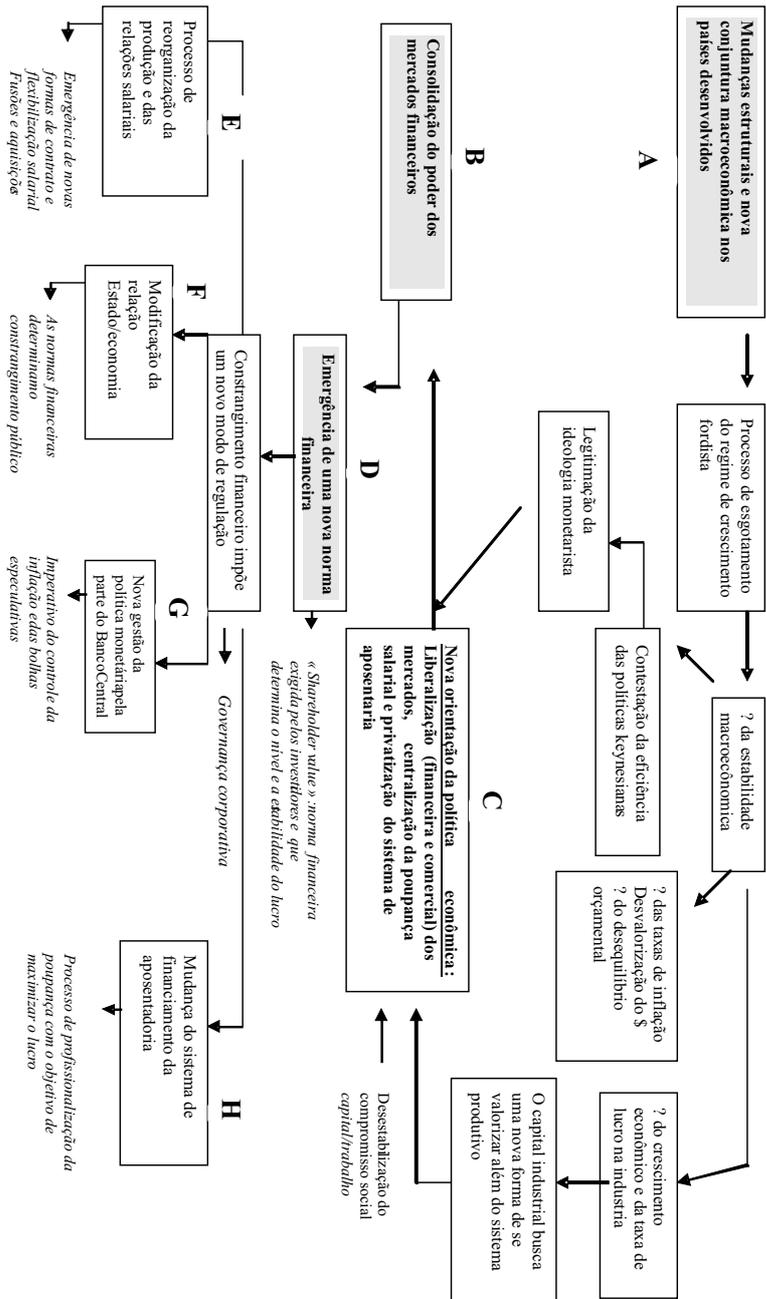
começa a sua trajetória descendente: de um lado, pelo fato que a demanda de imóveis é “endogenamente” limitada (considerando o nível já elevado do endividamento das famílias de baixas rendas); e por outro lado, pelo fato que os fluxos de capitais param e deixam assim de alimentar a demanda dos ativos por este tipo de bem. A crise financeira que atingiu o mercado de crédito imobiliário, vai, em seguida, se generalizar a todos os mercados de créditos da economia. Este processo de contágio se produz porque, por um lado, o conjunto dos créditos era garantido no valor dos imóveis (valor que depois se depreciou) e, por outro lado, os créditos eram interligados no seio do sistema de lotes ou “fatias” que diferencia o grau de risco. Assim, os produtos podres podiam “contaminar” o conjunto dos produtos e gerar uma queda generalizada. O *ciclo financeiro* descrevendo o mecanismo da crise financeira que se iniciou no mercado dos bens hipotecários pode ser ilustrado através da fluxograma 3 (referir-se à página 18).

#### 4- CONCLUSÃO

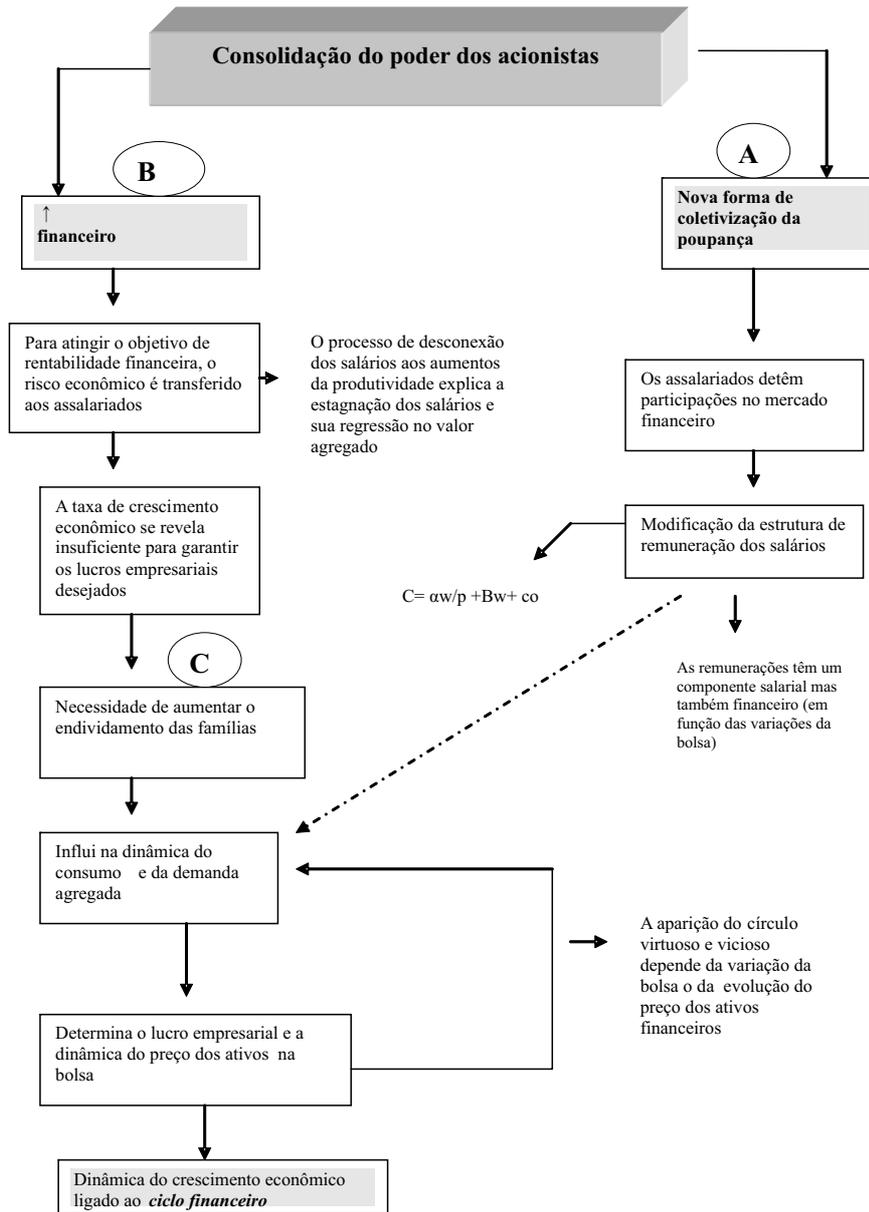
Considerando as especificidades estruturais da economia americana assim como a evolução da conjuntura mundial, este artigo explicitou-se os mecanismos da crise financeira internacional analisando as interações entre o grau de endividamento das famílias e a evolução do preço dos ativos financeiros. Esta abordagem analítica permite concluir que nas origens da crise, reside um problema estrutural fundamental relacionado ao modo de distribuição de renda, ou seja, ao papel relativamente restrito concedido às relações salariais no quadro de um regime de acumulação financeirizado. Esta análise macroeconômica que especifica os fatores estruturais e conjunturais da crise financeira nos Estados Unidos, pode servir de quadro referencial em termos de orientação da política econômica. Com efeito, considerando a dupla dimensão da crise, cabe-se adotar políticas econômicas que se inscrevem, ao mesmo tempo, numa lógica de curto prazo e de longo prazo. Políticas de curto prazo via a implementação de medidas de estabilização da taxa de câmbio e de controle dos fluxos de capitais externos. Este conjunto de medidas, já bem estudados através de números estudos [Sicsu e Ferrari Filho (2006)] geraria uma melhor gestão dos efeitos reais da variação dos fluxos de capitais quando a confiança dos mercados financeiros cai. Enfim, as políticas de longo prazo consistiriam principalmente a dotar a economia de estruturas econômicas e políticas adequadas para conter o poder dos mercados financeiros (que se reflete no processo *financeirização* da economia) e contribuir para que “a moeda” não seja mais considerada

como um simples ativo financeiro, e que o crédito volte a desenvolver a sua função tradicional de financiamento das atividades produtivas.

FLUXOGRAMA 1 : UMA CARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE CRESCIMENTO FINANCIERIZADO AMERICANO



FLUXOGRAMA 2: REGULARIDADES MACRO-DINÂMICAS NO QUADRO DO *REGIME DE CRESCIMENTO FINANCIARIZADO*





## NOTAS

- <sup>1</sup> O autor usa, mais especificamente, os termos de «*finance-led capitalism*» o qual, na realidade, é sinônimo das noções de “*patrimonial regime*” [Aglietta, (1998)], de «*financed led regime growth*» [Boyer, (2000)] ou de “*regime de acumulação financeirizado*” [Chesnais, (2002)]. A idéia fundamental é que as finanças ocupam um lugar privilegiado no regime de crescimento. Este ponto será tratado mais atentamente pela frente ao caracterizar o regime de crescimento nos Estados Unidos.
- <sup>2</sup> Considerando a estrutura dos mercados financeiros, as crises financeiras podem ser definidas como crises que envolvem os diferentes segmentos dos mercados. Assim, é repertoriada uma pluralidade de crises: crise de cambio, crise bancário, crise gemais (quando as duas primeiras crises acontecem simultaneamente), crise nas bolsas....
- <sup>3</sup> Estes dados provêm do Instituto de Pesquisa e de Economia Aplicada (IPEA).
- <sup>4</sup> John Muth (1961), a través do texto “*Rational Expectations and the Theory of Price Movements*,” foi o primeiro a formular a hipótese das expectativas racionais no quadro de um modelo em equilíbrio parcial com um único mercado. Segundo esta hipótese, os agentes seriam capazes de prever racionalmente e corretamente o movimento dos preços pois eles dispõem do “verdadeiro” modelo para elaborar as expectativas. Em seguida, esta hipótese foi retomada por Robert Lucas (1973), no quadro de um modelo macroeconômico cujo objetivo era estudar, entre outros temas, o papel das expectativas nos efeitos produzidos pela política econômica.
- <sup>5</sup> Cabe-se lembrar que na análise keynesiana, a eficiência marginal do capital reflete a relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou de produção.
- <sup>6</sup> Na sua análise, Keynes (1936) estabelece uma distinção entre as expectativas de curto prazo e as expectativas de longo prazo: «*Estas expectativas, das quais dependem as decisões da atividade econômica dividem-se em dois grupos [...] O primeiro tipo relaciona-se com o preço que um fabricante pode esperar obter pela sua produção acabada, no momento em que se compromete a iniciar o processo que o produzirá [...]. O segundo refere-se ao que o empresário pode esperar ganhar sob a forma de rendimentos futuros, no caso de comprar (ou talvez manufaturar) produtos ‘acabados’ para os adicionar a seu equipamento. Chamaremos às primeiras expectativas a curto prazo e às segundas expectativas a longo prazo*” [Keynes, (1988), tradução, p-46]. É justamente esta última categoria de antecipação que é sujeita a uma incerteza radical.
- <sup>7</sup> Robert Boyer chega até a utilizar o termo de “*hierarquicamente superiora*”. Neste sentido, uma forma institucional será dita “hierarquicamente superiora” em relação a uma outra si a sua evolução implica uma transformação desta forma na sua configuração e na sua lógica [Boyer, (1998), p-27]. Este regime de crescimento financiarizado é considerado como o sucessor do regime de crescimento fordista. Cabe-se lembrar, que a estabilidade deste último regime estava baseada no compromisso capital/trabalho, o qual determinava as condições de inserção econômica e política do assalariado. Inserção política via o sufrágio universal assim como o estabelecimento do regime democrático. Inserção econômica por meio do mecanismo de repercussão das altas de produtividade nos salários, o qual permitia a extensão da produção e da demanda de bens numa grande escada. Do ponto do visto dos mecanismos institucionais, o regime fordista “[...] foi construído com base na Pax Americana, na aceitação dos métodos modernos de produção, numa concorrência bem temperada, numa pura moeda de crédito bem controlada e num Estado deliberadamente intervencionista” [Boyer, (1998), p-9].
- <sup>8</sup> Esta hipótese se verifica amplamente quando se adota uma abordagem histórica que retraza o processo de emergência e de multiplicação das atividades financeiras nas estratégias do conjunto dos agentes econômicos [Braga, (1997, p-195/242)] assim como as mudanças de natureza política e ideológica que contribuíram para à adoção das políticas neoliberais de liberalização dos mercados [Boito, (1999)].
- <sup>9</sup> Segundo Chesnais (2006, p-67), as finanças designam o conjunto das instituições especializadas na centralização do dinheiro “inativo” em busca de alocação em formas de empréstimos ou de títulos. São, mais especificamente, os fundos de pensão ou *Mutual Funds*, as grandes

sociedades de seguro assim como as grandes instituições bancárias. O poder social e econômico destes atores reside no feito que eles controlam a liquidez (via os mercados de títulos) e que eles condicionam o processo de acumulação do capital produtivo.

<sup>10</sup> Esta venda de créditos às famílias é tanto mais facilitada que a política monetária expansionista da Reserva Federal (FED) favorece uma diminuição substancial do custo real do crédito. O conjunto destes elementos explica a facilidade com a qual uma parcela significativa da população americana (população de baixas rendas principalmente) pode acessar de modo maciço ao sistema de crédito.

<sup>11</sup> As taxas nominais dos empréstimos bancários eram inferiores a 2% entre novembro de 2001 e setembro de 2004 (cf fonte).

<sup>12</sup> Fonte: IPEA

<sup>13</sup> Cabe-se notar que a fase de valorização do preço de bens imóveis se produz num intervalo de tempo relativamente mais curto englobando o período 2003/ outono 2006.

<sup>14</sup> Esta conversão podia realizar-se uma vez que os países exportadores e detentores de divisas consideraram que as alocações financeiras nos Estados Unidos eram operações seguras tomando em consideração a rápida fase de expansão econômica que experimentava esta economia naquela época.

<sup>15</sup> Segundo os dados de IPEA, entre 2003 e 2005, as compras de ativos americanos pelos estrangeiros aumentam de 40% passando de 865 bilhões de dólares a 1212 bilhões de dólares.

<sup>16</sup> Este déficit estrutural da conta corrente define-se, de um ponto de vista macroeconômico, como a diferença entre a taxa de investimento e a taxa de poupança global, ou seja:  $I-S = M\$ - X\$ + iDt\$$ .  $M\$$  e  $X\$$  sendo respectivamente as importações e as exportações expressadas em dólares, e  $iDt$  os juros pagos sobre a dívida externa americana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel (2008) *La Crise- Pourquoi en est-on arrivé là?* Édition Michalon.

AGLIETTA, Michel e BERREBI, Laurent (2007) *Désordre dans le capitalisme mondial*. Paris : Odile Jacob.

AGLIETTA, Michel. *Le capitalisme de demain*. Actes du Forum de la Régulation, Grenoble, 2001.

BRAGA, José C.S. (1998) « Financeirização global- O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo » in TAVARES, Maria C. (Org). *Poder e dinheiro*, 6a. ed, Rio de Janeiro : Vozes.

BRENDER Anton, e PISANI, Florence (2007), « Les Déséquilibres Financiers Internationaux. Paris : La Découverte.

BRUNO, Miguel. (2008) “O Brasil e outra desordem americana”, *Revista Insight Inteligência*, outubro, p.91-114.

BRUNO, Miguel. (2006). “Rentier Share, Financeirização e Acumulação de capital produtivo no Brasil pós-liberalização”, in *Encontro Nacional de Economia Política – SEP*.

BOYER, Robert (2000).”Is Finance-led growth regime a viable alternative to Fordism ? “ *Economy and Society*, vol. 29, n.1, February, p.111-145.

- BOYER, Robert (1998). « La politique à l'ère de la mondialisation et de la finance: le point sur quelques recherches régulationnistes » in Association Recherche et Régulation. (Org.). *L'année de la régulation 1999*, vol. 3, Paris : La Découverte, p. 13-75
- BOYER, Robert (1987) *La théorie de la Régulation : Une Analyse Critique* », Paris : la Découverte.
- CHESNAIS, François (2006) *La finance capitaliste*, Paris : PUF.
- CHESNAIS, François. (2002) “A teoria do regime de acumulação financiarizado: conteúdo, alcance e interrogações”, *Economia e Sociedade*, v.11, n. 1, p. 1-44.
- DIAWARA, Hawa e al (2009) “Financeirização e crescimento econômico no Brasil : estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas”, *Revista de Economia Política*, vol. 31, n. 5, p. 730-749
- DIAWARA, Hawa (2006). «The logic of financial crises in a financed-led regime of accumulation: the Brazilian specific case », in McDonough, Terrence e al. (Org.). *Growth and crisis, social structures of accumulation theory and analysis*, Ireland: CISC Working Paper , December, p. 286-313
- DIAWARA, Hawa (2006). *Monnaie, Valorisation Rentière du Capital et Dynamique du Marché du Travail dans l'Économie Brésilienne* », Thèse de Doctorat, Université Paris 3, Sorbonne Nouvelle.
- DIAWARA, Hawa. (2003) “L'Hypothèse d'une régulation monétaire des intérêts : les apports de la théorie de la régulation », in l'Association Recherche et Régulation, Grenoble, *Acte du Forum de la régulation 2003* sur Cédérom.
- GUTTMAN, Robert (2008) “A primer on finance-led capitalism and its crisis”, *VARIA*, n. 3-4, 2<sup>ème</sup> semestre.
- IMF, Report. (2008) “Financial stress and economic downturns”, *World Economic Outlook Report*, chapter 4, October.
- KEYNES, John M. (1988) *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, São Paulo: Nova Cultural.
- KEYNES, John M. (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Macmillan Cambridge University Press, for Royal Economic Society.
- LUCAS, Robert E.Jr. (1973) “Some international evidences on output-inflation tradeoffs”, *The American Economic Review*, vol. 63, n. 3, Jun, p. 326-334.
- MARQUES, Jaime P. (2005) « Régulation sociale et développement, spécificités et enseignements du cas brésilien », in CREDAL/CNRS, IRIS/Université Paris Dauphine Colloque international, Conférence *Cycle économique, politique monétaire et répartition* .
- MUTH, John. (1961) “Rational expectations and the theory of price movements”, *Econometrica*, vol. 29, n. 3, p. 315-335.

OREIRO, José L e BASILIO, Fábio. (2008) “A crise financeira brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira à la Minsky”, in *Dossiê da crise*, Associação Keynesiana Brasileira, novembro, p. 69-73, Website: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>.

PAULA Luiz F. (2008) “ Preferência pela liquidez e a natureza da ‘crise’ brasileira”, in *Dossiê da crise*, Associação Keynesiana Brasileira, novembro, p. 74-78, Website: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>.

SALAMA, Pierre. (2001) « Les paradoxes de la libéralisation en Amérique Latine », *Problèmes d’Amérique Latine*, n. 41, La Documentation Française.

SICSÚ João, e FILHO, Fernando F (2006), “Câmbio e Controles de Capitais”, Rio de Janeiro : Editora Campus.

TAVARES, MARIA C. (1977) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaio sobre A Economia Brasileira*, Sexta Edição, Rio de Janeiro : Zahar.

#### ABSTRACT

Basing on the Keynes’s (1936) cycle theory and the studies of Aglietta (2007 e 2008), this article analyses the structural and conjectural causes of the U.S financial crisis process. Considering this methodological framework, which specifies the notion of *financial cycle* and characterises the nature of U.S growth regime, we conclude that financial crisis is related to a structural and fundamental problem attributed to the income repartition or, more exactly, to the position relatively restricted conceded to employment and wage labour relations in the *financialized growth regime*.

KEY WORDS: Keynesian theory, institutional theory, financial crises, economic cycle, American economy, JEL Classification B5, G01, E3



# Mujer y nación barroca: una breve lectura de *Manuela* de Eugenio Díaz

Laura Sánchez Guerra

Universidad Santo Tomás, Bogotá - Colombia

Armando Camacho Álvarez

Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín

## RESUMEN

El barroco como momento histórico y el barroco como categoría de análisis cultural se mezclan en la novela de Eugenio Díaz, *Manuela*, presentada en 1858 como la “verdadera novela nacional”. El papel conservador de la mujer entra en contradicción con la república liberal, con la aspiración de un Estado moderno cuyas banderas fueron la igualdad, la libertad y la fraternidad. Don Demóstenes, liberal radical, es constantemente apelado por una mujer, Manuela, que desmonta sus argumentos desde su vida provincial alejada de los preceptos de la vida citadina nacional, preceptos que pretendieron extender la idea de una unificación nacional y el rol de la mujer dentro de este bastión de la modernidad en el siglo XIX colombiano.

Palabras-clave: Barroco, construcción nacional, Manuela.

## NACIÓN Y LITERATURA

*Manuela* de Eugenio Díaz Castro hizo su aparición el 8 de enero de 1859 en el periódico literario *El Mosaico*, siendo planteada como la “otra novela nacional” en línea directa con *El Carnero*<sup>1</sup>. A usanza de la época, la novela fue publicada “por entregas”, con cada aparición del periódico se sumaba un fragmento; empresa que sería monumental y sostenida porque en conjunto *Manuela* se compone de 31 capítulos, sólo alcanzando a ver la luz un capítulo cada dos impresiones. Monumental porque hasta la fecha en la Nueva Granada no había existido periódico literario que superara el año de publicación<sup>2</sup> y sostenida porque mal contados, siendo *El Mosaico* una publicación semanal, habrían de salir unas 62 impresiones, es decir, mantenerse más de las 52 semanas que dura un año para terminar de dar a conocer la siguiente gran obra de literatura nacional.

Así la presentaba José María Vergara y Vergara, fundador y director de *El Mosaico*:

El objeto que se propone el señor Díaz no es contar simplemente un cuento. De una reunión de hechos históricos pero aislados i majistralmente unidos para ponerlos al servicio de una idea, ha hecho la novela. Su idea, espresada con enérjica frase es mostrar los vicios de nuestra organización política, analizándola para fundarla de abajo para arriba: de la parroquia lejana para la capital; del último eslabon de los tres poderes al primero. (*Manuela*. Novela orijinal de Eugenio Diaz. Prólogo. El Mosaico, diciembre 24 de 1858: 8)

Sin embargo tal empresa nunca culminó aun cuando *El Mosaico* continuó su circulación hasta el año de 1872<sup>3</sup>: *Manuela* sólo se publicó durante tres meses. Las razones son confusas ante la expectativa inicial, de repente se argumenta que la tarea de corrección de estilo requerida superaba las ganas de publicación y que el mismo autor había decidido no poner orden a su manuscrito. *Manuela* sólo sería libro hasta 1899 y hasta hoy ha sido una obra relegada de los clásicos nacionales.

Esta breve presentación de las condiciones de publicación de esta obra de Díaz Castro, quiere hacer énfasis, por un lado, en las dificultades que presentaba la consolidación del campo cultural: la intermitencia de las publicaciones literarias, la baja circulación e impresión de libros, la predominancia de la prensa política; y por otro lado, evidenciar las pretensiones que tenía la prensa literaria: publicar literatura de inspiración nacional y de autores nacionales, perfeccionar el gusto literario, instruir en las costumbres que impulsarían la escena civilizatoria.

Durante todo el siglo XIX colombiano las publicaciones periódicas fueron abundantes pero en su mayoría estaban dedicadas al debate y a la polémica política aunque también se incluían apartes informativos. La prensa fue el medio por excelencia y más eficaz para la propagación del nuevo proyecto político: ser un Estado-nación independiente y próspero. La prensa literaria a pesar de declararse siempre neutral y alejada de la política, hace su entrada en este proyecto con el papel determinante y protagónico de establecer los criterios para juzgar tanto el gran discurso de “la literatura” como el lugar que debía reclamar y ganar allí la “literatura nacional”.

El siglo XIX latinoamericano es marcado por la consolidación de una independencia militar, política, económica y social, pero además cultural en la medida en que debía establecerse una identidad y reconocimiento que no estuvieran ligados a España. Esto no es enteramente nuevo, ya durante la

colonia había una gran diferencia entre “la América española” y la península, y por ejemplo, muchos criollos no gustaban de los nombramientos de españoles por parte del Rey en importantes puestos de la Administración colonial. Sin embargo, lo ocurrido en 1810 cuando Napoleón invade el imperio español, sumado a las recientes Revolución Francesa y estadounidense, convergen en Hispanoamérica para proclamar y defender su independencia de la Madre Patria, lucha que está acompañada por la defensa de una afirmación que marcará no sólo los años subsiguientes sino que aun hoy resuena y se repite en todo rincón, ¡Somos!, pero ¿qué somos?

La respuesta de tipo, digamos, intelectual, espiritual y cultural se buscó a través de la literatura, que había cobrado un fuerte papel como portadora de la expresión única y original de lo americano; no sólo bastaba una elaboración efectiva sino discursiva de los Estados-nacionales. Respuesta que estuvo mediada por los grandes discursos occidentales de la modernidad: “el discurso científico, el concepto de soberanía de los pueblos, la utopía del progreso, el concepto de democracia, la creación del Estado-nación, la secularización del arte y la sociedad, la autonomía del pensamiento y de la acción, la noción de evolución histórica, la industrialización y el desarrollo de los campos culturales e intelectuales” (Barrera, 2005: 6).

Bajo la triada de la Ilustración: igualdad, fraternidad y libertad, el proceso de la modernidad consagró al Estado como portador de la identidad nacional, por lo que se reconoce que la “nación” es una construcción cultural con base en acuerdos políticos, procedimientos del Estado y los intelectuales que dieron lugar a su aparición y cohesión mediante el desarrollo de un sentimiento de identidad. En este sentido, Marisa Moyano (2005) señala que la formación discursiva de la nación coincide con el discurso fundacional de la literatura nacional, ambos entendidos como procesos históricos subsidiarios del constructo del “Estado”.

La escritura tiene un carácter fundacional de “la voluntad de la nación”, la cual es un artificio de la imaginación literaria. La “nación” tiene un carácter ficcional en la medida en que no hay identidad por fuera de la representación, de la narración de sí misma; pero la literatura no es un reflejo en sí de “lo real” sino que funciona como un espejo que produce una “imagen reflejada”: la “nación”, la cual bajo el control del Estado moderno podría llevar a cabo los Derechos del Hombre. ¿Y los de la Mujer?

## LA MUJER Y EL BARROCO: MOMENTO HISTÓRICO

Varias veces en éstos últimos cinco siglos la modernidad tuvo y aprovechó la oportunidad de intervenir en la historia de la América Latina y de transformar su sociedad, y todo parece indicar que la primera de ellas, la que comenzó a finales del siglo XVI, se consolidó durante el XVII y duró hasta mediados del siglo XVIII, fue aquella en la que su proyecto civilizatorio tuvo la capacidad conformadora más decisiva. La modernización de la América Latina en la época “barroca” parece haber sido tan profunda que las otras que vinieron después —la del colonialismo ilustrado en el siglo XVIII, la de la nacionalización republicana en el siglo XIX y la de la capitalización dependiente en este siglo [XX], por identificarlas de algún modo— han sido capaces de alterar sustancialmente lo que ella fundó en su tiempo (Echeverría, 2000: 37).

Según lo anterior, el también llamado “Barroco de Indias” fundó un proyecto civilizatorio de largo alcance y duración por parte de Europa en territorio americano. Para nuestro caso, el Imperio español transformó sus territorios coloniales de manera determinante con la religión como batuta, que además de ser el elemento simbólico de dominación, respondió a un movimiento de “contrarreforma”. En este sentido, el barroco como momento histórico afianzó simbólicamente el catolicismo no solo en los territorios coloniales, pero allí lo hizo con mayor violencia ya que se enfrentaba con una cultura y mundos radicalmente opuestos a la doctrina cristiana.

El movimiento barroco no sólo “estetizó” exageradamente la ritualización religiosa para hacerla más pomposa e impactante, sino que también canalizó sus energías en establecer conductas precisas para las actividades de la vida cotidiana (Bolívar, 2000). La importancia adjudicada a la religión como camino de la salvación humana y aún más, de la salvación de los “salvajes de las Indias”, estableció un discurso sobre la mujer equiparándolas con las pecadoras bíblicas:

(...) este sexo ha envenenado a nuestro primer padre, que era también su marido y su padre, ha decapitado a Juan el Bautista, y llevado a la muerte al valiente Sansón. En cierto modo, también ha matado al Salvador, pues sin su falta no se lo hubiera exigido, nuestro Salvador no habría tenido la necesidad de morir. ¡Ay de ese sexo, en el que no hay temor, ni bondad, ni amistad, y al que

hay que temer cuando se lo ama, más que cuando se le odia.  
(Dalton, J., en: Duby; Perrot, 1992: 34)

La imagen de la mujer y su vida cotidiana tiene entonces específica atención en el discurso barroco. La mujer, portadora de todos los miasmas de sus predecesoras pecadoras sólo tenía un camino redentor: la imitación de la Virgen María. La beatitud como camino o como *imitatio*, señalaban el convento o matrimonio como las opciones que le asegurarían una vida moral, única vida posible ya que se establece una debilidad racional innata en la mujer, es decir, debía redimir su carencia con una vida ejemplar. (Ferrús, 2006).

El erotismo presente en la figura del cuerpo femenino era uno de los principales problemas con el que tenía que luchar el hombre, ya que resistirse a sus encantos era una gran prueba, la falta de control era algo que preocupaba y generaba miedo. La belleza de su cuerpo fue exaltada pero solo en el medio artístico, públicamente se le consideró modelo de beldad mas en la vida cotidiana se le continuó condenando a ser objeto de miedo por el temor de los hombres de fenecer en su divinidad, cegándose y perdiendo el uso de todas sus facultades. “(...) el hombre debe amar con juicio, no con afecto, sin perder jamás el control de la propia racionalidad y sin dejarse transportar por sentimientos. Celos, pasión y, en el extremo, locura, son las consecuencias del amor excesivo por la esposa” (Vecchio, S., en: Duby; Perrot, 1992: 140).

La unión conyugal era vista y vivida desde lo espiritual más que desde lo físico por lo que la mujer fue encargada de la maternidad, reproducción, domesticidad, y educación hogareña de los hijos. Físicamente representaban un pecado e intelectualmente eran consideradas incapaces e inferiores, por tanto la mujer fue así relegada a las labores “menores” del hogar, llenando únicamente su vida espiritual con sacrificio y abnegación total a sus designadas tareas.

¿Qué cambió para la mujer tras la Revolución Francesa, la divulgación de los derechos civiles y la lucha por el Estado moderno en el siglo XIX? En la Nueva Granada, inicia una apertura hacia la discusión por la educación femenina, cambiando el discurso puramente misógino pero manteniendo una serie de “deberes” que la mujer tenía que satisfacer. La mayoría de las propuestas fueron proclamadas por hombres o por la Iglesia en las que se buscaba encauzar a la mujer en un único papel natural: el hogar y el destino de su familia. Al ser ella la responsable del núcleo familiar, también lo fue

de la educación de sus hijos, pues la familia se concibió como primera instancia esencial para el apto desarrollo de los futuros ciudadanos de la naciente república, y siendo el hombre encargado de proveer materialmente al hogar, la mujer que se quedaba en casa debía influir positiva y correctamente sobre sus hijos.

En el hogar y en el cumplimiento de los deberes de la hacienda doméstica, la mujer ocupó un nuevo lugar práctico y simbólico donde encarnar las virtudes que hasta la Colonia debía cumplir preferentemente en el aislamiento y la clausura de la devoción. En el nuevo escenario las actividades domésticas se transmutaron en expresión de virtud católica, y esta innovación llevaría paulatinamente a las mujeres a construir un sentido moral afincado en la conducción del hogar y en la identidad del “ama de casa”, elementos ambos que producen y reproducen el cuerpo moderno, tanto el propio como el de los ciudadanos y el de la nación. (Pedraza, 2011, p. 73)

¿Qué clase de formación debía de impartírsele entonces a la mujer? Se diferenciaron dos posiciones: una de tendencia fuertemente católica que se prolongó durante casi todo el siglo XIX, la cual promovía una imagen femenina directamente relacionada con la Virgen María: el “Marianismo”, el cual suponía que la mujer era la delegada para que su hogar fuera la imagen de la Sagrada Familia o en caso de no contraer matrimonio debía dedicarse a la vida religiosa; y la otra de corte más liberal pero sólo efectiva y visible hacia finales del siglo XIX, cuya propuesta consistía en aceptar la formación femenina bajo parámetros un poco más laicos, orientada a la extensión de los oficios del hogar en un posible campo laboral, es decir, la instrucción que se le brindaba no debía interferir en su labor doméstica ni motivarlas para participar pública o políticamente, por ejemplo, convertirse en maestras, secretarías, enfermeras, etc.

Esta idea se fundamentaba además, en considerar al hogar como mimético a la sociedad, siendo éste un lugar privado con proyecciones públicas al formar en la moral y en los sentidos patrios, en otras palabras, forjar los futuros ciudadanos políticos y hombres de bien de la nación y las futuras madres cargadas de continuar esta imprescindible labor de conservar, educar, agradar, ser el “ángel del hogar”. Sin embargo, este ideal femenino chocaba fuertemente con la realidad, por un lado, la condición femenina estaba también atravesada por su condición social, económica o

cultural, siendo difícil que una indígena o una negra pudiesen seguir a cabalidad los preceptos hogareños cuando debían trabajar servilmente descuidado sus propios hogares o cuando su cosmovisión entraba en conflicto, por mencionar aleatoriamente unos posibles casos. Por otro lado, este ideal era netamente citadino y cargado de convencionalismos que fácilmente se rompían al salir de este pequeño núcleo.

Fueron entonces las “clases altas” citadinas las que formularon este ideal y sus mujeres las que en principio lo siguieron, así como fueron éstas élites las que detentaron el poder estatal, guiando el proceso de la construcción de la nación independiente. Es en este sentido que retomamos la denominación de “nación barroca” (Lempérière, 1994) y la mujer como símbolo de ella, delimitando una interrelación entre el ideal de la mujer en el siglo XIX, la construcción del Estado-nación moderno y el barroco.

¿Puede verse en el discurso sobre de la mujer, las contradicciones de la nación? ¿Pudo el discurso barroco sobre la mujer romperse con las reformas estatales modernas? ¿Son la igualdad, la libertad y la fraternidad contradicciones inherentes tanto al discurso nacional como al discurso de la mujer?

#### **MANUELA DE EUGENIO DÍAZ CASTRO: EL BARROCO COMO CATEGORÍA DE ANÁLISIS CULTURAL.**

Novela por muchos considerada como costumbrista por su alto carácter descriptivo, relata el viaje y estadía de un intelectual liberal, don Demóstenes, en una parroquia a las afueras de Bogotá, quien se enfrenta a su ideología política al entrar en contacto con sus habitantes. Previos análisis de esta obra la sitúan en lugares tan distantes como la contra-hegemonía o el conservadurismo acérrimo. Puede considerarse contra-hegemónica porque respalda muchos de los planteamientos del movimiento artesano<sup>4</sup> de la época y se dice conservadora porque exalta los valores pastoriles.

No nos centraremos en esta discusión, sino que haremos una breve lectura de algunos capítulos para hacer una análisis de las discusiones que allí se plantean sobre los ideales nacionales, discusiones donde toman voz las mujeres, o mejor, toma voz Manuela, una de las habitantes de la parroquia y eje de los acontecimientos narrados en la novela. Manuela confronta tanto al hombre que es don Demóstenes como a su ideología liberal y progresista, ajustándose y desajustándose a los discursos tradicionales de la mujer a la vez que critica e ironiza duramente el discurso nacional moderno.

En el capítulo IV (Díaz, 1960: 33 – 41) el caballero camina de vuelta al pueblo tras un día de caza infructuosa y ve a Manuela lavando en un río

cercano, en principio sólo la observa y tiene dudas de hablarle “por razón del traje tan de confianza que llevaba”, pero ella se percata de su presencia y tranquilamente se dirige a él. La vergüenza de don Demóstenes por la ropa ligera de Manuela se hace minúscula cuando ella le convida a devolverse junto con ella: “¿Juntos?...¿Y lo que dirán en la parroquia de verte ir de los montes con un cachaco<sup>5</sup>?” pregunta él preocupado.

Podemos inferir que hay vestidos adecuados para estar junto a un hombre conocido y otros para un desconocido, sin embargo Manuela no parece saberlo y continúa desafiando a su interlocutor cuando él le explica que es mal visto para una señorita andar sola con un hombre sin estar casada: “¡Conque al revés de nosotras, que solteras tenemos la calle por nuestra, y el camino, y el monte, y los bailes, y cuanto hay y después de casadas nos ajustan la sogal!”.

Este “al revés” está señalando la contrariedad que existe entre la mujer citadina y la mujer pueblerina, en la ciudad los códigos sociales atienden a usos que en el campo no tienen sentido, así lo expresa Manuela cuando don Demóstenes le insta a caminar delante de él argumentando que es el uso para entrar al comedor o a la sala, y ella, recordándole que no está en la ciudad dice: “El hombre va delante, y con su palo o su cuchillo, aparta la rama, o la culebra venenosa”.

Y finalmente, a pesar de haberle dicho a Manuela una serie de conductas bien vistas en la ciudad, sorprendentemente el caballero afirma: “Bogotá es una montaña donde uno anda como quiere, y sin que nadie lo repare.”. Así pues, todas las conductas socialmente aceptables se entablan específicamente en la relación hombre-mujer, y sobre todo, en la manera cómo la mujer debe comportarse según su condición. El hombre va libre mientras no se enfrente a la presencia de una mujer, que bien claro le dejó Manuela, difiere si ella es de la ciudad o del campo.

Más adelante, en el capítulo IX (Díaz, 1960: 89 – 102), don Demóstenes descansaba en la posada del pueblo, que era también la casa de la niña Manuela. Tranquilo en su hamaca es interpelado por la niña cuando ella le reclama que allí acostado está dejando de lado la igualdad, ya que además de olvidar que otros están trabajando mientras él descansa, si apareciese una mujer él debería levantarse, conducta que entonces está especificando cierto trato distintivo ante quien se supone una igual. “¡Ah! Pero era porque estábamos hablando de la igualdad de derechos, me parece.”, le dice don Demóstenes. “¿Entonces no hay más igualdad que esa igualdad de derechos que uste dice?” le pregunta Manuela.

La igualdad de derechos que tan ferozmente defiende el caballero como abanderado liberal es para la niña una completa abstracción que no funciona en el día a día, igualdad que sólo se revela cuando “ricos y pobres se vuelven tierra, y que las señales que dejan los ricos también se acaban algún día para que haya igualdad, porque esa sí que es la igualdad legítima”. La legitimidad de la igualdad para Manuela no está entonces amparada en leyes impuestas por los ricos, los cuales se dan el derecho de dirigir la vida de los pobres, la legitimidad la da la vida misma que no distingue a la hora de terminarse.

Ahora, en el capítulo XI (Díaz, 1960: 124 – 134), don Demóstenes se encuentra profundamente afligido por una carta que recibe de su prometida desde Bogotá. Manuela, a su modo, logra que él le cuente qué ha sucedido, si su novia lo está dejando por alguien más. El caballero inmediatamente le dice que nunca ha dudado de su dignidad, pero que a pesar de eso, ella ha sido corrompida por la sotana; aun cuando don Demóstenes, como buen liberal, le dejó prohibido acercarse a la Iglesia, rezar, confesarse y le explicó por qué dudar de la autoridad del Papa y del matrimonio católico, su prometida había decidido ser beata.

Y Manuela la defiende: “¿Y por qué no quiere usted que sea santa? ¿Le daría menos que hacer si fuera incrédula, que no pensara más que en el lujo, y en el baile, y en la ventana, y en la vagabundería? ¿No es usted tolerante?”. Podría pensarse que la niña es una católica fervorosa, pero durante toda la novela ella no es más crédula que cualquiera, entonces consideramos que ella defiende otra cosa: la libertad de decidir, así sea para ser beata, y aún más, cuestiona la ideología liberal, que pretende ser más abierta que la conservadora.

Esta breve lectura y análisis de la obra de Eugenio Díaz Castro, pretende hacer evidente que si bien hacemos una interpretación de la visión del mundo de un hombre que vivió durante la segunda mitad del siglo XIX, es posible hacer un pequeño acercamiento de las transformaciones que estaban teniendo lugar en la época. El discurso barroco de la mujer inicia un proceso de “depuración” por cuenta de los derechos que promulgaban tanto conservadores como liberales, derechos que debían ser los que ostentaba un “ciudadano” del Estado de la Nueva Granada. Como nación, se tenía una imagen de unificación bajo la triada libertad, igualdad y fraternidad, que la fragmentación bipartidista llevó a planteamientos disímiles de cómo se podría lograr. Sin embargo, esta pelea se planteaba alejada de la realidad, en especial, de la realidad que no fuera la vida citadina.

La vida rural se presenta en *Manuela* con unas dinámicas propias, que son las dinámicas de la vida cotidiana, las dinámicas de la practicidad de la vida en el campo. Así la nación se pelea entre la modernidad y las tradiciones que se han acoplado durante largo tiempo en las sociedades: la “nación barroca”. El barroco como categoría de análisis cultural atiende a esas contradicciones que se configuran a raíz de la sucesión de las formas culturales que hacen de la historia una eterna construcción imperfecta.

La niña Manuela encarna claramente esta imperfección, esa absorción y a la vez, adecuación de los discursos que sobre ella y sobre su pueblo se ciñen. Como mujer pueblerina tiene claro que es diferente a la mujer citadina, y aun así, defiende a aquella que ha decidido volverse beata, imposición que las ideas liberales han intentado “prohibir” pero que se mantiene, y que para Manuela no es sino una elección de vida. La ciudad rica que gobierna y el pueblo pobre que obedece es para ella un orden ilógico, crítica la igualdad, defiende la libertad y sin embargo, está muy consciente de las conductas aceptadas en su mundo para la mujer.

Finalmente, consideramos que esta obra representa el barroco como conducta de vida impuesta en la colonia, conducta de vida que se intenta “corregir” con los ideales modernos, pero conducta que se torna condición cultural de una sociedad que aunque presta a ser igualitaria y libre no puede hacerlo desde centros que imparten leyes abstractas sobre tradiciones arraigadas.

#### NOTAS:

- <sup>1</sup> Escrita en 1638 por Juan Rodríguez Freyle, cuenta el descubrimiento y la conquista del Nuevo Reino de Granada y la fundación y primer siglo de vida de la ciudad de Santa Fe de Bogotá.
- <sup>2</sup> Algunos ejemplos son: *La Estrella Nacional*, publicado entre 1 de enero y 17 de abril. *El Albor Literario. Periódico científico, literario y noticioso*, circuló entre julio y diciembre de 1846. *El Ensayo Literario*, publicado entre el 15 de mayo y el 30 de septiembre de 1849. *La Siesta*, publicado entre el 20 de julio y el 3 de noviembre de 1852. *El Álbum. Periódico Literario, científico y noticioso*, circuló entre mayo 26 de 1856 y febrero 19 de 1857, redactado por José Joaquín Borda, José Manuel Groot y Ricardo Carrasquilla.
- <sup>3</sup> Circulación que se mantuvo no sin contratiempos. Esta publicación literaria cambió continuamente de nombre y tuvo varios años de silencio: 1) *El Mosaico: Miscelánea de literatura, ciencias i música*, dic. de 1858 – sept. de 1859, 2) *El Mosaico: al cual está unida la biblioteca de señoritas*, oct. de 1859 – ago. de 1860, 3) *El Mosaico: álbum neo-granadino*, ago. – dic. 1860, 4) *El Mosaico*, ene. de 1864 – jul. de 1865, 5) *El Mosaico: periódico de industria, ciencias, artes, literatura e inventos*, jul. – nov. de 1865, 6) *El Mosaico: periódico de la juventud*, ene. de 1871 – dic. de 1872
- <sup>4</sup> Aunque la novela no determina la fecha en que ocurre los acontecimientos que relata, alude constantemente a la Revolución del 17 de abril de 1854, golpe de estado hecho al general

José María Obando por parte del general José María Melo y que instaló provisionalmente un gobierno en manos de la clase artesana, la cual no pertenecía estrictamente ni a los liberales ni a los conservadores, los partidos políticos de la “elite”.

<sup>5</sup> Término utilizado para denominar a las personas del interior del país, en especial de Bogotá.

## BIBLIOGRAFÍA:

- Barrera Enderle, Victor (2005) *La formación del discurso crítico hispanoamericano (1810 – 1870)*, Tesis de doctorado en Literatura Chilena e Hispanoamericana. Chile: Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile.
- Chiampi, Irlemar (2000) *Barroco y modernidad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Díaz, Eugenio (1960) *Manuela*. Bogotá: Editorial Kelly.
- Duby, Georges; Perrot, Michelle (Dirs.) (1992) *Historia de las mujeres en occidente. Del Renacimiento a la Edad Moderna. Discursos y disidencias*. España: Taurus.
- Echeverría, Bolívar (2000) *La modernidad de lo Barroco*. México. Ediciones Era.
- Escobar, Sergio (2006) Manuela, de Eugenio Díaz Castro, o la novela sobre el *Impasse* de fundación nacional, *Estudios de Literatura Colombiana*, (16). Digitalizado en: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/elc/article/view/16457>
- Ferrús Antón, Beatriz (2006) Porque fuimos monjas. Mujer y silencio en el barroco de Indias, *Voz y letra: Revista de literatura*, 17 (2), (59 - 76).
- Lempérière, Annik (1994) ¿Nación moderna o república barroca? México 1823 – 1857. Guerra, François Xavier; Quijada, Mónica (Coords.), *Imaginar la nación, Cuadernos de Historia Latinoamericana*, (2), Hambourg: Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, (135-177).
- Moreno Restrepo, Nataly; Salamanca Guzmán, Marisol; Sánchez Guerra, Laura (2009) *La vida cotidiana de la mujer. Entre un ideal y la realidad. Colombia a finales del siglo XIX y principios del siglo XX*. Ponencia presentada en el V Encuentro Latinoamericano de Estudiantes de Historia, La Paz, Bolivia.
- Moyano, Marisa (2005) Los conceptos de “Nación” y los discursos fundacionales de la literatura nacional: La paradoja instituyente y la historia de una carencia, *Espéculo. Revista de estudios literarios*, 3. Digitalizado en: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero30/cnacion.html>
- Ojeda A., Ana Cecilia; Martínez G., Serafín; Nieto López, Judith (2001) Manuela: Tradición, modernidad y violencia política, *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, 6 (1), Universidad Industrial de Santander, (9 - 15).
- Pedraza, Zandra (2011) La “educación de las mujeres”: el avance de las formas modernas de feminidad en Colombia, *Revista de Estudios Sociales*, (41), Bogotá, (72 – 83).



# O projeto pan-americano de Simón Bolívar: instituições, desafios e repercussões

Leandro Gavião

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA-UERJ)

## RESUMO:

Utilizando os escritos políticos de Simón Bolívar como fonte primária, e tendo por base o arcabouço teórico sobre os processos de integração regional, o presente artigo visa analisar a configuração institucional do projeto pan-americano de corte bolivarista, levando em consideração seus principais desafios em face de fatores políticos, geográficos e diplomáticos. Isto posto, buscar-se-á, brevemente, determinar tanto o lugar destinado ao Brasil neste projeto pan-americano como averiguar a contribuição do bolivarismo para a estruturação da identidade latino-americana.

Palavras-chave: Bolivarismo, pan-americanismo, identidade regional.

## INTRODUÇÃO

Por quase todo o século XIX, o pan-americanismo esteve bifurcado nas vertentes *bolivarista* e *monroísta*. Embora fossem contemporâneas, ambas separavam-se devido às suas sensíveis divergências atinentes a duas questões centrais: os limites territoriais do grupamento de países a serem agregados dentro do sistema e o desenho institucional do mesmo. De um lado, os Estados Unidos esboçavam preferência por uma aproximação de cunho continental, ainda que prescindisse de instituições e se pautasse basicamente na retórica unilateral da Doutrina Monroe. Em contraposição, o *bolivarismo* intencionava estabelecer organismos supranacionais extremamente complexos para a época, ao passo que apresentava um caráter mais seletivo no tocante aos Estados a serem integrados.

Nossa proposta é analisar como o projeto integracionista de Simón Bolívar se apresentava às repúblicas recém-independentes da América Espanhola e como o Libertador delineava a configuração do sistema de federação proposto aos demais governantes da vizinhança. Com efeito, elaborar-se-á uma breve descrição das razões pelas quais o Brasil não fora incluído no grande projeto de Bolívar.

Por fim, torna-se necessário observar as causas obliteradoras do pan-americanismo bolivarista. Para tal, nossa explicação se pauta, em certa medida, na tese de Benedict Anderson sobre o insucesso de um nacionalismo hispano-americano *in totum*. Todavia, não deixamos de atentar para elementos conjunturais de ordem política e econômica que igualmente colaboraram para o malogro daquele que, depois das revoluções de independência, era o grande objetivo da vida política de Bolívar: a integração dos povos da América Espanhola.

### A CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO PAN-AMERICANISMO BOLIVARISTA

Simón Bolívar (1783-1830) dedicou parte considerável de sua vida em prol de duas grandes metas envolvendo a América Espanhola. Primordialmente, ambicionava o estabelecimento de uma emancipação política definitiva da região, contrapondo-se com veemência às pretensões espanholas de manutenção do *status quo* em suas possessões coloniais localizadas na América. Acompanhado em tal empreitada por outros importantes líderes sul-americanos, como Bernardo O'Higgins e José Francisco de San Martín, podemos afirmar que Bolívar logrou satisfatório êxito quanto ao cumprimento de tal incumbência. No início da década de 1820, a Espanha havia perdido todas as suas colônias na região, à exceção de Cuba e Porto Rico (OVERY, 2009: 250-251). Sua alcunha de "Libertador" deve-se justamente ao fato de ter livrado do jugo espanhol praticamente toda a América Andina<sup>1</sup>, abrangendo uma área que, hodiernamente, corresponde aproximadamente à Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia (DONGHI, 2005).

A outra grande meta para o continente era o estabelecimento de um projeto integracionista configurado nos moldes de uma federação. O *bolivarismo* pode ser definido, portanto, como a representação de uma visão pan-americana concebida por Simón Bolívar para as repúblicas hispânicas da América. Apesar de seu fracasso ser compreensível ante o predomínio dos interesses locais e das inúmeras dificuldades oriundas da precária comunicação e integração física continental da era pré-industrial<sup>2</sup>, o *bolivarismo* conseguiu se perpetuar no imaginário coletivo dos povos latino-americanos, sendo inclusive exumado e revisado na última década do século XX. Permeada de controvérsias, esta tarefa tem sido realizada pelos defensores do *bolivarianismo*, cujo patrono foi Hugo Chávez, ex-presidente da República Bolivariana da Venezuela<sup>3</sup>.

Antes de qualquer aprofundamento analítico, urge atentarmos para as inúmeras diferenças entre o *bolivarismo* e o *bolivarianismo*. O primeiro representa os ideais de Bolívar enquanto instrumento para a constituição de uma grande nação americana organizada em uma federação inspirada naquela estabelecida nos Estados Unidos a partir de 1791. O segundo é uma corrente política empenhada em constituir uma releitura dos pressupostos integracionistas de Bolívar a partir de uma interpretação socialista<sup>4</sup>, cujo *locus* de idealização deu-se na conjuntura de desencanto sul-americano em face dos insatisfatórios resultados decorrentes depois de aproximadamente uma década sob a hegemonia de políticas inspiradas no receituário neoliberal do Consenso de Washington, propagados nos anos imediatos ao fim da Guerra Fria como suposta solução para adequação ao novo capitalismo global. Não é nossa intenção realizar qualquer juízo de valor sobre o *bolivarianismo*, mas é nosso dever deixar explícito que esta doutrina tem pouco em comum com pensamento original de Simón Bolívar.

Quanto ao modelo de associação regional *bolivarista*, é fundamental compreendermos o caráter elementar representado pela liberdade política nas Américas. Garantida a manutenção desta última, o Libertador clamava por uma instituição supranacional com capacidade para dirigir setorialmente determinadas esferas domésticas de cada governo, pressupondo um elaborado conjunto de órgãos e uma complexa estrutura capaz de interconectar os Estados-membros da federação. Ainda que o discurso pan-americanista norte-americano fosse seu contemporâneo, as dessemelhanças entre os dois arquétipos são bastante sensíveis, especialmente quando comparamos os atributos e fundamentos das duas concepções.

A ousada proposta de Bolívar em estabelecer uma autoridade acima dos países-membros tinha como objetivo articular o seguinte tripé: (i) promover a uniformização dos perfis institucionais dos Estados da região; (ii) manter a estabilidade política no subcontinente mediante direção política conjunta; e (iii) solucionar controvérsias (BOLÍVAR, 1992: 121). Segue abaixo o trecho de uma carta endereçada aos governos da Colômbia, do México, do Rio da Prata, do Chile e da Guatemala, onde podemos corroborar os argumentos supracitados:

Dar estabilidade àquele sistema [pan-americano] e consolidar o poder desse grande corpo político é da competência de uma autoridade superior que **dirija a política de nossos governos**, cuja influência mantenha a **uniformidade de seus princípios** e

cuja simples menção de seu nome possa **acalmar nossas tempestades** (idem – Destaques nossos).

O recurso primordial para gerar tal sistema seria o estabelecimento da Assembleia Geral de Representantes. Esta última constituir-se-ia como espécie de mecanismo *ad hoc*, cuja composição abarcaria deputados plenipotenciários nomeados por cada república. Estes, segundo Bolívar, deveriam zelar por debater questões vinculadas à futura federação, tais como sua estrutura, suas atribuições e sua sede. Atento às carências infraestruturais no tocante às comunicações e transportes, o próprio Bolívar sugeriu que a sede deveria se situar em um ponto central da América Hispânica, como Quito ou Guayaquil, de modo a facilitar o diálogo e o comércio entre os entes federados.

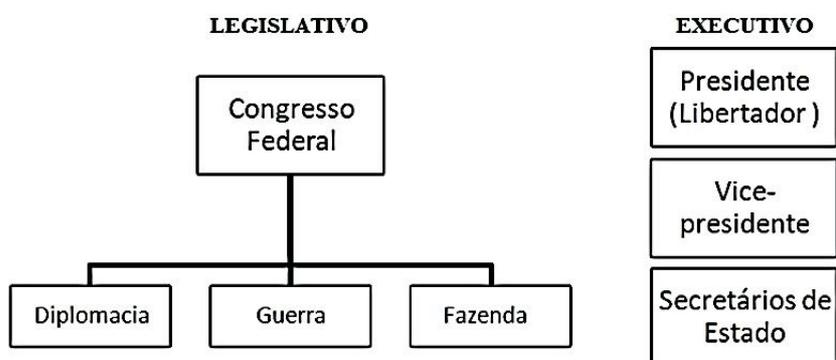
Previsivelmente, havia a necessidade da existência de uma divisão entre o perfil institucional do organismo supranacional e dos Estados-membros. Seguindo um modelo análogo ao proposto por Montesquieu (2010), os responsáveis pela direção dos Estados particulares seriam seus respectivos presidentes – materializados no poder Executivo – e câmaras de deputados ou de representantes – simbolizadas no poder Legislativo. Por outro lado,

O governo geral [federal] será composto de um presidente, um vice-presidente e três câmaras para administrar a Fazenda Nacional, a guerra e as relações exteriores. Cada departamento das três repúblicas [Grã-Colômbia, Peru e Bolívia] mandará um deputado ao grande Congresso Federal e eles se dividirão nas três seções correspondentes, tendo cada seção um terço de deputados de cada república. Essas três câmaras, com o vice-presidente e os secretários de Estado (que serão escolhidos em toda a república) governarão a federação<sup>5</sup>. (...) O “Libertador”<sup>6</sup>, como chefe supremo, irá todo ano visitar os departamentos de cada Estado. (...) Haverá uma bandeira, um Exército e uma só nação (BOLÍVAR, Op. cit.: 125-126).

Não obstante o exemplo supracitado estar centrado em apenas três das seis repúblicas sul-americanas existentes em 1826<sup>7</sup>, é notável a preocupação latente com o cumprimento de princípios isonômicos entre os membros federados, especialmente no que tange à representação política no Congresso Federal. No mesmo documento há argumentos sustentando a difusão da Constituição Boliviana – de autoria de Bolívar, igualmente produzida em

1826 – para as demais repúblicas da América do Sul. Deveriam ser realizados apenas ajustes setoriais necessários para adaptação cabal da Carta às particularidades de cada Estado, o que funcionaria como elemento nivelador para as instituições hispano-americanas, facilitando a aproximação dos países sob uma organização federal.

Gráfico 1 – Estrutura da Federação Geral proposta por Simón Bolívar



Fonte: BOLÍVAR, 1992, p.125

Segundo Frank Safford (2001: 348-349), a configuração da organização estatal proposta por Bolívar pode ser incorporada naquilo que o autor define como *Estado napoleônico*. Em nítida contraposição às proposições de repúblicas centralizadas – constitucionalmente semelhantes ao projeto espanhol de Cádiz, de 1812 –, o Estado napoleônico bolivarista assumia contornos de uma monarquia constitucional com roupagens republicanas, ignorando a rotatividade dos principais cargos políticos – presidente e senadores vitalícios –, enquanto o Executivo recebia amplos poderes, perpassando tanto a sua capacidade de nomeação quanto imunidades<sup>8</sup>. Neste modelo, também previa a peculiar divisão tripartite do Legislativo, apresentando uma das câmaras sob a regência de censores, cuja função seria garantir a virtude cívica e a liberdade (ibidem: 348-349). Existe uma nítida estrutura paritária entre o Estado napoleônico e a Federação Geral, sobretudo no que tange ao papel ao Executivo, que no projeto de Bolívar acumula poderes que o coloca em desequilíbrio com os demais poderes e instâncias governamentais.

Ainda que Bolívar reconhecesse com pesar a quase inevitabilidade da fragmentação territorial em determinadas áreas do subcontinente, tal fracionamento deveria ser contrabalançado com um compromisso integracionista entre as repúblicas contratantes, de maneira a “*obter a mais perfeita unidade possível sob uma forma federal*” (ibidem: 129). São quatro os motivos alegados como impulsionadores desta tendência centrífuga, a saber: (i) a integração física insipiente; (ii) os focos de insatisfação regionais; (iii) a má gestão da coisa pública; e (iv) a ignorância da maior parte da população (BOLÍVAR, Op. cit.: 126).

O *bolívarismo* aventurou-se em constituir uma identidade compartilhada entre as ex-colônias espanholas, repúblicas com quadros institucionais semelhantes e idênticas na língua nacional. A partir destas características comuns foi balizado um planejamento direcionado para a consecução de um complexo e ambicioso esforço integracionista naquele espaço geográfico. À luz dos cinco níveis de aprofundamento da integração regional categorizados na obra organizada por Renato Baumann e Juan Carlos Lerda (1987: 12-15), percebemos nos intentos de Bolívar a proposição de um sistema que incorpora a união econômica plena e se aproxima de uma união política, ou seja, um grau tão elevado que ultrapassa os processos de complementaridade econômica. Conforme supramencionado, a Federação Geral pretendia unificar os Estados hispano-americanos em torno de uma só bandeira, um só exército e uma só nação.

As características de uma união política se evidenciam na configuração tripartite do Congresso Federal, existindo uma câmara voltada para estabelecer a harmonização das políticas econômicas, pressupondo uma *união econômica e monetária*, e outras duas associadas às relações exteriores. Igualmente relevante, o poder executivo da federação teria como principais atribuições conduzir o governo e administrar os interesses públicos das nações, cabendo ao Libertador o encargo de uma espécie de sindicância nos Estados-membros.

Ao contrário do pan-americanismo norte-americano, inaugurado com a Doutrina Monroe, a proposta de Bolívar possuía maior solidez institucional justamente por ultrapassar a dimensão meramente retórica, sugerindo, ao contrário, a composição de uma série de organismos supranacionais e intergovernamentais com o propósito de viabilizar uma integração *stricto sensu*, cujo princípio pautava-se na isonomia das nações em seu seio. Esta condição de igualdade propugnada por Bolívar aos Estados da Federação Geral – que se faz presente em todo o seu pensamento pan-americano –, está alicerçada em raízes socioculturais que remontam ao período colonial,

momento de desenvolvimento da identidade hispano-americana. Benedict Anderson afirma que a comunidade imaginada das elites criouas na América Espanhola foi estruturada sobre dois elementos basilares.

O primeiro é definido pelo autor como a *fatalidade comum* de ser americano. Em outras palavras, ainda que a língua, a religião e os costumes não se distinguissem de seus correspondentes espanhóis, o simples fato de ter nascido na América revelava-se uma particularidade que involucrava não só as possibilidades de ascensão na sociedade colonial – devido à dissimulada interdição aos cargos administrativos mais elevados<sup>9</sup> –, mas de sua própria restrição para exercer aquilo que Anderson classifica como *movimentos laterais*, cabendo ao crioulo servir somente no território que lhe foi designado. Tal exclusão soava ilógica e estimulava uma previsível rivalidade entre espanhóis e crioulos, conduzindo estes últimos a uma identificação comum permeada de sentimentos antipeninsulares (ANDERSON, 2011: 95-98).

O segundo elemento é o capitalismo tipográfico, responsável por criar “*muito naturalmente, e até apoliticamente, uma comunidade imaginada entre um conjunto específico de leitores*.” (ibidem: 103). Em conjunto com a *fatalidade comum*, a imprensa possuía um papel formidável ao fomentar o que Anderson denominou de *duplicidade do nacionalismo hispano-americano*, permitindo aos leitores, mediante publicações frequentes e regulares, a superação parcial do isolamento próprio da vastidão da América Espanhola.

Todavia, fracassaram as tentativas de gerar um nacionalismo permanente na região como um todo. Utilizando o exemplo exitoso das Treze Colônias, Anderson explicita a importância da proximidade física e da capacidade de realizar uma rápida comunicação entre os principais centros políticos e comerciais, assim como os laços estabelecidos entre seus habitantes através do comércio e da imprensa.

Das circunstâncias vivenciadas pela América Espanhola, devemos acrescentar que além das dificuldades oriundas da geografia e do desenvolvimento da região, havia, dos anos iniciais da independência até aproximadamente 1870, uma fragilidade endêmica de seus respectivos Estados, em geral carentes de capitais e rodeados pelo espectro da instabilidade política. Ainda que à época dos projetos pan-americanos de Bolívar estas repúblicas vivenciassem experiências de expressiva centralização política e um relativo crescimento econômico proporcionado graças à sua adequação ao comércio internacional, persistia a tendência autonomista dos Estados, muitos dos quais comandados por caudilhos pouco interessados em ideologias e modelos constitucionais complexos (SAFFORD, Op. cit.:

358). Conforme avalia Max Weber, “*nos territórios das antigas colônias espanholas, as ditas ‘eleições’ e as ditas ‘revoluções’ não tiveram outro objetivo se não o de dispor da vasilha de manteiga de que os vencedores esperavam servir-se*” (WEBER, 2011: 68). Essas lideranças exerciam uma força centrífuga que, em conjunto com os dois fatores apresentados, contribuíram decisivamente para conduzir quaisquer propostas integracionistas ao fracasso.

Em correspondência datada de dezembro de 1824, destinada aos governos da Colômbia, do México, do Chile, do Rio da Prata e da Guatemala, Bolívar previa com otimismo a instalação da tão almejada Assembleia Geral de Representantes dentro de poucos meses, o que significaria o primeiro passo para a integração hispano-americana. Contudo, tal encontro jamais ocorreu. A *realpolitik* foi uma adversária que frustrou o sonho pan-americano de Bolívar. Em 1830, há exatos trinta e oito dias de sua morte, a desilusão pela desventura de seu projeto pautado em um regime de associação federal induziu o Libertador a afirmar, com desgosto, que “*a única coisa que se pode fazer na América é emigrar*” (BOLÍVAR, Op. cit.: 139). A despeito de seu insucesso, o *bolívarismo* foi de singular importância para consolidar um sentimento de identidade na América Hispânica e, posteriormente, na América Latina.

Cumprir registrar que inúmeros projetos posteriores de integração regional se valeram de narrativas que buscavam legitimá-los mediante filiação à gesta dos libertadores latino-americanos, mormente Simón Bolívar (GARCIA, 2013: 57).

## O BRASIL E O AMERICANISMO TARDIO

Importante ressaltar que, naquele momento, o Império Brasileiro era percebido como um corpo estranho pela sua vizinhança não só devido à sua matriz linguística portuguesa, mas principalmente por apresentar um perfil sócio-político avesso ao dos demais Estados. Neste aspecto, exercia maior influência a própria nomenclatura do regime, definido nos termos de um “império” – que etimologicamente leva a pressupor expansão territorial, tornando-o uma ameaça potencial às repúblicas do entorno – e a manutenção da escravidão, ao passo que praticamente todos os seus vizinhos já haviam revogado suas leis escravistas. Apesar do ceticismo de Bolívar quanto à capacidade real de ameaça do Brasil<sup>10</sup>, o país estava incontestavelmente excluído de sua concepção pan-americana<sup>11</sup>.

Tratar das identidades regionais do Brasil imperial é um problema complexo justamente devido às descomunais diferenças institucionais entre

este e os demais Estados americanos – incluindo os Estados Unidos. No caso brasileiro, somente após a Proclamação da República (1889) torna-se factível falar em uma identidade regional, sendo emblemática a capa da Revista Illustrada de 14 de dezembro de 1889, onde duas figuras femininas idênticas – inspiradas na Marianne francesa – apresentam-se munidas de ícones republicanos e de mãos dadas, com a seguinte inscrição: “*Após um longo período de desconfianças, a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil selam o pacto de uma franca e imperturbável amizade*” (CARVALHO, 2012: 82). O próprio Manifesto Republicano nos serve como fonte para compreendermos tal processo, ao afirmar na célebre passagem: “*Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos*” (BOCAIÚVA et al., 1870).

Conforme argumenta José Murilo de Carvalho, as elites políticas civis do Império orgulhavam-se do distanciamento institucional existente entre o Brasil e as repúblicas hispano-americanas, marcadas pelo caudilhismo militarista, indicativo de “*barbárie política*” (CARVALHO, Op. cit: 39).

Nossa tardia conversão ao regime republicano redundou em um notável esforço de aproximação com os países do continente, nomeadamente com os Estados Unidos. Esta reorientação da política externa brasileira resultou no que Monica Hirst denomina *aliança informal*. Esta última, apesar de prescindir de assistência militar recíproca, preconizava sentimentos de amizade alicerçados na troca de apoio diplomático e enérgico intercâmbio comercial (HIRST, 2009: 20).

Segundo Letícia Pinheiro, o período pós-proclamação da república projetou o cenário para a primeira grande inflexão no Ministério das Relações Exteriores, que ocorreria em 1902 com a chancelaria do Barão do Rio Branco. A partir de então, consolidou-se o paradigma americanista em nossa política externa, tornando claro o interesse do Brasil em abraçar a opção norte-americana em busca de uma agenda cooperativa voltada para “*ganhos recíprocos, ainda que assimétricos*” (PINHEIRO, 2004: 15). Curiosamente, o Brasil aderiu ao pan-americanismo ao mesmo tempo em que a vizinhança hispânica, em face das constantes violações de soberania provocadas por Washington, dele se distanciava, iniciando a construção de um novo elemento identitário de base latino-americana, ainda em fase embrionária<sup>12</sup>.

Cabe assinalar que durante o reinado de D. Pedro II houve ensaios intermitentes de reformulação da diplomacia brasileira, objetivando realçar o enfoque nas Américas em detrimento da Europa. Neste sentido, é icônica

a “*grande política americanista*” do Visconde do Uruguai (CERVO; BUENO, 2002: 92). No entanto, verificamos que essas medidas não visavam edificar uma identidade comum, mas articular possíveis soluções para os problemas fronteiriços e gerar incrementos comerciais. Consta-se, ainda, a persistência das disputas e das desconfianças com Estados sul-americanos, sobretudo na região platina.

## CONCLUSÃO

No que tange à *práxis*, o projeto de Simón Bolívar para a integração hispano-americana dificilmente poderia ser implantado. O modelo federativo apresentado pelo Libertador revelava a necessidade de elaboração de um quadro institucional complexo, com organismos supranacionais praticamente inviáveis para as especificidades daquele contexto histórico, momento em que as distâncias geográficas eram, em termos relativos, significativamente maiores, dificultando o comércio e as comunicações entre as repúblicas hispano-americanas, ao passo que os sentimentos nacionais e a instabilidade política inviabilizavam quaisquer tentativas de união em torno de “*uma bandeira, um Exército e uma só nação*”.

Entretanto, o bolivarismo é de extrema utilidade para estipularmos comparações com a vertente pan-americanista norte-americana. Esta última se diferenciava do sistema proposto por Bolívar não só por ser desprovida de um desenho institucional, mas por ser proclamada de maneira unilateral. Ainda que recebida com simpatia pelos demais países americanos independentes, e por conta de sua importância fundamental para despertar uma identidade coletiva hemisférica durante o século XIX, a Doutrina Monroe respondia a estímulos e interesses próprios dos Estados Unidos, em detrimento dos demais partícipes. Poucas décadas depois, a Doutrina se converteria em instrumento do imperialismo norte-americano, estimulando, na virada do Oitocentos para o Novecentos, o surgimento de um núcleo intelectual na América Latina responsável por dar vida a uma nova identidade regional latino-americana, parcialmente influenciada por elementos do bolivarismo<sup>13</sup>. Este paradigma identitário seria encorpado com o instrumental teórico-econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em meados do século XX (GAVIÃO, 2013: 62-66).

Para Nicolau Maquiavel, o *soldado* e o *diplomata* se constituem como elementos paritários, da mesma forma que as faces da mesma moeda (MAQUIAVEL, 2005). Normalmente, as referências a Simón Bolívar maximizam seu papel na qualidade de *soldado*, realçando seus triunfos e

gênio militar durante o processo de luta pela independência da América Espanhola. Por outro lado, minimizam seu semblante de *diplomata*, onde podemos constatar sucessivos fracassos pela busca de união política entre as repúblicas hispano-americanas. Mesmo que seu audacioso projeto integracionista não tenha sido realizado devido às particularidades de um contexto histórico adverso, não podemos ignorar as contribuições de seu pensamento político para a constituição posterior de um sentimento de identidade latino-americano, ou mesmo para o bolivarianismo contemporâneo e seus desdobramentos – como a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA). Ainda em termos maquiavelianos, podemos dizer que Bolívar possuía *virtu*, mas faltou-lhe *fortuna*.

## NOTAS

- <sup>1</sup> A única exceção é o Chile, cuja libertação deu-se por meio da liderança militar de O'Higgins.
- <sup>2</sup> “Na época colonial, a viagem por mar de Buenos Aires a Acapulco levava quatro meses, e a viagem de volta ainda mais tempo; a jornada por terra de Buenos Aires a Santiago normalmente levava dois meses, e até Cartagena nove meses” (ANDERSON, 2011: 91).
- <sup>3</sup> A referência a Bolívar no nome do país se deu por meio da nova Constituição adotada em 1999, durante o primeiro governo de Chávez.
- <sup>4</sup> A esquerda venezuelana traçou associações tão estreitas entre a imagem do Libertador e o socialismo, que em 2007 levou o próprio Chávez a rejeitar uma nova alteração do nome do país para República Socialista da Venezuela. Segundo o próprio: “*não acredito que seja necessário mudar o nome. O bolivariano leva intrínseco o socialismo. Um bolivariano verdadeiro não pode ser capitalista, o capitalista é antibolivariano*”. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/01/21/ult34u173038.jhtm>>. Acesso em: 07/01/2014. Ênfase nossa.
- <sup>5</sup> Bolívar não realiza uma distinção conceitual clara entre federação e confederação. Para todos os efeitos, consideraremos que ambos são utilizados no sentido de uma federação. Segundo Norberto Bobbio “*entre as associações de Estados dotadas de órgãos comuns, há algumas, as federações, cuja coesão se baseia no fato de que uma parte da soberania dos Estados-membros, a referente à política externa e econômica, é transferida a um centro superior de decisão política*” (BOBBIO, 1998: 218). A figura 1, cuja estruturação embasa-se na descrição da Federação Geral de Bolívar, pode ratificar nossa escolha pela definição adotada.
- <sup>6</sup> Ainda que o papel do Libertador não tenha sido detalhadamente explicado, ele se projetaria na federação na iminência de um poder moderador. Por dedução, acreditamos que tal cargo seria um privilégio exclusivo do próprio Bolívar.
- <sup>7</sup> Grã Colômbia, Peru, Chile, Bolívia, Argentina e Paraguai.
- <sup>8</sup> Ao definir os poderes do Executivo no Estado napoleônico, Safford afirma que “*O presidente seria um cônsul vitalício, com poderes para designar o vice-presidente, o seu próprio sucessor e todos os secretários de Estado. O presidente não podia ser responsabilizado pelos atos de sua administração. (...) O presidente tinha autoridade para convocar e suspender os órgãos legislativos*” (SAFFORD, 2001: 349).
- <sup>9</sup> “*O auge da sua carreira, o centro administrativo mais elevado para o qual ele poderia ser designado, era a capital da unidade administrativa imperial em que ele se encontrava*” (ANDERSON, Op. cit.: 97).
- <sup>10</sup> Em carta endereçada ao Marechal Antonio José de Sucre, Bolívar disse: “*não tema V. Exa. o imperador do Brasil, pois a Inglaterra se entende conosco nessa matéria e guardará a harmonia por necessidade e por política*” (BOLÍVAR, Op. cit.: 127).

- <sup>11</sup> “já é tempo de que os interesses e as relações que unem as **repúblicas americanas** entre si, **antes colônias espanholas**, tenham uma base fundamental que eternize, se possível, a duração desses governos?” (BOLÍVAR, Op cit.: 121 – Ênfases nossas).
- <sup>12</sup> A identidade latino-americana se consolida após a Segunda Guerra Mundial, mediante o colapso do pan-americanismo monroísta e, mais precisamente em 1948, com a ascensão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- <sup>13</sup> Algumas obras clássicas que tratam da identidade latino-americana no período citado encontram-se em: MARTÍ (2006), BOMFIM (2005), PRADO (1980), RODÓ (1991). Haya de la Torre (1986), situado numa espécie de segunda geração de latino-americanistas, resgataria a figura de Bolívar com ainda mais veemência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*, 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 330p.
- BAUMANN, Renato; LERDA, Juan Carlos. *Brasil – Argentina – Uruguai: a integração em debate*, 1ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987. 279p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, 11ª edição. Brasília: Editora UNB, 1998. 1358p.
- BOCAIUVA, Quintino et al. Manifesto de 1870. *A República*, Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, 1870.
- BOLÍVAR, Simón. *Escritos Políticos*, 1ª edição. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. 158p.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005. 390p.
- CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, 21ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 166p.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 525p.
- DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*, 1ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005. 391p.
- GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: Emir Sader (org). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013. p. 53-67.
- GAVIÃO, Leandro. *A identidade regional do Brasil: o sul-americanismo nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva (1995-2010)*. 2013. 284f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

- HIRST, Monica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 242p.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*, 1ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2005. 187p.
- MARTÍ, José. *Nossa América*, 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. 254p.
- MONTESQUIEU, Charles de. *Do Espírito das Leis*, 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2010. 709p.
- OVERY, Richard. *A História Completa do Mundo*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil Ltda, 2009. 416p.
- PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 81p.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*, 5ª edição. São Paulo: IBRASA, 1980. 190p.
- RODÓ, José. *Ariel*, 1ª edição. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991. 115p.
- SAFFORD, Frank. Política, economia e sociedade na América Espanhola do Pós-independência. In: Leslie Bethell (org). *História da América Latina, volume III: da independência a 1870*, 1ª edição. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2001. p. 329-412.
- TORRE, Víctor Raúl Haya de la. *Política Aprista*, 1ª edição. Lima, 1986. 144p.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*, 17ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2011. 124p.

#### ABSTRACT:

By using the political writings of Simón Bolívar as primary source, and based on the theoretical framework of the processes of regional integration, this article aims to analyze the institutional configuration of the Pan-Americanist project conceived of Bolívar thoughts, taking into account its major challenges in face of political, geographical and diplomatic factors. Likewise, we will seek to briefly determine not only the place destined for Brazil in this pan-American project but also to ascertain the contribution of the bolivarism for the structuring of the Latin American identity.

Keywords: Bolivarism, Pan-Americanism, regional identity.



# Os Territórios de Paz e a perspectiva de uma Segurança Cidadã no Brasil

Silva de Oliveira, Lívio<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## RESUMO

O trabalho proposto tem como objetivo problematizar a Política de Segurança Pública de territórios marginalizados e criminalizados, com a ação policial e sua posterior ocupação. Pretende-se analisar o modelo do projeto “Territórios de Paz”, desenvolvido pelo Governo Federal com a ideia de Estado em rede - União, Estado e Município - política pública de segurança proposta para resolução de conflitos e a possível cristalização de estigmas sociais dessas populações marginalizadas. Os referenciais teóricos para a elaboração deste trabalho são (i) Erving Goffman, para construção de identidades e representações sociais que se articulam no processo de formulação dessas políticas públicas, e (ii) Tavares dos Santos, ao que se refere o papel da polícia e sua crise institucional e o quadro de violência difusa, em que os atores deste quadro social estão implicados – policiais e moradores marginalizados. Pretende-se analisar a partir desse aspecto a seletividade do sistema penal de carreiras criminais como o habitante de áreas marginalizadas, e as representações sociais que influenciam os pressupostos do projeto e seu público alvo (questões étnicas, etárias, econômicas e sociais).

Palavras-chave: marginalidade; territorialidade; ação policial.

## 1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido para o presente trabalho é um recorte da dissertação de Mestrado deste autor, que procurou investigar o processo de formulação de Políticas Públicas de Segurança, a partir de representações sociais de populações marginalizadas no bairro do Guajuviras, na cidade de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Os Territórios da Paz, objeto empírico da pesquisa, são um projeto desenvolvido pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça; ou seja, da União, que visa integrar as três esferas de governo: União, Estado e Município. Os Territórios da Paz se apresentam como uma nova perspectiva de combate ao crime em áreas periféricas com histórico de violência:

São áreas da cidade caracterizadas por elevados índices de violência letal, que envolvem principalmente os jovens de 15 a 29 anos. O objetivo da identificação dessas áreas na cidade é que estas, por meio de diversas intervenções sociais e implantação de policiamento comunitário previstos pelo Pronasci, sejam pacificadas transformando-se em Territórios da Paz.<sup>2</sup>

O Estado do Rio Grande do Sul possui uma versão estadual do PRONASCI, o PROESCI (Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania), ou RS na Paz, cuja idade mínima é 12 anos, tendo como foco maior a prevenção do uso de drogas, por entenderem que aos 15 anos as ações do programa se concentram mais para redução de danos.

As localidades escolhidas para a implementação desses projetos por parte do Estado são marcados por um estigma social de marginalidade e violência, sendo representadas de forma depreciativa como foco de crime, gerando sensação de medo e insegurança nas mais diversas camadas sociais (GAVÍRIA, 2008; MACHADO DA SILVA, 2004; FLEURY, 2012; MATTOS, 2007). Essa perspectiva apresenta um traço de que o crime violento tem sua fonte, pelo menos no imaginário popular. Historicamente, as políticas de segurança pública a partir da reação se demonstraram infrutíferas no decorrer dos anos, por terem causado uma espiral de violência.

Essa espiral pode ser verificada com o crescimento na taxa de homicídios no Brasil, em especial por meio da modalidade *armas de fogo*. No período entre 1980 a 2010 houve um aumento exponencial de vítimas (cerca de 800 mil pessoas morreram por disparo de arma de fogo no país neste recorte temporal). É válido observar que os homicídios ocorridos por essa modalidade catapultaram as taxas dessa mortalidade pelo seu crescimento de 502,8%, enquanto os suicídios e as mortes acidentais por disparos de armas de fogo tiveram um aumento de 46,8% e um decréscimo de 8,8%, respectivamente. O ponto de maior crescimento nesse processo de vitimização letal por armas de fogo tem uma regularidade etária. As ocorrências envolvendo jovens entre os 15 e 29 anos nessa modalidade tiveram um aumento de 414% no país no período de 1980-2010. Ademais, o crescimento populacional do Brasil registrou a taxa de 60,3% e o aumento das mortes por arma de fogo nesse mesmo período foi de 346,5% (WAISELFISZ, 2013. P. 8). Ainda nesse ponto, os homicídios envolvendo jovens entre os 15 e 29 anos tiveram um crescimento da sua

taxa de ocorrências em 591, 5 %, sendo superior ao recorte geral de homicídios apresentados (idem, 2013. p. 11).

A presença do Estado nessas regiões, em linhas gerais, se apresentava como a ação policial, carregada de uma violência simbólica e física, em detrimento a outros serviços prestados pelo Estado, que são prestados de forma deficitária (exemplos: serviços de saúde e de educação), ou simplesmente não havia a mediação do mesmo em outras esferas relacionais, como por exemplo, conflitos domésticos (violência familiar – de marido para mulher, agressão às crianças -, ou discussão entre vizinhos, pelos mais variados motivos). Todavia, o projeto apresenta a perspectiva de aproximação da polícia junto às comunidades dessas áreas marginalizadas se apresenta como cerne da ação preventiva em relação ao crime, ao invés da ação reativa. A proposta da população participar da formulação de políticas públicas de segurança ganhou força, ainda que não se configure em proposta majoritária.

É válido neste momento apresentar o eixo estrutural que os Territórios da Paz baseiam-se, segundo informações do próprio Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil<sup>3</sup>.

Os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM): A execução do PRONASCI se dará por meio de mobilizações comunitárias e policiais. A articulação entre as diferentes forças de segurança – polícias civil, militar, bombeiro, guarda municipal, secretaria de segurança pública – e representantes da sociedade civil será realizada por meio do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O GGIM organizará atividades que levarão ao debate da segurança pública no município. Além disso, equipes multidisciplinares atuarão no PRONASCI (assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos) para fomentar os GGIs de informações e identificar os projetos do PRONASCI que podem ser implementados.

Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública: lideranças comunitárias de cada bairro serão capacitadas para participar dos debates e ações de segurança pública e mediação de conflitos, representando moradores em suas principais demandas e necessidades.

O Canal Comunidade: o PRONASCI oferece mecanismos para garantir o acesso das comunidades aos órgãos de defesa do consumidor. O objetivo é fazer com que as pessoas, conscientes de seu papel como cidadãos, possam exigir seus direitos. Os estados também receberão veículos que funcionarão como facilitador no processo de divulgação dos direitos da cidadania.

O PRONASCI também tem como público alvo as mulheres, tendo como base a lei *Maria da Penha*. O programa prevê a construção de Centros de Educação e Reabilitação para Agressores, para combater à impunidade e promoção da cultura de paz, nas regiões atendidas pelo Programa. Ainda no âmbito da Lei *Maria da Penha*, juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, delegacias e núcleos especializados nas defensorias públicas podem ser implementados.

No que tange ao Poder Judiciário, os magistrados, promotores e defensores públicos também serão capacitados em direitos humanos. O objetivo é inserir no cotidiano dos operadores do direito com temas relacionados aos direitos humanos, principalmente os que dizem respeito à aplicação dos tratados internacionais assinados pelo Brasil. No final de 2006, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Justiça assinaram acordo para criação de um sistema de acompanhamento de processos que envolvam graves violações aos direitos humanos. Além disso, O PRONASCI apresenta em seus eixos a formação de núcleos de Justiça Comunitária, onde lideranças das comunidades passariam por capacitações em oficinas para mediar conflitos e promover a coesão social. Essas lideranças seriam identificadas por meio de parcerias com a Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunais de Justiça e a Secretaria de Reforma do Judiciário. A mediação de conflitos pela comunidade promove a justiça de forma alternativa e pacífica, afirma o programa.

Além deste eixo, outros dois projetos apresentados pelo PRONASCI/ PROESCI são o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO) e o Mulheres da Paz (MDP). O PROTEJO tem como foco a capacitação dos jovens e adolescentes através de atividades culturais, esportivas e educacionais para o resgate da autoestima e a promoção de uma cultura de paz. O MDP tem como foco capacitar lideranças femininas identificadas dentro das comunidades que tiveram o Território da Paz implementado, e com o objetivo de aproximação com os jovens em situação de risco infracional ou criminal para encaminhá-los aos projetos como o PROTEJO. A proposta tem como foco a formação deste público para atuar como multiplicadores dentro de suas comunidades de origem, para a promoção da inclusão social, por meio de conteúdos referentes à cidadania, direitos humanos, e ética. Esta premissa do PRONASCI de integração e diálogo entre lideranças femininas e juventude pode levantar a hipótese a ser verificada de fortalecimento de uma instituição informal: a família.

Os Territórios da Paz se mostram como uma proposta de Política Pública de Segurança que não se encerra somente na ação da polícia, o que pode ser motivador de uma mudança estrutural na relação entre os aparatos estatais e as populações das comunidades ocupadas. Entretanto, podemos observar que a ação policial ainda é um ponto central nesse processo de ocupação dos territórios marginalizados e criminalizados. Essa relação será problematizada a partir das representações sociais que norteiam as Políticas de Segurança Pública. O referencial teórico do estigma, de (i) Erving Goffman, para construção de identidades e representações sociais que se articulam no processo de formulação dessas políticas públicas; e a teoria da (ii) crise institucional das polícias e as conflitualidades, de Tavares dos Santos; serão a base para analisar o discurso dos Territórios da Paz como projeto de política pública de segurança.

## 2. GOFFMAN E O ESTIGMA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CRIMINAL E POLICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA:

A construção de identidades e representações sociais na teoria de Erving Goffman sobre o estigma<sup>4</sup> serve de parâmetro para analisar a formação do tipo ideal de criminoso, tendo como base o estigma social e a sua representação na sociedade, como o cidadão marginalizado se torna um “bandido ideal”, a partir da abordagem do interacionismo simbólico. Segundo o autor, o estigma compreende uma situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena, sendo o termo utilizado, a princípio, para sinais corporais. Tipo estereotipado (descrédito, fraqueza, desvantagem), ou seja, um estigma é um atributo depreciativo que pode confirmar a normalidade de outra pessoa, que podem levar ao descrédito do estigmatizado (linguagem de relações sociais). Com isso, Goffman (1978) argumenta:

Quando há uma discrepância entre a identidade social real de um indivíduo e sua identidade virtual, é possível que nós, normais, tenhamos conhecimento desse fato antes de entrarmos em contato com ele ou, então, que essa discrepância se torne evidente no momento em que nos é apresentado. Esse indivíduo é uma pessoa desacreditada.(...). Entretanto, quando a diferença não está imediatamente aparente e não se tem dela um conhecimento prévio (ou, pelo menos, ela não sabe que os outros a conhecem), quando na verdade ela é uma pessoa desacreditável, e não desacreditada, nesse momento aparece a segunda possibilidade fundamental em

sua vida. A questão que se coloca não é a manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre seu defeito.(P. 51).

A teoria de Goffman serve de base para identificar a relação de poder implicada na perspectiva de análise de políticas públicas de segurança, na medida em que há uma expectativa dos papéis sociais que se devem cumprir, tanto da parte daquele que é estigmatizado – no caso aqui presente, os moradores dos bairros que são implementados o projeto Território de Paz - quanto por parte daquele que estigmatiza – pode ser entendido no caso o poder público em geral: agentes de segurança e outras instâncias estatais que lidam nesta questão da formulação de políticas públicas de segurança. Goffman defende que estigmatizado e quem estigmatiza se completam, sendo possível por essa interação concreta a reprodução de valores sociais por parte dos estigmatizados:

Em termos sociológicos, a questão central referente a esses grupos é o seu lugar na estrutura social; as contingências que essas pessoas encontram na interação face a face é só uma parte do problema, e algo que não pode, em si mesmo, ser completamente compreendido sem uma referência à história, ao desenvolvimento político e às estratégias correntes do grupo. (GOFFMAN, 1978. p.137).

Apesar de Goffman apresentar possíveis ganhos por parte de quem é estigmatizado, seja pela superação de seus estigmas e/ou por utilizarem estes fatores como “*bengalas*”, ele reforça o fator negativo que implica o estigma pela *carreira moral*, que seria socialização com o mundo e conhecimento do estigma, nascidos ou adquiridos, ou seja, valores sociais que trazem em seu bojo mudanças de papéis sociais através deste. Essa depreciação pode ter origens abominações corporais, falhas de caráter, e passar por questões religiosas, étnicas e raciais, segundo Erving Goffman. Porém, aqui pode ser estendido para fatores econômicos, sociais, políticos e jurídicos.

Um exemplo que pode ser empregado aqui são os conceitos *favela* e *favelizar*. Segundo o Sociólogo Marcelo Baumann Burgos<sup>5</sup>, o termo *favela* e o verbo *favelizar* são apresentados com o estigma que marginaliza este modo de moradia, que são atribuídos a ele valores depreciativos que se estende aos seus moradores:

Gradativamente, o substantivo favela vai ganhando múltiplas conotações negativas, que funcionam como antônimos de cidade e de tudo que a ela modernamente se atribui: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade. Ato contínuo, também se incorpora ao vocabulário corrente o verbo “favelizar”, e com isso o substantivo favela se vai emancipando de sua conotação original, presa à descrição do espaço, assumindo um significado transcendente, que remete a uma dimensão cultural e psicológica, a um tipo de subjetividade particular, a do “favelado”, homem construído pela socialização em um espaço marcado pela ausência dos referenciais da cidade. (...) Daí que conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares – dois dos principais espaços de habitação popular das cidades brasileiras –, embora com um padrão mais formal de ocupação do solo, também possam “favelizar-se”, isto é, assumir características socioculturais semelhantes àquelas encontradas nos espaços típicos das favelas, do que é sintoma a existência dos tradicionais “donos do lugar”, e mesmo de gangues de traficantes de drogas e de armas em muitos desses aglomerados habitacionais. (BURGOS, 2005, P. 190).

No sentido sociológico, a favela se torna um território onde se dão interações particulares em relação às instituições da cidade, em que se desenvolve uma identidade territorial a partir de uma cultura e de uma socialização próprias (BURGOS, 2005; MACHADO DA SILVA, 2004). A questão da estigmatização das populações marginalizadas que vivem nas periferias e/ou bairros de baixa renda remonta construções sociais históricas, que reforçam representações sociais de violência a respeito da criminalidade nas localidades escolhidas para implementação dos Territórios da Paz. Há um tipo ideal produzido de criminoso:

Essa produção de uma fonte de suspeitos pela polícia é universal, assim como é universal também o perfil dos eleitos: indivíduos pobres membros de algum grupo marginalizado e os criminosos, ou seja, as pessoas que nos estereótipos vigentes preenchem as características de um bandido e algum infrator conhecido que negocia confissões em troca de favores ou para não ser alvo da violência policial. (OLIVEIRA, 2010, P. 146).

Nessa questão, Michel Misse trabalha com os conceitos de acumulação social da violência e sujeição criminal:

É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente. Além da associação entre acumulação de desvantagens e incriminação preventiva de certos ‘tipos sociais’, desenvolveu-se um persistente processo de ‘sujeição criminal’ de uma parcela de agentes de práticas criminais. Tal dinâmica terminou por constituir algo como uma ‘cultura’ associada a esses sujeitos. (MISSE, 2010. P. 18).

Tomando como base esses conceitos apresentados por Misse e Oliveira, essa população estigmatizada tem seus direitos diminuídos e até mesmo subtraídos. Nas palavras de Erving Goffman “*acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano*” (1978. P. 15). A partir dessa produção representativa do marginalizado e criminalizado também pode ser observado na teoria de Goffman o conceito de reputação. A reputação, segundo o autor, pode ter a função de controle social, sendo que os valores depreciativos remetidos aos moradores de periferias e/ou localidades pobres tenham má reputação por serem representados como violentos e criminosos.

A questão de alinhamento grupal dos indivíduos estigmatizados também é trabalhada nesta teoria de Goffman. Para este trabalho, o conceito de alinhamento intragrupal foi escolhido por apresentar o fortalecimento de grupos estigmatizados, onde se encontram áreas de afirmação, que podem chegar até a militância. Neste ponto, é feito um diálogo entre a teoria do estigma de Goffman e a teoria do reconhecimento defendida por de Axel Honneth. A luta pelo reconhecimento é proveitosa no sentido de entender a luta gerada pelo conflito contra o Estado, ou o abandono do mesmo, nos territórios marginalizados e criminalizados. Honneth (2003) mostra que a distinção entre mundo da vida e sistema é ambígua no indivíduo, a partir de uma análise baseada na racionalidade comunicativa – concordância com o pensamento de Jurgen Habermas -, complementando que a base da interação é conflito, e sua gramática, a luta pelo reconhecimento (2003. Pp.16-7). Com isso, pode ser visto nesta teoria qual o tipo de luta que ele pretende analisar, no caso, os conflitos que se originam do desrespeito social, de um ataque à sua identidade pessoal ou coletiva, que vem a afetar

as relações de reconhecimento em três esferas: da emotiva, da estima social, e da jurídico moral:

Uma teoria da intersubjetividade um conceito de pessoa em que a possibilidade de uma auto-relação impertubada se revela dependente de três formas de reconhecimento (amor, direito, e estima) (...) As três formas de reconhecimento correspondem três tipos de desrespeito, cuja experiência pode influir no surgimento de conflitos sociais na qualidade do motivo da ação. (HONNETH, 2003. P. 24).

Axel Honneth constrói uma teoria crítica da sociedade, onde os processos de mudança social são originários da luta pela relação de reconhecimento recíproco (2003. P.24). Este aspecto será abordado mais além neste texto, para a compreensão da aplicação do projeto “Territórios de Paz” e como as representações sociais implicadas em suas premissas podem formular o discurso dos atores, problematizando sua implementação.

### 3. TAVARES DOS SANTOS E A VIOLÊNCIA DIFUSA: CRISE INSTITUCIONAL DAS POLÍCIAS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS INCERTAS.

O termo violência difusa, empregado pelo sociólogo brasileiro José Vicente Tavares dos Santos, refere-se ao fenômeno que pode ser verificado no cenário de crise da modernidade na modernidade tardia. A violência difusa pode ser identificada como formas de violências: política, social, de gênero, de raça, simbólica, e ecológica. Estas formas de violência apresentadas podem caracterizar novos traços de criminalidade violenta (TAVARES DOS SANTOS, 2009). Nesse cenário, Tavares dos Santos aponta que a crise do Estado-nação recaiu sobre a segurança pública e sua falência, remetida a tecnologia de poder de controle social. Essa crise, em escala mundial, é apresentada pelo sociólogo em várias dimensões: crise institucional, cultura organizacional, violência policial, legitimidade e dilemas do ofício policial (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 83).

A metodologia de pesquisa para entender da segurança pública na América Latina, e mais precisamente no Brasil, não se enquadrariam ao planejamento de polícia tal qual é feito com os modelos de França e de Inglaterra, que são definidos pelo exercício legal da coerção física e a contribuição para o serviço de integração social:

As dificuldades políticas advindas dos processos de transição democrática na América Latina nos últimos vinte anos: não só

permaneceu o desconhecimento, e a surpresa, face à expansão dos fenômenos de violência, como, nos esforços de reconstrução institucional visando atingir a plenitude do Estado Democrático de Direito, não foram debatidas várias dimensões do controle social institucional (...) a questão policial tornou-se mais complexa, seja pela ineficácia e ineficiência frente ao crescimento e diferenciação das ações socialmente criminalizadas pelos novos fenômenos criminais na “modernidade tardia” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 84).

Sem embargos, Tavares dos Santos apresenta a complexidade da atividade policial nesse cenário de crise, como greves por melhores salários, condições de trabalho, qualificações condizentes ao novo perfil de policial, tendo em vista que houve mudança no quadro de escolaridade dos agentes de segurança pública. Segundo o sociólogo:

(...) há uma dupla crise nas organizações policiais: por um lado, uma crise interna, expressa por falta de identidade profissional, a quebra da hegemonia dos grupos dirigentes e por uma perda de autoestima; por outro lado, a ineficiência da ação policial, responsabilizadas pelos governos, reduzindo a legitimidade das polícias nas sociedades atuais (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009. Pp. 85-6).

Entretanto, Tavares dos Santos mostra que, apesar da crise, existe resistência na reforma do papel das polícias na América Latina, marcada pela certeza da impunidade pelos excessos cometidos por parte dos agentes de segurança, e pela vulnerabilidade sentida pelos cidadãos deste continente. Este fato pode caracterizar bases imaginárias de incertezas e inseguranças. Nesse sentido, a teoria de Tavares dos Santos dialoga com o conceito de insegurança ontológica, do criminalista britânico Jock Young. Na perspectiva de Young, a insegurança ontológica se dá quando a autoidentidade não está embasada no nosso sentido de continuidade biográfica, quando o casulo protetor que filtra as objeções e risco ao nosso sentido de certeza se torna fraco e quando o sentido absoluto de normalidade se desorienta pelo relativismo dos valores circundantes (YOUNG, 2002, pp. 33-4).

Os dois autores ainda convergem sobre o papel da mídia na propagação do medo e insegurança, pela espetacularização da violência, como forma de competição pela audiência. No caso brasileiro, Tavares dos Santos afirma que a violência se torna norma nas relações assimétricas de poder, marcadas

pelo excesso e o abuso, legitimando socialmente práticas ilegais; o que denota o desprezo pela responsabilidade do papel policial por parte da sociedade (2009). A ação policial pode ser um catalisador de distúrbios quando conduzida com arbitrariedade (Young, 2002), podendo ter como fundamentos o corporativismo, a estética da luta, a cultura organizacional, e a concepção de justiça da sociedade (vingança?), ao elencar a especificidade da atividade profissional da polícia no Brasil: a decisão rápida entre a vida e a morte (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009).

Tavares dos Santos identifica um viés político dentro das instituições que apontam para quatro modelos de polícia: autoritário, técnico-profissional, comunitária e cidadã. Estes quatro modelos se apresentariam como tipos-ideais de polícia para o sociólogo (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 92).

Com efeito, o quadro do policiamento no Brasil se torna problemático por um aspecto específico: a continuidade da militarização da segurança pública. Neste sentido, serão abordadas as bases históricas e sociológicas deste modelo na próxima seção.

#### 4. REDEMOCRATIZAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: VIOLÊNCIA FÍSICA NA FORMAÇÃO DO HABITUS E DO ETHOS POLICIAL NO BRASIL PÓS-DITADURA (1964-1985).

O golpe de 31/03/1964 deu início à ditadura civil-militar no Brasil, que se estendeu por um período de 21 anos (1964-1985). Os eventos externos referentes a época do acontecimento, como a bipolaridade política entre Estados Unidos da América e União Soviética pela hegemonia político-ideológica mundial, que acarretou na política internacional equilibrada pelo medo chamada de “guerra fria” (GONÇALVES, 2002; HOBBSAWN, 1996). Este cenário internacional influenciou disputas políticas internas em todos os continentes, por se tratar de período de alinhamentos políticos claros: se era a favor de um, era contra o outro. No Brasil, não foi diferente. A deposição do então presidente João Goulart na data citada, por ser identificado como um “protocomunista”, demonstrou os conflitos de interesses dentro do país como reflexos das ações externas (ALMEIDA, 1997; DREIFUSS, 1981; FICO, 2004).

O golpe teve apoio de setores conservadores da sociedade civil e dos militares. Os militares – no caso, os Generais - se alternaram no cargo de presidentes da República, não perdendo, por isso, o caráter ditatorial do regime. Um destes aspectos foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que seguiu parâmetros norte-americanos, a fim de conter os avanços comunistas no Cone sul (FICO, 2004), a proposta estadunidense era de que

os militares seriam o bastião contra os comunistas, oferecendo ajuda logística e tática, chegando a ser proposto, no governo Einsenhower, que as forças armadas tomassem formato de guerrilhas, mais ágeis, para combater o inimigo externo e fazer a segurança pública (FICO et al, 2008). Nesse sentido, a DSN foi decisiva no processo de segurança pública no Brasil, por caracterizar a mudança de modelo de policiamento e de paradigmas sobre criminalização de condutas.

No caso do policiamento, houve a militarização da segurança pública. Em 1969, foram extintas as guardas civis, entrando em seu lugar as polícias militares, subordinadas ao controle do Exército, que até então tinham um papel secundário no policiamento. A perspectiva militar de defesa do Estado hiperdimensiona os “interesses nacionais”, em detrimento da segurança e a defesa da cidadania da sociedade civil, de maneira geral. A militarização da segurança pública, desde o policiamento ostensivo e o controle do trânsito pelas polícias militares foi decisivo para criminalização de manifestações indesejadas, ou seja, atividades que fossem de encontro aos interesses da ditadura civil-militar, com o uso abusivo da violência física como norma (GUERRA CÂMARA, 2012; NÓBREGA JR. 2010).

O traço histórico do excesso do uso da violência física por parte dos aparelhos armados do Estado é anterior ao período ditatorial que teve início em 1964. Períodos como a transição do trabalho escravo para o assalariado, do rural para o industrial, e violência contra presos políticos não são invenção deste regime civil-militar (LAGE, MIRANDA, 2007; TAVARES DOS SANTOS, 2009). O foco deste trabalho é a militarização da segurança pública, que se deu no período citado e sua influencia no modelo atual (GUERRA CÂMARA, 2012), e a pressão exercida pelos comandos das Polícias Militares para manutenção deste mesmo modelo no pós-ditadura (TAVARES DOS SANTOS, 2009).

O período de redemocratização do Brasil teve como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988. Os regimes ditatoriais na América Latina, incluindo o Brasil, já não existiam no início dos anos de 1990, dando margem a governos civis de ordem neoliberal. O desgaste gerado por regimes que levaram países a recessões econômicas, e crises sociais, como pobreza e aumento da criminalidade, fez com que as ditaduras perdessem apoio internacional (D'ARAÚJO, 2002; HERMET, 2002). Os novos governos democráticos da América Latina encontraram muitas dificuldades para legitimar sua autoridade, tendo em vista suas ações ineficazes, por herdarem uma estrutura estatal personalista. Segundo Paul

Ricouer, a autoridade é definida pelo direito de mandar, que caracteriza uma relação de poder assimétrica em que implica uma parte obedecer à outra, em que ele afirma: “*Estranho poder que se assenta num direito, o direito de mandar, que implica numa reivindicação de legitimidade.*” (RICOUER, 2008. p. 101). Essas dificuldades geraram frustrações por parte das populações dos países latino-americanos por indicar que as democracias recentes não conseguiram alcançar as expectativas geradas, nos campos econômico, social, jurídico e político (HERMET, 2002). Cabe a observação que autoridade não pode ser sinônimo de autoritarismo. Segundo Hannah Arendt o binômio mandar/obedecer sobre a autoridade, não é uma questão de persuasão, que colocaria a autoridade em suspenso, e nem de violência, porque a mesma teria falhado para ser empregada a força, pois Arendt afirma que a autoridade sempre é hierárquica (ARENDDT, 1972).

Os problemas da pobreza e do aumento da criminalidade recaem na Segurança Pública. Como já foi dito, há um histórico de repressão dos aparelhos de segurança sobre populações marginalizadas e criminalizadas. Segundo Howard Becker o crime é um conceito falho nesse sentido, porque há uma correlação entre crime e pobreza que não se verifica no código penal. Nessa perspectiva de imaginário social apresentada por Becker, o criminoso age em bando, geralmente, e de maneira violenta – armado ou não –, diferente dos crimes especializados como o de colarinho branco, que podem ser cometidos em um escritório, que podem passar despercebidos pela sua invisibilidade e o prestígio social de quem comete esse delito (BECKER, 2007).

O tipo penal violento pode produzir uma espécie de catálogo de suspeitos, tipos sociais que se enquadrariam valores depreciativos, que seriam “*culpados até que se prove o contrário*”, sujeitos a violência física ilegítima – que pode ser socialmente legitimada como método de investigação - e até mesmo subtração de sua vida, por parte dos responsáveis em reprimilos que pode ocasionar confissões de delitos por parte deste indivíduo, para que não haja prejuízo da sua integridade física, por possuir características que o incriminem *a priori*, pela sua condição social, jurídica e econômica de vulnerabilidade (KANT DE LIMA, 1995, MISSE, 2010; OLIVEIRA, 2010; TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). A criminalidade é representada e percebida, então, pela maneira violenta que o delito se apresenta, e não pelo seu tipo penal previsto em lei, se configurando um quadro de seletividade jurídica. É válido observar que na função policial há a pressão por resultados que sejam apresentados a autoridades e uma resposta para a sociedade do

papel específico dos agentes de segurança pública, o que pode favorecer procedimentos ilegítimos de violência (OLIVEIRA, 2010).

A seletividade jurídica do sistema penal de tipos sociais suspeitos e a modalidade do crime violento influenciam na construção da identidade policial, na medida em que se constrói a identidade antagônica do criminoso. Nesse sentido, podemos entender que a violência é algo que afeta as ações de quem passa por um cotidiano violento, no qual as populações que vivem em territórios marginalizados se encontram em maior vulnerabilidade - o que não exclui os agentes de segurança deste cotidiano violento -, e como essa representação social se apresenta por um viés mais cognitivo do que racional (GAVÍRIA, 2008), não sendo um mero apanhado de comportamentos individualizados, mas a articulação de ações que acarretam numa ordem social (MACHADO DA SILVA, 2004).

Neste processo de combate entre as forças policiais e os crimes violentos apresenta uma regularidade: a categoria juventude. O jovem tem uma relação ambivalente com a violência: ora ele é o agressor, ora é a vítima; em um contexto onde sua vida é um processo para conviver, ou superar a violência, além de implicar na transição para vida adulta, período ao qual a agressividade tem a positividade de habilitá-los a se autonomizar e a construir um lugar no espaço social (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). Não são apenas os jovens de classes mais pobres que são vítimas da violência, que reforça a falha do binômio *pobreza e violência*, mas o abandono e a falta de perspectivas podem favorecer uma lógica de recrutamento para o crime dos jovens mais pobres, fato que pode acarretar manifestações como vítimas de processo de exclusão social e vontade de serem reconhecidos como cidadãos (GAVÍRIA, 2008; HONNETH, 2003). Portanto, a categoria juventude não é universal, tendo em vista as diversas representações e significados que variam quando analisadas pelas dimensões econômica, social, jurídica, política e outras mais. Dentro deste quadro se identificam maior incidência dos casos de violência física, ou até mesmo letal, a outras regularidades: étnicas (negros e pardos), de gênero (sexo masculino) e etárias (entre 15-24 anos).

O ponto convergente entre jovens em situação criminal e os agentes de segurança pública é a característica machista de suas organizações. Tanto as gangues que exercem poder de domínio territorial, ao que se refere à venda de entorpecentes, quanto os agentes do Estado têm em comum os códigos de masculinidade para procedimentos violentos, inclusive no vocabulário. Nesse sentido, os jovens se utilizam de meios violentos para manutenção do respeito entre os seus pares e de seus domínios territoriais (MISSE,

2010; PIMENTA, 2011; SCHABBACH, 2008; YOUNG, 2002). Já os agentes de segurança, como dito anteriormente, tem a cultura organizacional e a espetacularização da violência pela mídia como peças da construção da imagem de policial-herói na estética da luta, devido ao modelo de policiamento que ainda privilegia a ação violenta (GUERRA CÂMARA, 2012; TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). Sem embargos, o machismo como forma de demonstração de força, para reforçar valores de virilidade e honra em ambos os casos, pode se tornar um problema para uma política pública de segurança que se pretende preventiva, tendo em vista as representações sociais da violência e os valores que são atribuídos culturalmente à masculinidade.

A política de segurança pública de enfrentamento armado contra o crime, por parte do Estado, se apresentou infrutífera. O número crescente de vítimas – tanto do lado policial, quanto do lado marginalizado – não só no aspecto físico e/ou letal, mas também psicológico da violência não diminuiu o número de ocorrências criminais. Outras propostas de políticas públicas de segurança foram sendo pensadas. A filosofia de prevenção e mediação de conflito para o policiamento comunitário, em especial as populações de territórios marginalizados, com maior proximidade e participação do cidadão, o que pode ampliar as políticas de segurança pública para além da ação policial.

## 5. PARTICIPAÇÃO CIVIL NA SEGURANÇA PÚBLICA E A PERSPECTIVA DE MEDIAÇÃO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS.

Nos anos de 1990 começam a surgir propostas alternativas para o aumento da criminalidade e da sensação de insegurança. Projetos como os Centros Integrados de Cidadania (CIC)<sup>6</sup>, com a proposta de justiça social e aproximação do Estado na formação organizacional da comunidade, se aproximando da promoção de direitos humanos, e criticando o autoritarismo estatal (HADDAD, SINHORETTO, 2004):

O funcionamento do CIC exigiu das instituições e dos profissionais duas inversões de prioridade: a adequação de todos os serviços públicos à realidade dos conflitos (e não o contrário) e o deslocamento das autoridades no espaço da cidade. (...) Diante da “ausência” do Estado nas periferias, o equipamento deve, segundo o projeto, simbolizar a ocupação do “vazio”, mediante oferta de serviços de segurança e justiça em áreas carentes desses

equipamentos. A implementação disso exige uma reforma do Estado fundada na descentralização dos serviços. Assim idealizados, esses centros, teoricamente, deverão romper com o tradicionalmente oferecido: autoritarismo, centralização, corporativismo e fragmentação. (HADDAD, SINHORETTO, 2004. P. 73)

Entretanto, com a incorporação dos CICs ao Governo Federal, 2000, a filosofia que fundamentava o projeto foi desvirtuada, servindo como estratégia de controle social e forma de repressão. A gestão destas ações ficou a cargo do Gabinete Institucional de Segurança, ligado a Presidência da República, cujos cargos são privativos de Oficiais das Forças Armadas (HADDAD, SINHORETTO, 2004). Apesar da intervenção militar, formas alternativas para Segurança Pública, começam a tomar forma e ganhar força nos meios políticos e sociais. Outras experiências semelhantes aos CICs se deram em outras partes do Brasil.

A proposta de uma segurança pública com maior participação civil, que não se encerre apenas na ação policial, se apresentou mais sistematizada com o Programa o PRONASCI, em 2007, do Governo Federal, que vem com a proposta de Estado-rede, articulando os três entes federativos (União, Estado e Município) nas políticas públicas de Segurança, para diretrizes políticas, sociais e jurídicas; formação e capacitação de policiais e guardas municipais; e projetos de integração de comunidades marginalizadas e estigmatizadas com um histórico de violência e criminalidade. Neste contexto se dá início ao projeto “Território de Paz”.

Aqui pode ser feita a diferença entre os Territórios da Paz e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), do Rio de Janeiro. Apesar do Rio de Janeiro ser apresentado como um dos Estados a receber o projeto do PRONASCI, há uma distinção clara na proposta carioca, em relação às demais políticas de ocupação territorial, até mesmo na não utilização do termo Território da Paz, por diferenciar-se em alguns aspectos operacionais em sua implementação, mesmo com a manutenção da proposta de Estado-rede. As UPPs ganharam notoriedade midiática pelas suas ocupações espetaculares em favelas marcadas por um histórico violento, com apoio logístico das Forças Armadas – sendo empregado até carros blindados de Guerra nessas intervenções, e tropas de prontidão. A militarização dos territórios com as UPPs é um ponto problemático sobre a proposta dessa política - se ela é inclusiva ou uma forma de controle social? – tendo em vista que,

efetivamente, o Estado se faz presente com o emprego do seu aparato de segurança (FLEURY, 2012).

Apesar de o policiamento ser um dos pontos principais dos Territórios da Paz, mudanças conjunturais são identificadas nesta proposta de segurança pública, denotando um maior comprometimento de setores civis nestas políticas, que pode transformar a percepção dos atores sobre o combate ao crime. A experiência desse projeto no município de Canoas/RS é considerada modelo pelo trabalho realizado em Guajuviras, de atuação do município no tocante a segurança pública, com investimento em capacitação de sua Guarda Municipal e em tecnologia dos seus aparelhos, com trabalho integrado à comunidade da Brigada Militar e da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, e projetos sociais de inclusão da comunidade citada, que em dois anos de implantação (2009-2011) viu seus índices de criminalidade reduzidos (redução de 73,6% na taxa de homicídios, no primeiro semestre de 2009), dando visibilidade ao projeto Território da Paz de Guajuviras <sup>7</sup> (AZEVEDO et al, 2013). Entretanto, na própria região metropolitana de Porto Alegre, os mesmos projetos não alcançaram o mesmo destaque que a experiência de Canoas.

Problemas estruturais podem ser apontados no contexto do policiamento comunitário e de aproximação. Em primeiro lugar, a estrutura material precária em que os policiais trabalham nas localidades que receberam o projeto. Posteriormente, a falta de comunicação entre os órgãos públicos das instâncias estatais, que podem ser origem deste problema estrutural no que se refere ao campo material. Além disso, novamente surge a visão a cultura organizacional, que se mantém a hegemonia da violência como regra, onde o agente de segurança que trabalha na polícia de aproximação é considerado “*light*”, sendo dispensado a ele tratamento depreciativo por parte de alguns colegas de instituição, mais identificados com a identidade do policial-herói. Nesse sentido, a militarização da segurança pública se torna mais latente, por ser identificada a resistência dos policiais militares a dialogar com o *paisano* o tema segurança pública, que pode ser extensivo a outros agentes de segurança por entenderem que este tema seja assunto de especialistas, ou seja, de polícia (TAVARES-DOS-SANTOS et al, 2013). A participação civil na formulação de políticas públicas ainda encontra barreiras institucionais para se tornar efetiva, além do histórico de conflitos e de repressão dos aparelhos armados do Estado sobre a população marginalizada e representada como violenta.

A autonomia da comunidade é um aspecto importante neste processo de implementação dos Territórios da Paz. O Diálogo entre diferentes setores da sociedade civil é importante para chegar ao consenso de quais projetos são condizentes com determinada população. Neste prisma, o papel do município é fundamental por ser o órgão gestor mais próximo da localidade, e sendo um viés de integração para efetivação dos Territórios da Paz, para qualificar a repressão a criminalidade e a prevenção social da violência (AZEVEDO et al, 2013). A partir desta participação civil em projetos já citados anteriormente, uma cultura de empoderamento da comunidade é pretendida no sentido de justiça e inclusão sociais.

Podem, porém, ser elencados obstáculos para o processo efetivo deste projeto. O risco do personalismo, tanto do policial quanto da figura civil, em determinadas comunidades, devido ao isolamento decorrente da não cooperação entre os órgãos públicos, é um fator que pode ser identificado neste cenário. Por um lado, o comprometimento do gestor com o projeto pode fazer com que a comunidade personifique nele todo o processo de implementação, não dissociando o gestor do lugar, tendo ele como “*nosso*”, seja ele policial e/ou civil. Por outro, o personalismo pode ser utilizado como moeda de troca política, mesmo que haja integração, para obter ganhos pessoais politizando o projeto de forma deliberada (TAVARES-DOS-SANTOS et al, 2013). Com efeito, os projetos do PRONASCI/PROESCI, no caso específico do Rio Grande do Sul, podem sofrer influências das mudanças do cenário político institucional, que descaracterizariam o projeto como política de Estado.

As dificuldades da implantação do projeto Territórios da Paz passam por esferas diferenciadas da sociedade. A ideia de justiça como punição-encarceramento-morte ainda vigente no país é um dos entraves para uma política pública de segurança mais cidadã, já que legitima a ação violenta e repressiva do Estado sobre tipos-ideais suspeitos - mesmo que ilegal -, seja pela sua condição racial, econômica, social; e reforça o legado militarizado das polícias, deixado pelo último período ditatorial, e a espetacularização das ações pela grande mídia. Apesar do quadro de crise nas polícias ser mundial, não é possível adotar as mesmas metodologias europeias de análise para instituições latino-americanas, que passaram por períodos recentes de ditaduras civil-militares e histórico de desigualdade social e jurídica, que configuram seus cenários urbanos, estigmatizando determinadas camadas da sua sociedade, remetendo as mesmas a valores depreciativos.

A ideia dos Territórios da Paz para uma segurança pública que não se

encerre na ação reativa da polícia é válida para compreender a mudança de paradigma neste aspecto. Mesmo que ainda não se caracterize em um campo hegemônico nos setores de segurança pública, as experiências que podem ser positivas de integração e de justiça social é uma perspectiva de mudança de socialização de populações que historicamente se encontraram a margem dos benefícios do Estado, ou seja, da cidadania e o pleno exercício de direitos, inclusive o direito a vida. Sem embargos, a qualificação na repressão ao crime e a política de prevenção social da violência parecem mais viáveis em um projeto de justiça social e não de controle social.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa de Violência e Cidadania, ligado à UFRGS. Especializado em Sociologia Política e Cultura pela PUC Rio. Bacharel em Ciências Sociais – Sociologia pela Universidade Candido Mendes.
- <sup>2</sup> Fonte: Sítio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública de Porto Alegre – RS. [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p\\_secao=136](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p_secao=136)
- <sup>3</sup> Portal do Ministério da Justiça (verbete: Território da Paz): <http://portal.mj.gov.br>
- <sup>4</sup> Título do livro “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, em português (*Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, em inglês), de 1963.
- <sup>5</sup> Professor do Departamento de Sociologia da PUC-Rio.
- <sup>6</sup> Os CICs da referência correspondem ao Estado de São Paulo, que funcionaram entre 1996-2001.
- <sup>7</sup> BOFF, Claudia; MERKER, Marcos. “Canoas comemora dois anos de Territórios de Paz”: In: Diário de Canoas. Canoas: Ed. Online, 08/10/2011. <http://www.diariodecanoas.com.br/regiao/346951/canoas-comemora-dois-anos-de-territorio-de-paz-no-guajuviras.html>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, A. A **posse de Goulart: emergência da esquerda e solução de compromisso**. In: Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciências políticas – n. 2 – Niterói: EDUFF, 1997.
- ARENDT, H. **O que é autoridade?** In: Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- AZEVEDO, R.; RATTON, J.; KERBER, A.; VASCONCELLOS, F; SANTOS, M.; DAL SANTO, R.; OLIVEIRA, P.; ANDRADE, R. **As políticas públicas no âmbito municipal: uma análise das cidades de Canoas/RS e Jaboatão dos Guararapes/PE**. In: Pensando a segurança pública. V. 3, Políticas públicas: análises e diagnósticos. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- BECKER, H. **Conceitos**. In: *Segredos e Truques da Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BURGOS, M. **Cidade, Territórios e Cidadania**. In: Dados- Revista de Ciências Sociais, v. 48, n.1. Rio de Janeiro: IESP, 2005. pp 189-222.

D'ARAÚJO, M. **Transição democrática e forças armadas na América Latina**. In: Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciências políticas – n. 12/ 13 - Niterói: EDUFF, 2002.

DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)**. Petrópolis: vozes, 1981.

FICO, C. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FICO, C.; FERREIRA, M. ; ARAUJO, M. ; QUADRAT, S. **Ditadura e Democracia na América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

FLEURY, S. **Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta**. In: Sociologias: Participação, Cultura Política e Cidades, n° 30. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2012.

GAVIRIA, M. **Controle Social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo**. In: Violências, Medo e Prevenção. Sociologias. Vol. 20. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUERRA CÂMARA, G. **Reinserção da Perspectiva Comunitária na Ação Policial Gaúcha: Os Territórios da Paz, uma nova governamentalidade?** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais IFCH-UFRGS. Porto Alegre: 2012.

HADDAD, E.; SINHORETTO, J. **Centros de Integração da Cidadania: democratização do sistema de justiça ou o controle da periferia?** In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: 2004.

HERMET, G. **A democratização dos países emergentes e as relações entre o Estado, as OIGs e as ONGs**. In.: Democracia e Governança Mundial: que regulações para o século XXI? Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos. História breve do século XX**. Ed. Presença. Lisboa: 1996.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

KANT DE LIMA, R. **A Polícia da cidade do Rio de Janeiro: Seus dilemas e paradoxos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 1995.

LAGE, L.; MIRANDA, A. **Da polícia do rei à polícia do cidadão.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional – n. 25 – Rio de Janeiro: SABIN, 2007.

MACHADO DA SILVA, L. **Sociabilidade Violenta: Por Uma Interpretação da Criminalidade Contemporânea no Brasil Urbano.** In: RIBEIRO, L. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.* São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

MISSE, M. **Crime, sujeito e sujeição Criminal: aspectos de uma Contribuição analítica sobre a Categoria “bandido”.** In.: Lua Nova, nº 79. São Paulo, 2010.

NÓBREGA Jr. **A Semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia?** In: TAVARES-DOS-SANTOS (org.). *Democracia, Poderes e Segurança: reflexões.* Sociologias. Vol. 23. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, A. **Policiais podem ser controlados?** In: TAVARES DOS SANTOS (org.). *Democracia, Poderes e Segurança: reflexões.* Sociologias. Vol. 23. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2010.

PIMENTA, M. **Masculinidades e sociabilidades: compreendendo envolvimento de jovens com violência e criminalidade.** XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba: 2011.

RICOUER, P. **O paradoxo da autoridade.** In: *O Justo 2: justiça e verdade e outros estudos.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

SCHABBACH, L. **Exclusão, ilegalidade e organizações criminosas no Brasil.** In: *Violências, Medo e Prevenção.* Sociologias, V. 20. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2008.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. **Violências e Conflitualidades.** Porto Alegre: Tomo, 2009.

TAVARES-DOS-SANTOS, J.; TEIXEIRA, A.; MADEIRA, L.; SCHABBACH, L.; DURANTE, M.; PIMENTA, M.; FACHINETTO, R. **Programa de Polícias Comunitárias no Brasil: avaliação de propostas de políticas públicas de segurança.** In: *Pensando a segurança pública.* V. 3, Políticas públicas: análises e diagnósticos. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

YOUNG, J. **A sociedade excludente – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.



## “A Serra e a Planície - as ‘faces’ da questão étnica na Bolívia”

Mauro Marcos Farias da Conceição – Prof. Dr. IBC/RJ

### RESUMO

Terra e racismo – temas atinentes e reafirmados, sobretudo, quanto aos estudos dos povos originários – necessitam de exames e designações conceituais, que explicitem particularidades – econômicas e políticas – e indicações quanto às causas e desdobramentos aos quais se referem ambos os termos. Pretende-se examinar as transformações observadas nos motivos explicativos e nas modalidades de enfrentamentos verificados, a partir da década de 1930, por esses povos originários.

Palavras-Chave: Indígenas; Terra; Racismo.

Después del problema pedagógico, viene el problema étnico, de capital importancia en Bolivia. Por desgracia, las fatalidades de raza bien que se las niegue, parece ser un hecho, o, por lo menos, se imponen con carácter dominador en cierta clase de manifestaciones.<sup>1</sup>

### PROBLEMAS E ABORDAGENS ÀS QUESTÕES ÉTNICAS: UM ENSAIO SOBRE AS MOTIVAÇÕES DA EXCLUSÃO SOCIAL NA BOLÍVIA

Conhecer as razões e motivos dos conflitos envolvendo etnias, e fundamentalmente os indígenas, à ocorrência dos inúmeros e intermináveis conflitos étnicos e os desdobramentos que vem sendo realizados na Bolívia, apresenta-se como um procedimento preliminar à compreensão dos fatos sociais e/ou ainda, se for o caso, à contraposição das interpretações divulgadas, concebidas e aceitas, que envolvem esta temática. Questões que compreendem a população indígena, fundamentalmente a aceitação e convivência social destes com os não indígenas configuraram-se, no passado histórico, e ainda a se manifestar no presente – em todo continente –, um componente político repleto de confrontos, crises, violência e procedimentos de aculturação. Imprimindo e expondo arquétipos que se buscam viabilizar, em países e regiões onde esta presença é significativa, aos espaços políticos, culturais, sociais e étnicos.

O continente americano, desde o momento que os europeus pisaram nestas terras, encontra-se imerso em litígios que envolvem os antagônicos interesses entre os índios e os indivíduos de culturas diversas à indígena. Para esta breve exposição, iremos apresentar uma sinalização sobre as relações e os procedimentos que manifestam ‘o estranhamento étnico’ que se estabelecem na Bolívia.

Há por se estabelecer, inicialmente, o reconhecimento de que esta nação não é a única referência a indicar os níveis e formas que adquiriram o problema étnico. Fundamentalmente podemos indicar o envolvimento dos Estados, face às demandas que se constituem e a participação que se necessita, em razão dos interesses supostamente coletivos e sociais e a contraposição, que se concebe, aos interesses das comunidades indígenas. Esta menção a uma argüição, que se diria comum, ocorre em razão da composição populacional, dos referenciais culturais e sociais e das representações que, esta expressiva e concorrida parcela da população boliviana – os indígenas e descendentes – estabeleceram no país; *“en toda la extensión de la República se ven ranchos de indios diseminados por los campos, por los montes, por los valles y quebradas, em terrenos pertenecientes, em su mayor parte, a los señores propietarios.”*<sup>12</sup>

Entretanto há que se observar que os procedimentos históricos, a forma e os objetivos como se descreviam e apresentava-se o passado, eram construções teóricas e ideológicas que então capacitavam e, de certa maneira, reforçavam as políticas e as orientações, conferidas a grupos e instituições, que efetivavam, na sociedade, os espaços de distinção e exclusão social do indígena. Há que se compreender, principalmente, as relações que os indígenas constituem com os espaços territoriais. O território não se **configurava** enquanto um objeto de especulação e comercialização para os povos índios. Esta perspectiva, em determinada ocasião histórica, não fazia parte das relações telúricas destes povos. A terra possibilita além do simples cultivo o meio de concepção e de cria aos indígenas; mesmos as mais conservadoras das teorias convergem quanto as tradicionais relações que os povos índios estabelecem **com o solo**; *“de modo, entoces, que la vida del indio, sus hábitos, su carácter, su mismo atavismo le señalan el campo como el sitio de sus proezas, o sea la agricultura.”*<sup>13</sup>

Esta conexão de impossível separação e distinção – índio/terra – tornou-se a mais forte razão, e estabelecimento de motivos, aos confrontos e às agressões que sofreram, por séculos, os indígenas na Bolívia e em todo continente latino-americano. Indicar agressões não deve levar-nos a constituir

a figura da vítima – com sua versão de passividade e ausência de reação. As resistências e as ações indígenas, que apinharam esta nação andina, porém não foram, inicialmente, capazes em reduzir as intensas e distintas marginalizações que o estado e a sociedade promoviam aos indígenas.

Os comentários e alusões que apresentaremos neste texto abordam a questão étnica menos pelos problemas da pura e simples – embora sempre reforçada e teoricamente justificada – exclusão. Manifestamente, por séculos, presente em todo continente americano, aludimos à existência dos problemas étnicos fundamentalmente em razão dos interesses econômicos. Contudo, os atos realizados nesta direção, necessitavam compor-se com determinadas formas de explicação, modelos teóricos que concebiam aceite a toda sorte de ação. Assim tencionamos demonstrar – e reforçar um diálogo que se encontra em curso – que as origens dos interesses materiais, e dos conceitos a fundamentar comportamentos dos segmentos sociais não índios, residem na aquisição e na posse da terra e a conseqüente exclusão dos indivíduos – indígenas – que nela se localizam. Estes interesses, assim como as ações demandadas, tornaram-se basilar e garantidor à presença dos europeus no continente americano.

Os povos índios, que habitavam as regiões retiravam e constituíam a sobrevivência da própria terra, desenvolveram uma peculiar modalidade, social e cultural, que se contrapunham, intensamente, aos interesses e objetivos manifestos nas movimentações européias. Todas as ordens de peculiaridades, intrínsecas às populações nativas, despertavam estranhamentos e, por conseqüência, a repulsa do forasteiro que, logo, transformou-se nos motivos aos confrontos que se realizaram. Por esta razão, e dos imediatos interesses, a presença européia, em busca de riquezas – nos metais e nos espaços territoriais – foi acompanhada de intensas e freqüentes ações violentas e excludentes; “os invasores espanhóis não eram soldados, mas aventureiros indisciplinados em busca de fortunas pessoais.”<sup>4</sup>

Portanto os métodos utilizados à ‘conquista’ foram estimulados pelas possibilidades de se obter ‘fortunas’ – terras e produtos exóticos. Entretanto essas perspectivas de aquisição, que necessitam ser compreendidas em face das possibilidades e das formas de ascensão – social, econômica e política – desta época, tangenciavam em preceitos morais e religiosos que demandavam, de certa forma, relativização dos limites à sua realização e, ainda, às considerações que venhamos desenvolver quanto às usuais práticas. Em Chasteen encontramos alguma indicação quanto aos motivos destas percepções;

Eles vieram a América em busca de sucesso nos padrões impostos por sua sociedade: riquezas, o privilégio de ser servido por outros e uma pretensão à retidão religiosa. Não faz muito sentido julgarmos sua qualidade moral como seres humanos, porque eles simplesmente viviam a lógica do mundo conforme a compreendiam (...) <sup>5</sup>

O solo tornou-se, com a descoberta dos metais, de capital interesse e na principal razão aos procedimentos adotados pelos novos aventureiros que percorriam o extenso continente. A veemência de europeus, às riquezas que poderiam extrair do solo, colidiu às representações e relações que a terra manifestava aos indígenas, causa e razão dos inevitáveis e intermináveis confrontos; “por todo o continente a população extraía o sustento da terra e se considerava parte dela.” <sup>6</sup>

Estabelecer espaços que tornasse possível a realização de atividades – comerciais e econômicas – que originassem bens ao estado espanhol, e a particulares, tornou-se objetivo das expedições que se voltava a explorar o continente. Indubitavelmente, tais realizações e procedimentos contribuíram sobremaneira aos negócios e ao reforço econômico que foram propiciados ao Império espanhol.

Esta nova e beligerante realidade – ações que impulsionaram a conquista na obtenção e extração de riqueza, e a posse dos espaços – confrontava-se às sólidas percepções existentes entre indígenas e a natureza. Não somente lhes arrebatavam a terra, ainda na ausência de trabalhadores, as comunidades nativas eram escravizadas em benefício, unicamente, dos interesses privados e do Estado Imperial.

Portanto, desde a chegada das expedições marítimas, os interesses opostos confrontaram europeus e índios. Esta oposição de interesses não se manifestava no campo das disputas pelos espaços – pela caça, pela água, pelos produtos que a natureza oferece – como sempre ocorrera entre os povos indígenas; não houve uma disputa que considerasse, tão somente, a sobrevivência humana. Procurava-se, e projetavam-se, as riquezas que a posse da terra possibilitaria.

Em razão desta possibilidade e das apreciações sociais que se realizava dos povos encontrados na América, as ações que se realizavam foram economicamente necessárias, moralmente justificadas e, em muitas ocasiões, religiosamente imprescindíveis; “o pecado original residia na lógica, justificada em termos religiosos, que pressupunha um direito de conquistar e colonizar” <sup>7</sup>

Portanto, aos europeus, todas as medidas – capazes de serem utilizadas – que afirmassem seu domínio e hegemonia sobre o espaço encontrado, foram aplicadas. A violência física não foi o único método empregado a possibilitar e justificar a presença e a autoridade espanhola. Para além da agressão realizada era necessário que seus pares a concebessem como própria e imprescindível à consumação da empreitada que tinham por desígnio realizar.

Tornar – o índio e, posteriormente, o negro – distintos, destacados e indivíduos inferiores em sua condição e representação humana, configurou-se uma eficaz tática aos objetivos táticos e estratégicos delineados pelas propostas de dominação. As funções sociais e atribuições que foram impressas, a estes segmentos étnicos, definiram o sentido e a determinação da presença europeia nas terras às quais se realizavam os procedimentos de ‘conquista’ e de subordinação. Ainda que em certas regiões do continente americano os índios tenham sido observados, por parte do cristianismo, de forma diferenciada, esta percepção não afastou ou mesmo restringiu os interesses dos europeus. O cristianismo foi, como se observa nas análises historiográficas, um eficaz instrumento à inclusão e imposição dos modelos de cultura e de sociabilidade ‘à europeia’.

As regiões andinas apresentam-se, historicamente, como um espaço densamente povoado por comunidades indígenas. Comunidades que se fazem fortemente presentes, ainda hoje, nas nações que abrigam todo o espaço geográfico dos Andes. Esta densa presença na região estabeleceu uma peculiar característica em relação ao solo e ao amparo que então promoveu. As relações telúricas que os indígenas configuraram, dotava-os de peculiaridade distintas àquelas realizadas por diferentes povos nativos em outras áreas americanas. As associações que conceberam – *ayllus*, *markas* – por ensejo das formas de ocupação indígena<sup>8</sup>, tornaram-se barreiras a impedir a presença e uso do solo por não-indígenas.

Esta breve perspectiva histórica possibilita-nos observar quais foram os fundamentos práticos, não únicos, constituidor de uma diversa modalidade de relação, no continente americano, entre indígenas e os povos europeus. A questão étnica, neste caso, absorve componentes que, inicialmente, não se configuram apenas em face das distintas peculiaridades. Ainda que essas diferenças saltem-se ao olhar do forasteiro europeu, possibilitarão, posteriormente, constituir-se em motivos aos procedimentos adotados.

Em face das peculiaridades – segundo a região, ao tipo étnico e o quantitativo numérico – alguns desses descritos acontecimentos contribuiram

à exclusão e ao afastamento do índio à sociedade. Certamente essas medidas confirmam-se como parte dos procedimentos a ancorar as ações desenvolvidas e os conceitos, de superioridade, estabelecidos pelos europeus; “...mais do que meramente um domínio estrangeiro, a colonização foi um processo social e cultural, até psicológico. Os padrões de dominação resultantes – intrincados e onipresentes – constituem o produto mais triste do cadinho colonial.”<sup>9</sup>

Parcela territorial da região andina, a Bolívia foi, por essa razão, densamente povoada por indígenas. Neste espaço territorial havia, em seu subsolo – ainda hoje existente –, grande reserva de minérios. Fato este que desde o início da colonização despertara o interesse europeu por essas terras. Ao final do século XIX e início do XX, este interesse ampliou-se – por causas que todos conhecemos – despertando um grande interesse pelos metais que reforçavam as reservas bolivianas; o lítio, potássio, boro, magnésio além do estanho.

Os pleitos que violentamente se desenvolviam, entre indígenas e não indígenas, quanto aos interesses territoriais, acentuam-se consideravelmente diante dos nobres metais e produtos minerais que então foram encontrados. Por estas razões a terra passou a ser agressivamente disputada à população que nela vivia, e dela tiravam sua sobrevivência. Entretanto a presença do índio no campo, os significados e representações que a terra exercia para estes indivíduos configurou e consagrou, neste país, a forte resistência à presença e ocupação por aqueles personagens afastados das realidades indígenas.

Portanto ao despertar interesses e objetivos opostos – de índios e não índios – o solo, diante da presença e/ou da ocupação observada, propiciou distintas reações. Aos indígenas coube prover-se dos meios que eram empregados, usualmente, nas conquistas e na defesa de seus espaços; enquanto aos não indígenas o raciocínio financeiro e econômico determinou os meios, mecanismos e instrumentos que foram utilizados nos litígios. Em razão dos interesses que estavam postos nessas contendas, a imparcialidade não foi um componente utilizado na intermediação desses acontecimentos.

Neste contexto histórico o raciocínio econômico – fundamento dos procedimentos sociais e políticos predominantes – ao desconsiderar as peculiaridades das manifestações indígenas, incitou a ação e desempenho daqueles mecanismos capazes em dar solidez aos domínios e certificar a manutenção dos interesses que estavam postos. Por conseguinte a ideologia e o estado tomam parte deste arsenal de combate e de legitimação das

ações que seriam propiciadas para afastar-se e excluir, da terra, as comunidades indígenas. Alcides Arguedas, no livro ‘Pueblo Enfermo’, assim analisou as relações entre indígenas e a modernidade capitalista;

Esta idea de grandeza es común a todos los países indoamericanos y la difunden precisamente quienes por su educación, su cultura, su modo de ser y hasta de vivir, son los menos aptos para enunciarla (...) y, una de dos: o esos países de la América Latina no son tan prodigiosamente ricos como se pregona siempre, o la raza que los puebla es raza en decadencia e inhábil para aceptar el progreso moderno porque casi todos esos Nuestro países, unos más que otros, son pobres, carecen de grandes industrias, no disponen de capitales, ni hacen lujo de iniciativa y de espíritu emprendedor.<sup>10</sup>

Na passagem do século os interesses financeiros – pautados na posse do solo e das provenientes riquezas minerais – estimularam governos e o estado a atuar mais determinado em ações que impulsionassem a exclusão, social e política, desta significativa parcela humana que fortemente habitavam os campos – e durante o século XX as cidades. Os indígenas estabelecem – os processos históricos ajudam-nos a compreender este movimento – outro espaço de vivência e de presença.

Os componentes sociais de diferenciação que se observam, aos índios, nas cidades, agregam-se à intensificação das violentas agressões às comunidades indígenas. Estes procedimentos associam-se às ideologias e conceitos, propagavam e estimulavam a exclusão social e uma perspectiva que dotavam de atributos, com afastado apelo humano, que os assemelhavam a indivíduos desqualificados – irracionais - e impedidos de manifestar qualquer capacidade racional.

(...) el rostro del indio es impasible y mudo, no revela todo lo que en el interior de su alma se agita (...) resignada víctima de toda suerte de fatalidades, lo es desde que nace, pues muchas veces, como las bestias, nace en el campo, porque el ser que lo lleva en sus entrañas labora las de la tierra dura (...) <sup>11</sup>

Para que possamos demonstrar a interpretação e a força de algumas dessas idéias optamos por Indicar dois destacados, e conhecidos, autores bolivianos e as apreciações que constituíram. Em suas teorias reduziam-se a capacidade humana, prática e racional, do indígena. Muitos dos intelectuais,

deste período, encontravam-se a serviço do Estado, constituindo conceitos e teorias que fundamentassem ações a possibilitar o ‘progresso moderno’ e a afastar aqueles que, sobre esta corrente de pensamento, seriam sinônimo do atraso. Gabriel René Moreno e Alcides Arguedas foram os mais destacados teóricos desta geração. Moreno, afirma-nos Julio Chiavenato, foi ‘o primeiro intelectual importante a sofisticar, com pretensões “científicas”, a tese da “inferioridade racial” do índio’<sup>12</sup> Reforçou, Moreno, esta concepção desenvolvendo a seguinte análise quanto as atribuições racionais do índio;

(...) o cérebro do índio e o cérebro do mestiço são celularmente incapazes de conferir a liberdade republicana (...) estes cérebros pesam entre cinco, sete e dez onças menos que o cérebro de um branco de raça pura. Na evolução da espécie humana tal massa corresponde, fisiologicamente, a um período psíquico de dita espécie hoje já decrépito, a um organismo mental raquítico para resistir ao confronto e choque das forças intelectuais, econômicas e políticas, com que a civilização moderna atua dentro da democracia.<sup>13</sup>

Esta percepção jamais se afastou dos personagens e dos segmentos dominantes desta nação andina. Projetou-se este pensar sobre regiões e parcelas sociais, que assim como a geração de Moreno, também poderiam tomar parte desta relação – e, por conseguinte, desta rejeição – a se desenvolver com os povos originários da Bolívia. Por este motivo esta concepção voltou a se configurar em um seguidor de Moreno, Alcides Arguedas, que se nutria dos mesmos sentimentos e opinião a respeito dos indígenas. Entretanto, para este autor, a formação social, majoritária, de seu país foi, também, motivo e causa do pessimismo que sustentou.

As razões deste sentimento pautavam-se nas percepções que se desenvolvera – e com as quais concordava – sobre uma determinada incapacidade laborativa e intelectual do indígena. Para indivíduos que partiam dos mesmos pressupostos e da mesma concepção excludente, os indígenas pouco poderiam acrescentar ao país. Esta a razão da seguinte afirmação; “su vida vegetativa los reduce a la pobre y lamentable condicion de brutos, empujados unicamente por necesidades orgánicas: comer, beber, moverse, engendrar.”<sup>14</sup>

As considerações até aqui expostas, resultado de alguns estudos e indagações, indica-nos que as estimuladas diferenciações sociais não se desenvolveram tão somente em face das diferenças culturais, sociais, étnicas.

Ainda que consideremos que em toda aparição preconceituosa tais elementos encontram-se presentes; a despeito destes componentes, na Bolívia – assim como em toda região densamente povoada por indígenas –, questões que demandam perspectivas econômicas, às quais atribuímos razão aos procedimentos excludentes, fornecem uma consistente explicação aos acontecimentos litigiosos que se verificam. Em tais contendas ao se privilegiar a propriedade da terra e as formas, conseqüentes, de uso e o devido enquadramento nas esferas econômicas, deste bem, reforçam, sobremaneira, esta perspectiva:

Por mucho tiempo se ha considerado al norte del departamento de Potosí (antes provincia de Chayanta), como una de las regiones más ‘tradicionales’ de la Bolivia cordillerana, subsistiendo, presumiblemente, al márgen tanto del mercado como de un control efectivo por parte del Estado. Esta aparente marginalidad de la economía campesina regional contrasta con los grandes complejos mineros que se han desarrollado en el seno de la región: Colquechaca y Aullugas en la era de la plata del período colonial (en el siglo diecinueve), y más recientemente el gigantesco centro estannífero de Catavi-Siglo XX-Uncía.<sup>15</sup>

Nas indicações supracitadas podemos verificar que às concepções racistas agregavam-se, em certa medida, às percepções econômicas dominante nos respectivos períodos. E estas concepções induziam uma modalidade em se apreender à existência e presença indígena. As exclusões sociais e política destes personagens e os intermináveis confrontos deu mostras das inferências deste pensar. Portanto, as abordagens realizadas reforçam que esta forma de se conceber, e de se abordar, estes indivíduos não surgiu, tão somente, em decorrência ou em associação às idéias – racistas e excludentes – em curso neste período.

Esta afirmação, entretanto, não tem por objetivo ofuscar os negativos desdobramentos patrocinados por tais formas de pensar. Procuramos avigorar o fato de que, tais movimentos raciais, pautavam-se não somente em influências teóricas – com pujantes defensores e teóricos na Bolívia, mas, sobretudo, nas imperiosas necessidades do capital, em suas etapas de expansão.

Buscou-se projetar teorias que fundamentavam procedimentos – a partir das percepções conceituais – que já vinham sendo realizados em algumas outras regiões do planeta. Justificar a busca pelo domínio e pelo controle

das áreas que poderiam propiciar riqueza tornou-se a razão, ao que nos parece, da motivação e do reforço teórico nas ações que a muito já se realizavam;

(...) nos anos de 1870 (...) a elite fundiária foi estimulada economicamente a empreender um ataque em escala total. Justificaram esses ataques com os clássicos argumentos liberais do século XIX, segundo os quais as comunidades eram um sistema anacrônico de propriedade de terra e constituíam um empecilho à integração social.<sup>16</sup>

Confirmam-se, em muitos dos autores que estudaram a formação social e econômica da Bolívia, as resistências e representações políticas desenvolvidas pela majoritária população rural desta nação andina. Esta configuração populacional, e as conformações que estabeleciam com a terra, solicitaram, dos não índios, modalidades de atuação que afastasse a presença física deste significativo espaço de realização, plena, de sua condição indígena. Estas seriam as formas em assegurar a realização dos interesses e objetivos econômicos do não indígena sobre a terra.

Conhece-se, na Bolívia, a composição étnica de sua população e quais perfis, social, político e cultural, definiram-se em face desta peculiar composição. A iniciativa em afastar este povo da terra, em destituir-lhes dos significados – culturalmente manifestados – e dos objetivos – que a posse do solo lhes proporciona – encontrou em muitas ocasiões argumentos que reforçassem e fundamentassem as ações empregadas.

Inicialmente a colonização apropriou-se das questões religiosas a justificar o confronto que se estabeleceu. Nesta ocasião este foi o principal argumento a dar contornos teóricos que viessem a sustentar as ações tomadas. Objetivava-se, então, afastar o índio daquele espaço – e deixa-lo vago às aspirações européias;

Os europeus do século XVI acreditavam nos ensinamentos de sua religião como algo natural (...) mas, em suma, a grande maioria da população tinha motivações mundanas, com a busca do sucesso terreno constantemente se evidenciando em seus atos. A idéia de disseminar o cristianismo era, acima de tudo, uma justificativa convincente para reivindicar enormes porções do mundo “não descoberto”. Assim, as idéias religiosas, tornaram-se particularmente influentes no nível da racionalização formal. <sup>1717</sup> Op. Cit. nota 2 p.35/36.

Diante desta breve leitura, e análise, que desenvolvemos quanto à questão étnica na Bolívia, inclinamo-nos em afirmar no muito que há por se pesquisar a este respeito. Desta forma defendemos que se amplie o campo de observação deste aspecto. Não tivemos por meta reduzir os reforços – e as imprescindíveis contribuições das idéias – que as diversas visões sobre o mundo – transformadas em conceitos e teorias – possam ter fornecido. Mas dotá-las, também, de substância que elucide sua essência e que propicie debate quanto aos problemas étnicos na Bolívia, ponderando outras e novas bases conceituais e materiais. Neste trabalho destacamos que essas modalidades de abordagens requisitadas, em seu tempo histórico – há por se observar com mais perspicácia o presente –, adquirem materialidade e reagem frente ao elemento estimulador dos confrontos; a terra.

Deparam-se então dois propósitos extremamente diferenciados e antagonísticos – indígenas e não indígenas – possuidores de manifestações sócio-culturais e objetivos a se atingir do solo e, para o qual, disponibiliza-se das ‘armas’ e mecanismos capazes em lhes dar a garantia e a posse deste bem. Além da violência, europeus, municiam-se de concepções que torne factível convencer-se e à sua população da propriedade dos atos que cometem; já aos indígenas restavam as formas mais comuns de defender-se, atacando, para proteger e restituir os espaços que lhes pertenciam.

Assim entendemos que estes problemas étnicos, ainda hoje presente na Bolívia, manifestam-se não somente em razão do outro ser ou não um indígena, das diferenças ou dos distintos procedimentos – que efetivamente se estabelecem –, mas, em razão dos interesses que se apresentam. É neste ponto as idéias propiciam amparo às necessidades objetivas. Há também, ainda por se considerar, as atribuições e desígnios que as elites políticas e econômicas – à frente do Estado ou das grandes corporações – tomam para si diante dos confrontos que se desenvolvem e dos interesses e disputas que foram postos.

## NOTAS

<sup>1</sup> ARGUEDAS, Alcides. *La Danza de las Sombras*. Barcelona. 1934, p. 344.

<sup>2</sup> ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo Enfermo*. La Paz/Bolívia. Ediciones Isla. 1979. p. 43.

<sup>3</sup> Op. Cit. nota 1, p. 345;

<sup>4</sup> CHASTEEN, J.C. *América Latina: Uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro. Campus. 2001. pág. 43.

<sup>5</sup> Op. Cit. p.27

<sup>6</sup> Op. Cit. p.27

<sup>7</sup> Op. cit. p. 27

- <sup>8</sup> Op. Cit. p. 28 a 30.
- <sup>9</sup> Op. Cit. p. 55
- <sup>10</sup> Op. Cit. nota 02 . p. 136/137
- <sup>11</sup> Op. Nota 02 p. 42/43.
- <sup>12</sup> CHIAVENATO, J. *'Bolívia – com a pólvora na boca'*. São Paulo. Brasiliense. 1981. p. 158.
- <sup>13</sup> Op. Cit. p. 158.
- <sup>14</sup> ARGUEDAS, A. *La Danza de las sombras'*. Barcelona. Espanha. Ed. Sobrinos de Lopez Robert. 1934. p.347.
- <sup>15</sup> PLATT, Tristan *Identidades andinas y lógicas del campesinado*. In. PLATT,Tristan & autores. **'El rol del ayllu andino em la reproducción del regimen mercantil simple en el norte de Potosí**. Genebra/Suíça. Mosca Azul editores.1982. p.25/26.
- <sup>16</sup> KLEIN, H. *A Bolívia da Guerra do Pacífico à guerra do Chaco, 1880-1930*. In. BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Volume V..São Paulo. Edusp 2002. p. 381.
- <sup>17</sup> Op. Cit. nota 2 p.35/36.

## BIBLIOGRAFIA

**ARGUEDAS, A.** *La Danza de las sombras'*. Barcelona. Espanha. Ed. Sobrinos de Lopez Robert. 1934

\_\_\_\_\_ *Pueblo Enfermo* .La Paz/Bolívia. Ediciones Isla. 1979. p. 43.

**BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, N. e PASQUINO,G.** *Dicionário de Política*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 2007. p. 1060.

**CHASTEEN, J.C.** *América Latina: Uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro. Campus. 2001.

**CHIAVENATO, J.** *'Bolívia – com a pólvora na boca'*. São Paulo. Brasiliense. 1981. p. 158.

**KLEIN, H.** *A Bolívia da Guerra do Pacífico à guerra do Chaco, 1880-1930*. In.

**BETHELL, Leslie.** *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Volume V..São Paulo. Edusp 2002.

**PLATT, Tristan.** *Identidades andinas y lógicas del campesinado*. In. PLATT,Tristan & autores. **'El rol del ayllu andino em la reproducción del regimen mercantil simple en el norte de Potosí**. Genebra / Suíça. Mosca Azul Editores.1982.

**PRADO, M.L.** *A formação das nações latino-americana*. Campinas. São Paulo. Atual Editora. 1986.

**MERCADO, R.Z.** *Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971)*. In

**CASANOVA, P.G.(org.)** *América Latina – História de Meio século*. Vol. 2. Brasília. Editora UnB. 1988.

### RESUMEN

Tierra y el racismo - temas involucrados y reafirmaron, especialmente en relación con el estudio de los pueblos indígenas - necesitan trabajos y exámenes conceptuales, que explica las particularidades - económicas y políticas - y las indicaciones con respecto a las causas y consecuencias que se refieren a ambos términos. Tiene como objetivo analizar los cambios observados en la exposición de motivos y de las modalidades de enfrentamientos controladas desde la década de 1930, por estos pueblos originarios.

Palabras clave: Indígena; Tierra; Racismo.

### ABSTRACT:

Earth and racism - issues involved and reaffirmed, especially regarding the study of indigenous peoples - need to assignments and exams conceptual, that explains particularities - economic and political - and indications regarding the causes and consequences which refer to both terms. The perspective that will be held in this research plan, enjoy these requests printed, the Indians and whites, controversial and violent forms of manifestation. It is intended, from this theoretical methodology, examine and elucidate the changes, as the method employed, the observed explanatory reasons and modalities of clashes checked, from the 1930s, by these native peoples.

Keywords: Indigenous, Land, Racism.



# Pátria ou Morte: O pensamento Martiniano e o Nacionalismo Revolucionário na América Latina

Robson Reinaldo de Almeida Vieira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## RESUMO:

Entender a realidade latino-americana sem ter em mente que existem dois tipos distintos de nacionalismo pode nos levar a equívocos teóricos bastante graves. Partindo desse pressuposto, o artigo busca apresentar uma nova possibilidade de se entender o nacionalismo buscando compreender que existe o nacionalismo revolucionário que é a síntese das experiências de luta através do afastamento com os meios ideológicos e materiais da burguesia e apontando em direção ao socialismo. Em um segundo momento, tendo em vista que esse novo tipo de nacionalismo é a síntese das lutas históricas do povo, o artigo vai apresentar as contribuições do pensamento Martiniano para o desenvolvimento do pensamento de Fidel e do nacionalismo revolucionário.

Palavras-chave: Nacionalismo, Martiniano, Nação.

## INTRODUÇÃO

Qualquer tentativa de compreender o pensamento político de boa parte da esquerda latino-americana a partir do século XX que não leve em consideração o desenvolvimento e a apropriação do nacionalismo revolucionário à sua prática e discurso, estará com lacunas. Apresentando uma forte tendência anti-imperialista, conforme nos apresenta Jorge Abelardo Ramos (2012), a questão nacional na América latina percorre quase dois séculos de luta, tendo sua síntese/resultado permanente com o desenvolvimento, no século XX, do Nacionalismo Revolucionário.

Nos estudos historiográficos, tanto sobre as Revoluções Cubana e Bolivariana como também sobre a “Nova” Esquerda latino-americana a qual, diferentemente da Esquerda mais tradicional de raízes eurocêntricas, apresenta características anti-imperialistas, nacionalistas e profundamente populares, é comum acontecer uma não diferenciação sobre qual tipo de nacionalismo está sendo tratado, apresentando-o através de uma vertente única. Nesse caso confundem o Nacionalismo burguês cujo objetivo é servir como justificação ideológica para exploração e como um disfarce para as contradições inerentes a estrutura dos países capitalistas com o

Nacionalismo revolucionário o qual se apresenta como a síntese aperfeiçoada da luta popular dos países dependentes latino-americanos frente à exploração.

Tendo em vista a importância do entendimento de tal conceito para a compreensão de boa parte das revoluções na América Latina como também para processos socioeconômicos, é extremamente questionável o fato de o nacionalismo revolucionário ser, além de marginalizado da Historiografia Brasileira oficial, um termo quase desconhecido, prevalecendo o uso de uma única vertente do nacionalismo o que acaba por ocasionar um verdadeiro equívoco conceitual que ocorre tanto por parte dos historiadores como por parte da esquerda política.

A partir desse diagnóstico, apresentamos nesse trabalho o que entendemos como Nacionalismo Revolucionário. Procuramos introduzir a temática objetivando apresentá-la em constante oposição ao nacionalismo burguês. Se nesse trabalho defendermos que o Nacionalismo revolucionário é a síntese da consciência emancipatória do proletariado que aos poucos vai se soltando das amarras materiais e ideológicas da burguesia e vai se aproximando ao socialismo, temos o objetivo então de mostrar como essa questão nacional é formada e para isso, nesse artigo, retornaremos às discussões empreendidas por Martí apresentando como o pensamento de Fidel foi influenciado por José M.

### O NACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO COMO TEORIA.

A historiografia tende a apresentar o nacionalismo burguês como sendo a única forma possível de se compreender a questão nacional. Isso se justifica, principalmente, pelo fato de a burguesia, por se constituir como classe dominante a mais de dois séculos, apresentar o total domínio dos meios materiais. A realidade é dialética. Da mesma maneira que é possível compreendê-lo por esse viés, também é possível ter outra concepção principalmente se nos atentarmos às razões para seu aparecimento. E vai ser essa diferenciação nas razões de seu desabrochar que irá diferenciar os dois tipos de nacionalismos. Um só pode ser entendido dentro de uma dialética Nação e Nacionalismo, que surgirá como uma etapa de maturação e consolidação da burguesia e do capitalismo, como sendo fruto da revolução capitalista (Hobsbawn, 1990), enquanto que o outro será a síntese da elevação da consciência nacional das massas dos países dependentes:

Enquanto os movimentos nacionais do século XIX na Europa responderiam plenamente ao desenvolvimento dos países onde se

originavam no marco geral de um vitorioso desenvolvimento das forças produtivas, os movimentos nacionais de nossa época no Terceiro Mundo se originaram, inversamente, na ruína do imperialismo. Essa diferença básica nos motivos de sua aparição condiciona a sua natureza e suas particularidades<sup>1</sup>.

E essas particularidades, conforme salientado por Jorge Abelardo Ramos (2012), são muitas. Não podemos colocar no mesmo plano analítico o projeto de nação que surge na Europa no século XIX junto aos projetos que irão surgir no Terceiro Mundo em meados do século XX. Como também não podemos ter a concepção de que o Nacionalismo que se apresentou na Alemanha hitleriana e no Brasil durante a ditadura empresarial-militar se assemelham ao projeto nacionalista bolivariano de Hugo Chávez e o nacionalismo da Nova Esquerda, que diferente da antiga, europeizante, não teme a cunha do Nacional.

Frente a esse equívoco, torna-se necessário fazer uma diferenciação. Apresentaremos as duas formas de se compreender a questão nacional: Nacionalismo Revolucionário e o Nacionalismo Burguês. Esse pode ser entendido como uma justificativa ideológica para a exploração burguesa, maquiando as contradições existentes em uma sociedade de classe, enquanto aquele surge como resultado de uma luta histórica dos povos a qual irá se constituir no avanço em direção ao socialismo. No plano das mentalidades e ideias, essa oposição entre essas duas formas de se conceber o nacional é representada, por um lado, da utilização por parte da burguesia – decadente ou não – da questão nacional como forma de mascarar contradições inerentes à estrutura de classe, e por outro, da utilização do nacionalismo como forma de emancipação e libertação integral da sociedade, tendo sempre a compreensão de que ele representa o desenvolvimento da consciência nacional do proletariado o qual irá superar, então, os limites impostos pelo desenvolvimento da burguesia.

Vale então fazer a ponderação de que o nacionalismo “burguês” em seu aspecto inicial – antifeudal – representou um importante momento para o desenvolvimento e as seguidas revoluções empreendidas pela burguesia. Porém, como Marx salienta no Manifesto Comunista, o que outrora apresentou um aspecto revolucionário, agora apresenta um caráter conservador. Nesse sentido, o nacionalismo que antes fora importante para o fim do feudalismo e desenvolvimento do capitalismo, passou a ser uma força de distorção de tal consciência nacional. Ele apresentará um aspecto

reacionário, explorador, mistificante da consciência coletiva e subjogador. Nesse entendimento, temos então o nacionalismo burguês como a forma parcializada e deformada do nacionalismo originário, que possuiu um caráter de libertação.

Para compreender ainda melhor essa diferenciação proposta, iremos diretamente ao campo ao qual se estabelece essa relação: A Nação. O nacionalismo burguês a entende de maneira falseada, à medida que apresenta uma concepção idealista do que é nação, assumindo nesse discurso a forma de uma entidade superior aos interesses dos homens e que estes devem subordinar-se aos nacionais, que aqui aparecem como não sendo interesses de uma respectiva classe. Só poderemos compreender a maneira com a qual se desenvolve essas relações se nos afastarmos de qualquer concepção idealista de nação. Ela, enquanto real, é a síntese das relações materiais e estruturais existentes. Então, trata-se de uma criação humana e, por isso, de um espaço em disputa que está em constante redefinição. Essa é, portanto, a visão que a nação possui no Nacionalismo revolucionário. Tendo essa percepção materialista da nação e do nacionalismo como campos em disputa, o nacionalismo revolucionário surgirá então como o caminho em direção à recuperação da nação pelo proletariado. Nesse caso, o nacional é uma dentre várias formas históricas de existência do social.

O diferencial da proposta que estamos apresentando para entender a questão nacional na América Latina expressa que: o nacionalismo só será revolucionário, desestruturador das estruturas, se ele estiver atrelado ao socialismo – único meio possível de superação da dependência – tendo em vista que nos países dependentes não existirá libertação nacional definitiva sem expropriação dos meios de produção e liquidação da classe burguesa baseada no imperialismo, o qual é parte intrínseca da dependência<sup>2</sup>. Nesse sentido, tem-se o nacionalismo revolucionário como um fenômeno típico dos séculos XX e XXI.

E o nacionalismo e o anti-imperialismo de José Martí? E o nacionalismo anti-colonialista de Bolívar e Rodríguez? Entende-se aqui o Nacionalismo Revolucionário como resultado permanente do acúmulo histórica da luta por emancipação dos Latino-americanos. Ele é, por si só, frente à impossibilidade de realização de uma nação burguesa periférica em sua plenitude<sup>3</sup>, o avanço do nacionalismo em direção ao socialismo, e só a partir de tal simbiose ele pode ser entendido. Esse desenvolvimento da questão nacional é representado pelo processo no qual os projetos nacionais emancipadores, construindo sua consciência através da experiência<sup>4</sup>, vão se

deslocando do âmbito ideológico e material da burguesia e vai se superando até encontrar, em sua síntese, a necessidade do socialismo. Vejamos como isso ficou expresso nas palavras de Fidel:

Creio que minha contribuição à Revolução Cubana consiste em haver realizado uma síntese das idéias de Martí e do marxismo-leninismo e havê-la aplicado conseqüentemente em nossa luta (...) Mas Martí, e toda a nossa história, cultura e particularidade, nos acompanhou na etapa de construção do socialismo junto com Marx, Engels e Lenin e nos seguirá iluminando o futuro. Esta é uma das razões fundamentais da nossa consigna “Socialismo ou Morte”, pois o socialismo em Cuba significou a continuidade lógica de nossos melhores sentimentos patrióticos e internacionalistas<sup>5</sup>.

Sintetizando, podemos compreender então o nacionalismo revolucionário a partir de alguns fundamentos básicos: (i) É o resultado de uma luta histórica dos povos ao qual se configurará com o avanço ao socialismo. (ii) Utiliza o nacionalismo como forma de luta pela emancipação nacional (iii) É, obrigatoriamente, a síntese do nacionalismo com o socialismo. (iv) É um fenômeno típico dos séculos XX/XXI.

Vê-se, então, um momento de desafio: O que fazer com as abordagens e leituras feitas ao longo dos tempos? Como localizar Martí, Bolívar dentre outros? Para isso há a proposta da seguinte reflexão: É possível se pensar o nacionalismo revolucionário na América Latina sem englobar as contribuições de Simón Rodríguez, Bolívar, Zamora, San Martín, O’Higgins dentre outros que tinham a ideologia de conceber o nacionalismo como forma de libertação nacional? O que se pretende demonstrar aqui é que não. Como antes dito, o nacionalismo, para ser revolucionário, tem que somar a posição anti-imperialista à revolução social, com a nação se completando totalmente, reconhecendo-se a si mesma. Portanto não se pode falar em nacionalismo revolucionário no pensamento desses libertadores, porém sim entender que esse discurso contribuiu para a formação do nacionalismo revolucionário. Portanto, é nesses libertadores que se encontra a gênese do nacionalismo revolucionário.

Não se trata de seguir uma linha teleológica. Não significa que enquanto Bolívar estava refletindo acerca da América, seu desejo era o de formular o nacionalismo revolucionário. Aqui, há uma construção a posteriori que irá identificar a contribuição desses discursos para a construção da atual forma

desse nacionalismo. Para isso, admitiremos uma proposta etapista, baseada na metodologia analítica utilizada por Marx (*Anatomia do Homem – Macaco*), que irá compreender que o pensamento anticolonialista e o pensamento anti-imperialista contribuirão decisivamente para a formação desse nacionalismo. Portanto, assume-se que ele é o acúmulo e o aperfeiçoamento da luta histórica dos povos tendo sua formação/gênese na América Latina nas lutas de emancipação da coroa espanhola.

Com o objetivo de apresentar a formação desse nacionalismo faremos uma leitura sobre Martí. Optaremos por uma abordagem breve sobre esse revolucionário, buscando tratar sobre como o pensamento dele influenciou o pensamento de Fidel Castro. É importante termos nossa abordagem em Fidel e na Revolução Cubana pois foi nela que a síntese entre socialismo, bolivarianismo e os apontamentos Martinianos tornaram-se mais bem postados.

#### O PENSAMENTO DE JOSÉ MARTÍ E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NACIONALISMO REVOLUCIONÁRIO.

José Julian Martí Pérez, nascido em 28 de Janeiro de 1853, foi o fundador e líder do Partido Revolucionário Cubano. Compreendendo aqui que o Nacionalismo revolucionário é o resultado do aperfeiçoamento da luta das massas e que sua formação/gênese é encontrada nas lutas de independência, buscaremos nessa parte identificar como as reflexões Martinianas, voltadas para as análises da cultura e história dos povos americanos, contribuirão para a gênese de um nacionalismo revolucionário tipicamente latino-americano.

Para um melhor entendimento sobre o objeto, é importante reconhecer a conjuntura histórica. Os Estados Unidos das Américas, encontrava-se recém saído de uma guerra civil que possibilitou um novo impulso desenvolvimentista. De acordo com Moniz Bandeira (2009), os EUA de quinto lugar como potência industrial em 1840, passaram para o segundo em 1870. Nesse contexto, a capacidade das forças produtivas do capitalismo cresciam de uma maneira tão intensa, que os limites postos pelo Estado Nacional norte-americano não era suficiente para a demanda Norte-Americana e nem para sustentar seu crescimento. Nesse sentido, existia uma alternativa: A “atrasada” América Latina, continuidade natural do espaço econômico norte americano<sup>6</sup>.

Com os Estados Unidos em outra conjuntura interna, Cuba poderia figurar mais incisivamente na mira do gigante norte americano. E essa

intervenção cria uma situação atípica: Dos anseios de modernização ainda sobre o jugo Espanhol, surgiram anseios de emancipação nacional que uma hora frustrados a colocaram sob o jugo Norte-Americano criando uma condição de Neocolonialismo, e é nessa transição em que José Martí está inserido – “As contradições vinculadas à modernização da colonização (...) deslocaram da construção de uma sociedade nacional para a elaboração de uma sociedade neocolonial”<sup>7</sup>. Florestan ao falar ainda sobre esse assunto nos enaltece mais claramente as intenções Norte-Americanas sobre Cuba:

Ao que parece, a questão não era, tão somente, impedir o aparecimento de um Estado nacional independente e soberano em Cuba. Mas – e principalmente – fomentar a estabilidade de todas as estruturas econômicas, sociais e políticas preexistentes, sem as quais seria impossível ampliar e intensificar as duas tendências mencionadas<sup>8</sup>.

É nesse contexto de transição para uma situação Neocolonial em Cuba e também o abrir das asas norteamericanas sobre a América que está inserido as discussões levantadas por Martí. Vale ressaltar que os revolucionários que deflagraram a luta armada em meados de 90, tinham essa percepção tanto que defendiam uma completa independência de Cuba tanto do jugo Espanhol quanto do Imperialismo americano<sup>9</sup>. José Martí, mesmo tendo seu doutorado, na universidade de Saragoza, e boa parte de sua formação intelectual feita na Europa, era de se esperar que seu pensamento refletisse as principais discussões que ocorriam entre os letrados na Espanha e adjacências. Porém, não é isso que é feito. O revolucionário Cubano rompe com os modelos utilizados nos países europeus e tece pesadas críticas à europeização do conhecimento:

Como poderão sair das universidades os governantes, se não há universidades na América onde se ensine o rudimentar da arte de governo, que não é mais do que a análise dos elementos peculiares dos povos da América? Os jovens saem pelo mundo adivinhando as coisas com óculos ianques ou franceses, e pretendem dirigir um povo que não conhecem. Na carreira política dever-se-ia negar entrada aos que desconhecem os rudimentos da política. O prêmio dos concursos não deverá ser para a melhor ode, mas para o melhor estudo dos fatores do país em que se vive<sup>10</sup>.

Essa citação nos deixa claro um aspecto fundamental para compreendermos Martí: O rompimento com a visão de mundo eurocêntrica.

Temos que ter sempre em questão que as reflexões de José Martí articularam um projeto nacional de unificação dos Estados Latino Americanos pautados na valorização constante de sua própria cultura, que só é possível a partir dessa ruptura com o modo de pensar dos ilustrados espanhóis.

Sua trajetória de vida, suas ideias e seu sentido revolucionário não podem estar desassociados. No tempo que morava nos Estados Unidos, Martí teve a percepção do monstro o qual os Estados Unidos estava se tornando – “Vivi en el monstro y Le conozco lãs entrañas”<sup>11</sup> – e através desse período de experiência nos Estados Unidos da América, ele desenvolve uma das suas grandes contribuições para o desenvolvimento do Nacionalismo Revolucionário: O anti-imperialismo que se soma ao seu já conhecido anti-colonialismo. Inserido ainda nessa discussão, temos então dada a ideia central de libertação de sua pátria através do combate ao estrangeiro.

Porém, do que ela devia ser libertada? Martí irá nos responder que deveria ser das garras do colonialismo e do imperialismo. Ele defendia a hipótese de que o colonialismo não seria capaz de ser superado por lutas com viés reformista e que o Imperialismo era algo que devia ser duramente enfrentado. Inserido nessa premissa básica, Martí formula seu ideal de liberdade, cujo elemento central dessa reflexão é a luta por uma independência. De acordo com ele, para que os povos latino-americanos fossem livres seria necessária, em um primeiro momento, sua liberdade. Essa liberdade não seria conquistada apenas com a independência sobre a Espanha, estava além disso. Com esse pensamento, José Martí escreve um de seus mais brilhantes escritos: Autonomismo e Independência. Partindo do pressuposto que há uma confusão entre os dois termos, o revolucionário cubano começa nos explicando uma breve diferença:

La autonomía sería una palabra grata al cubano y al puertorriqueño, puesto que autonomía sólo quiere decir gobierno propio, si el autonomismo no hubiese descompuesto los elementos necesarios para el gobierno propio.

La independencia sería más temible que deseable si con el nombre de ella se levantase a ahogarla una nueva tiranía (...) Los autonomistas, con su derecho pleno de cubanos, pueden, cambiando totalmente de espíritu y de métodos, entrar en la obra que perdura cuando la suya se viene abajo, en la obra que se

mantuvo abierta para recibir a los mismos que la perseguían y reprobaban, en la obra nueva y radical de la independencia(...)Con el autonomismo de gabinete, que con la bandera de la evolución se ha puesto en el camino de la evolución real del país, y sólo entrará en vida cuando entre en ella, -la independencia sólo puede obrar como se obra con los obstáculos: o se carga con ellos, y se les abre espacio para seguir la pelea con más poder, o se les deja de lado<sup>12</sup>.

O problema do processo de emancipação, como salientava Martí, estava na não capacidade de alternar o espírito, mudando apenas a forma. “A colônia continuava vivendo na republica”. A real independência, continua José Martí, estaria além da libertação colonial, ela seria capaz de criar um “pueblo nuevo” dando, a partir disso, a origem de Cuba, ou seja, ele apontava a necessidade de mudanças extremamente profundas ao contrário do que ocorreu no processo de emancipação espanhola. Nesse entendimento, a luta pela independência, e a liberdade, estaria em planos tanto materiais, com a libertação das amarras imperialistas e coloniais que prendiam os cubanos, como também no plano espiritual, com a percepção e a criação de um novo povo. Essa também pode ser advogada com uma das contribuições para o desenvolvimento do nacionalismo revolucionário:

La independencia, que se anhela para fundir en el trabajo victorioso de la creación del pueblo nuevo los factores que pueden debilitarlo o rendirlo al extraño si se aflojan o divorcian, jamás podrá ser la continuación de la obra tortuosa, indecisa, descorazonada y parcial de la autonomía<sup>13</sup>.

Esse Pueblo Novo, como Fidel vai nos ressaltar futuramente no cinquentenário da URSS, representará uma nova América unida, internacionalista e forte em oposição à uma América “imperialista e soberba”:

José Martí, guia e apóstolo de nossa guerra de independência contra a Espanha, ensinou-nos esse espírito internacionalista que Marx, Engels e Lênin confirmaram na consciência de nosso povo. Martí pensava que “pátria é humanidade” e nos traçou a imagem de uma América Latina unida, frente à outra América imperialista e soberba, “conturbada e brutal” – como ele dizia –, que nos desprezava<sup>14</sup>.

Devemos aqui então tecer uma importante consideração. O Nacionalismo na América Latina tem uma diferença crucial para o nacionalismo que desabrochou no XIX na Europa que se formulou através da destruição dos resquícios feudais. Vejamos como Jorge Abelardo Ramos nos coloca essa questão:

Também as ilusões de Lênin sobre a capacidade revolucionária da classe operária europeia combinavam com sua perspicácia para compreender o sentido profundo da tempestade que se formava no oriente. Mas se, para fazer da Rússia Bizantina uma “nação normal” a fórmula é inversa: É preciso unir seus estados. Tanto quanto para a Rússia, na América Latina a resolução das tarefas democráticas e nacionais só pode ser alcançada por meio do Socialismo<sup>15</sup>.

Como ressaltado por Fidel, Martí pensava numa “América Latina unida” como forma de enfrentar a outra América, imperialista, representada pelo Estados Unidos da América. Nessa ideia de unificação pensada por Martí, e salientada por Fidel, surge sua obra mais famosa: *Nuestra América*. Nessa sua obra, o revolucionário cubano tem a pretensão de propor uma reinvenção dos latinos pautada na ruptura com os padrões estrangeiros e na consequente valorização de seus próprios valores como também tem a intenção de fazer um chamado a luta contra àquela América imperialista. Para isso, ele lança uma nova reflexão sobre a unidade e os aspectos culturais e históricos dos latino-americanos. Na sua concepção anti-imperialista e anti-colonial, tornava-se preciso um novo projeto de *Latinidade* apresentando uma oposição ao crescente projeto imperialista norte-americano e ao enraizado colonialismo:

Os povos que não se conhecem devem ter pressa em se conhecer, como aqueles que vão lutar juntos. Os que se enfrentam como irmãos ciumentos, que querem os dois a mesma terra, ou o da casa menor que tem inveja do da casa melhor, devem se dar as mãos para que sejam um só. Os que, ao amparo de uma tradição criminosa, cercaram, com o sabre banhado no sangue de suas próprias veias, a terra do irmão vencido, do irmão castigado além de suas culpas, se não querem ser chamados de ladrões pelo povo, que devolvam suas terras ao irmão. As dívidas de honra o honrado não cobra em dinheiro, mas pela bofetada. Já não podemos ser o povo de folhas, que vive no ar, carregado de

flores, estalando ou zumbindo, conforme a acaricia o capricho da luz, ou seja, açotado ou podado pelas tempestades; as árvores devem formar fileiras, para que não passe o gigante das sete léguas! É a hora da avaliação e da marcha unida, e deveremos marchar bem unidos, como a prata nas raízes dos Andes<sup>16</sup>.

A primeira parte desse trecho faz um chamado para que os latinos se unam – “os povos que não se conhecem devem ter pressa em se conhecer, como aqueles que vão lutar juntos” , “devem se dar as mãos para que sejam um só” – com o objetivo de enfrentar um inimigo que virá. Martí clama ainda para que o povo não tenha mais a passividade das folhas que são guiadas como bem querem o vento, é preciso que essas folhas se unam – novamente aqui a ideia de unidade – e forme fileiras de árvores capazes de combater esse inimigo. Através da valorização de aspectos culturais – “prata nas raízes dos Andes” – é feita uma proposta e um chamado pela Unidade.

Essa proposta de unidade também foi percebida em Simón Bolívar, o qual será alvo de análises em outros momentos. Para ambos, apenas a unidade do povo latino frente aos invasores – No caso de Simón Bolívar, os Espanhois, no caso de José Martí, os Espanhois e o Imperialismo Norte-Americano – poderia trazer a independência tanto almejada. O insucesso de Bolívar serve então como aprendizado para Martí que se apropria do discurso de Bolívar e o supera trazendo uma nova forma de se entender a unidade latino-americana. No mais, aqui podemos verificar uma característica fundamental para se compreender o projeto Martiniano: Uma conjunção de um patriotismo com uma visão de solidariedade com os povos, um pensamento internacionalista. Existe uma desorientação sobre a possibilidade de existir discursos nacionais e internacionalistas. Nesse sentido, ressaltaremos que as análises feitas por Mao Tse-Tung que apesar de não estar se referindo especificamente ao contexto latino-americano ao qual Martí estava inserido, nos demonstrou que patriotismo e internacionalismo são aspectos que não estão em contradição:

Nós somos ao mesmo tempo internacionalistas e patriotas; nossa palavra de ordem é combate pela defesa da pátria contra o invasor (...) Isso é assim porque só combatendo pela defesa da Pátria poderemos denotar os invasores e libertar a nação, e só a libertação nacional torna possível a emancipação do proletariado e demais povo trabalhador<sup>17</sup>

Um aspecto marcante na obra de Martí é sua recusa às formas estrangeiras sobre a América. Para ele, haveria a necessidade de se resgatar o que há de mais original na América, fazendo quase que uma construção autóctone:

Para tudo isso, onde quer que se governe, é preciso prestar atenção para governar bem; e o bom governante na América não é o que sabe como se governam o alemão e o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país, e como pode guiá-los conjuntamente para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejado, onde cada homem se conhece e acumpre sua função, e todos desfrutam da abundância que a Natureza colocou para todos no povo que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o do país. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do país. O governo não é mais que o equilíbrio dos elementos naturais do país<sup>18</sup>.

Martí acredita na formação de um novo povo e uma nova nação que ao mesmo tempo terá um presente e um futuro de lutas e também a necessidade de remodelar seu passado. Ou seja, em muitas de suas obras, o presente aparece como um momento em que a unidade deve ser construída para um futuro decisivo que está para surgir mas a relação posta não é estabelecida apenas entre presente e futuro; o passado aparece então como algo que precisa ser novamente definido através da valorização e de uma construção autóctone.

Essa compreensão de necessidade se (re) construir o nacional é parte fundamental – e também é encontrada em Bolívar – para a compreensão e o desenvolvimento do Nacionalismo Revolucionário. Por exemplo, a refundação do nacional por Fidel no projeto Martiniano e por Chavez no projeto bolivariano fazem parte da proposta elaborada por Martí anos atrás. Vejamos:

La obra natural y majestuosa de La civilización americana, se creó con el advenimiento de los europeos un pueblo extraño, no español, porque la savia nueva rechaza el cuerpo viejo; no indígena, porque se ha sufrido la injerencia de una civilización devastadora, dos palabras que, siendo un antagonismo, constituyen un proceso; se creó un pueblo mestizo en la forma, que con la reconquista de su libertad, desenvuelve y restaura su alma propia<sup>19</sup>.

## CONCLUSÃO

Feito isso, sintetizaremos em dois grandes blocos, que se dialogam entre si, as abordagens apresentadas. O primeiro deles é apresentar uma breve discussão sobre um objeto novo na historiografia: O nacionalismo revolucionário. Nesse artigo, o apresentamos em quatro aspectos: O primeiro deles é compreendê-lo como um fenômeno dos séculos XX/XXI, o segundo é ter a compreensão de que nele a questão nacional é utilizada como forma de luta para a emancipação nacional, o terceiro é identificá-lo enquanto o resultado de uma luta histórica dos povos que irá resultar no avanço ao socialismo e o quarto é compreender que o nacionalismo só é revolucionário se estiver ligado ao socialismo.

Em nosso outro bloco apresentamos as contribuições que Martí teve para o desenvolvimento do pensamento de Fidel e do nacionalismo revolucionário. Podem ser assim sintetizadas: O primeiro deles é o anti-imperialismo e o anti-colonialismo que somados potencializam o ideal libertador. O segundo é que a independência está além do plano material, é preciso também que ela exista no espírito ou seja, é preciso que ocorra também no plano das ideias e mentalidades dando origem a um novo homem. O terceiro ponto é o diálogo entre o nacionalismo e o internacionalismo, que como mostramos não estão em espectros opostos. O quarto ponto, associado ao terceiro, é a ideia de uma unidade latino-americana como uma necessidade para o embate contra o imperialismo. O quinto e último ponto é a compreensão de se reconstruir o nacional a partir de bases que valorizem a cultura latino-americana colocando o estrangeiro e o imperialista como o outro.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Ramos, 2012, p.454.
- <sup>2</sup> Ruy Mauro Marini. Dialética da dependência. In: Dialética da dependência/ uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; org. Emir Sader – Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.
- <sup>3</sup> Enquadramos aqui os projetos nacionalistas de Simon Rodriguez, Bolívar, Martí como também o fracasso do nacionalismo desenvolvimentista no qual ambos estavam vinculados materialmente e ideologicamente a burguesia.
- <sup>4</sup> Ler mais em: THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. 1987. (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra.
- <sup>5</sup> Castro, Fidel. Na Trincheira da Revolução. Havana, Editorial José Martí, 1990, pág 80.
- <sup>6</sup> Bandeira, 2009, p.55.
- <sup>7</sup> Fernandes, 2012, p.63.

- <sup>8</sup> Fernandes, 2012, p.70.
- <sup>9</sup> Bandeira, 2009, p.60.
- <sup>10</sup> Martí, 1983. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/marti/marti.pdf>> Acesso em: 20/09/2014.
- <sup>11</sup> Martí, 1992, tomo III, p.604.
- <sup>12</sup> MARTÍ, José. Autonomismo e Independência. Disponível em: [http://jose-marti.org/jose\\_marti\\_obras/articulos/autonomismoeindependencia/autonomismoeindependencia01.htm](http://jose-marti.org/jose_marti_obras/articulos/autonomismoeindependencia/autonomismoeindependencia01.htm). Acessado em: 20 de Setembro de 2014.
- <sup>13</sup> Ibid.
- <sup>14</sup> Castro, Fidel. Análise Histórica da Revolução, Abertura do I Congresso do PCC. Lisboa, Editorial Avante, 1976, pág 56
- <sup>15</sup> Ramos, 2012, p.562.
- <sup>16</sup> Martí, 1983. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/marti/marti.pdf>> Acesso em: 20/09/2014.
- <sup>17</sup> TSE-TUNG, 2010, p.85.
- <sup>18</sup> Martí, 1983. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/marti/marti.pdf>> Acesso em: 20/09/2014.
- <sup>19</sup> Martí, 2012, p. 16.

## BIBLIOGRAFIA:

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 1988.
- FERNANDES, Florestan. Da Guerrilha ao Socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Tradução: Sergio Faraco. Porto alegre: L&PM, 2012.
- HOBBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LEMONS, Maria Teresa Toríbio Brittes. José Martí e o processo revolucionário cubano no século XIX in: LEMONS, Maria Teresa Toríbio Brittes; BARROS, José Flávio Pessoa (org.) Reflexões sobre José Martí. Rio de Janeiro: PROEALC, 1994.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARTÍ, José. Nossa América. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cdrom/marti/marti.pdf>>. Acesso em: 20/09/2014.

\_\_\_\_\_. Nuestra América. Barcelona: Red ediciones, 2012

\_\_\_\_\_. Obras Escogidas. Tomo I (1869/1885); Tomo II (1886/oct. 1891); Tomo III (nov. 1891/ mayo 1895). Habana: Centro de estudios Martinianos, editora de ciencias sociales, 1992.

RAMOS, Jorge Abelardo. História da nação Latino-americana. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

SFILIMBERGO, Jorge ENEA. A questão Nacional em Marx. Florianópolis: Editora Insular, 2002.

TSE-TUNG, Mao. Patriotismo e internacionalismo in: TSE TUNG, MAO. O Livro Vermelho. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.



# Educação no século XXI: repensando o direito à educação e à permanência na escola<sup>1</sup>

Sonia Regina Thiago Bastos\*  
UERJ/FEBEF

## RESUMO

Este artigo parte das observações e análises realizadas em classes de aceleração do Projeto “Acelerar para Vencer” (PAV- 2009/2012), desenvolvido pela Secretaria de Educação de Minas Gerais numa cidade do interior, tendo a discussão sobre o fracasso escolar e a distorção idade-série como centrais dentro da política adotada. A pesquisa busca ampliar nossa compreensão quanto à relação entre escola e expectativas individuais, levando-nos a refletir sobre o direito à educação e o papel da escola enquanto ente político.

Palavras-chave: Projeto Acelerar para Vencer, fracasso escolar, distorção idade-série.

“Falar em universalização da educação como possibilidade de acesso à escola não garante ao sujeito a permanência e a aprendizagem”. A afirmativa é resultado de observações realizadas em classes de aceleração do Projeto “Acelerar para Vencer”, implantado numa escola do interior do estado de Minas Gerais no ano de 2009 e transformado em objeto de investigação entre os anos de 2011 e 2013. Assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394/1996 –, cujos artigos 23 e 24 abordam a flexibilidade da organização escolar, assim como a possibilidade de aceleração de estudos para os alunos que apresentem atraso escolar, visa atender a alunos do Ensino Fundamental em distorção idade-série escolar, considerada elevada no Ensino Médio e grave no último ano desse segmento, segundo documento disponibilizado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Oferecendo àqueles que tivessem passado por múltiplas repetências a possibilidade de cursar 01 ano em 06 meses e, conseqüentemente, 02 anos em 12 meses, ou seja, “correr atrás do prejuízo”, a proposta considerava a possibilidade da aceleração dos diferentes ritmos de aprendizagens de alunos que eram atendidos por um (a) professor (a) durante o tempo de aula exigido para cada disciplina, valendo-se esse (a) profissional, na maioria das vezes, de quadro e giz, além de encontrar-se completamente despreparado (a) para lidar com um universo macro que continha diversos

tipos de dificuldades sociais e comportamentais, além de problemas relacionados à saúde. Representantes dessas questões, os alunos eram “enfurnados” em salas apertadas, desconfortáveis, quentes...

Na realidade observada, a relação capital e trabalho e a questão hegemônica, apesar de amplamente visíveis, parecem não ser assumidas, como se ainda houvesse uma ingenuidade que fizesse alguns acreditarem serem outros os propósitos das nossas políticas educacionais: formação de indivíduos participantes, de verdadeiros cidadãos, pessoas preparadas para viver numa sociedade democrática. Cientes de que nossa prática e nossa realidade permitem-nos muito pouco para chegarmos a uma escola verdadeiramente democrática, o ideal seria percebermos a necessidade de nos situarmos socialmente, juntamente com o conhecimento e a escola, para entendermos, de forma crítica, o verdadeiro papel da educação.

É a escola de massas e sua engrenagem, ou seja, a forma de lidar com as desigualdades e considerá-las naturais, no sentido de que incluir um aluno seja apenas “agir” em conformidade com sua realidade social, aceitar sua matrícula e fazê-lo acreditar que existe um destino social reservado a cada ser, correspondendo, assim, ao que o sistema educacional espera: “que vença o melhor!” (DUBET, 2003), que nos tem despertado para a questão do fracasso e para a necessidade de repensarmos a escola e algumas práticas sociais nela exercidas.

Esta discussão abarca as ideias de humanidade e cidadania, e amplia a busca quanto à correspondência entre escola e expectativas individuais, convidando-nos a refletir para além do direito à educação. Dentre as reflexões, destacam-se: 1) a questão da desigualdade de oportunidades, como um elemento que segrega indivíduos na escola e na sociedade; 2) relações de poder dentro de um sistema que, de forma hegemônica, se mantém estável, mas desestabiliza vidas ao negar às camadas desprivilegiadas direitos básicos: acesso à alfabetização na idade certa, à leitura, ao conhecimento escolar, a uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos sujeitos de acordo com as realidades em que estão inseridos.

Sabemos não ser possível dissociar as questões elencadas acima de um cenário internacional formado por muitas outras que as chamadas políticas públicas não conseguem abarcar, principalmente num país “em que as médias dizem pouco, pois não são capazes de traduzir o real sentido das diferenças, que ainda são profundas e persistentes.” (ANUÁRIO..., 2012, p.9). Diferenças essas que se traduzem livremente, ou se diluem, desde a década de 1990, num “Estado Avaliador” – termo apresentado por Afonso

(2000, p. 49) –, e estão relacionadas à educação envolvida em negociações e associações de mercado, movida por disputas e competições que transformam a aprendizagem que deveria ser efetiva em metas a serem alcançadas, ranqueadas, premiando escolas e seus profissionais.

Essas negociações, no entanto, apesar de serem produzidas com um ar inovador e ganharem força a cada ano, no sentido de que, ao elevar-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de uma escola/Estado, eleva-se a qualidade do ensino, envolve uma série de medidas do Banco Mundial e dos organismos multilaterais. Tais medidas, porém, descaracterizam, considerando a realidade observada, o que realmente se entende por educação de qualidade e universalização do ensino.

Segundo Figueiredo (2009, p. 1126), para o Banco Mundial, só a educação, carente de reformas de financiamento, poderia melhorar, nos países em desenvolvimento, as questões relacionadas a custos políticos, sociais e econômicos: “A educação é a pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estar dos indivíduos”. (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 2 *apud* TORRES, 1998, p. 131)

Figueiredo (2009, p. 1123) ressalta que as políticas internacionais fazem-nos lidar com mais uma dicotomia: fracasso escolar x mercado de trabalho, visto que é

[...] certo que as taxas mais elevadas de repetência e consequentemente evasão entre crianças de grupos de baixa renda são um dos principais fatores que contribuem às disparidades de renda no Brasil, e também é um empecilho à produtividade do trabalho e ao crescimento econômico. (BANCO MUNDIAL, 1993, p. 23)

Interesses econômicos de ambos os lados, nacional e internacional: o Banco Mundial, nos anos 90, investiu 1 bilhão na educação de nosso país, considerando 6 projetos destinados a 13 Estados brasileiros, sendo um deles: “Projeto Melhoria da Qualidade da Educação Básica em Minas Gerais”. Contudo, apoiada em Oliveira e Fonseca (2001), Figueiredo (2009) esclarece-nos quanto à intervenção - denominada por alguns autores de imposição - do Banco Mundial em nossa realidade, que vai desde a divulgação de ideias internacionais, tipos de projetos e gestão dos mesmos até a inculcação ideológica. Além de ficar estabelecida a competitividade, a disputa, inicialmente, foi incentivada pela promessa de financiamento direto

às escolas que conseguissem combater a repetência por meio de projetos. Nesta corrida, a classificação depende, literalmente, da posição na linha de chegada.

Nas 'lições aprendidas' pelo Banco Mundial, um dos fatores considerados fundamentais para o sucesso dos projetos é o sistema de programação, monitoramento e avaliação. Essa condição justificou a necessidade de assistência técnica com a participação de consultores nacionais e internacionais em várias atividades, entre elas o processo de implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). (FIGUEIREDO, 2009, p. 1128)

Em 1990, portanto, Minas Gerais participou do SAEB e, em 1992, a Secretaria de Educação instituiu o Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais. Produtividade, redução de gastos, avaliação, resultado e controle tornaram-se os objetivos maiores da educação.

Em Dias (2002, p. 26), encontramos informações que nos mostram datar de 1980 ações dos organismos internacionais em nosso cenário:

O BIRD vem, a partir dos anos 1980, estabelecendo no Brasil acordos de cooperação para financiamento de projetos junto a algumas secretarias estaduais. Esses acordos visam, sobretudo, a chamada recuperação de custos cujas diretrizes orientam a redução dos gastos públicos na educação, indicando o desenvolvimento do setor privado no campo da educação. Entre os eixos principais do BIRD em torno das políticas educacionais estão a competitividade, a equidade, a qualidade, a avaliação externa, a descentralização e a flexibilização da estrutura do ensino.<sup>2</sup>

Dentre os eixos apresentados pela autora, esta investigação destaca a questão da qualidade, por entendê-la estritamente relacionada aos demais, e a associa à fala de Figueiredo (2009, p. 1126):

É preciso considerar, também, que existe um consenso entre o BID e o Banco Mundial, quanto ao Estado oferecer os serviços essenciais básicos de educação e de saúde. Esses serviços têm como meta manter a pobreza em níveis suportáveis, atendendo às demandas sociais críticas para administrar os efeitos recessivos das duras políticas de ajuste econômico. Nessa direção, a intervenção do Estado nas áreas de educação e saúde básicas contribui para criar as condições favoráveis mínimas para

implementar as políticas de ajuste econômico, visando contribuir com a estabilidade política e social.

A informação induz-nos a questionar o que seria um nível suportável de pobreza, se entendemos que diferentes realidades, dentro de uma mesma escola, convivem com diferentes níveis de dificuldades sociais e de aprendizagem. Se atentarmos para outras localidades – cidades, países... - , em algumas encontraremos muito mais do que nos é oferecido; outras, certamente, carecem do pouco a que temos tido acesso. A indagação baseia-se, portanto, na aparente certeza apresentada por uma teoria política que diz buscar, na educação, elementos necessários a ajustes econômicos e políticos, fazendo-nos procurar entender por que a alunos em distorção idade-série da realidade investigada não são oferecidos os serviços básicos de educação e atentar para a forma como são tratados dentro da escola: segregados, incorporados em turmas regulares, submetidos a avaliações das quais não dão conta... Diluídos. Fracassados.

O fracasso escolar tem chamado à atenção alguns educadores, promovido discussões, estudos e resultado em algumas pesquisas cujos objetivos parecem ser despertar-nos para a existência deste problema dentro da escola e da sociedade, a fim de que se entenda o que é fracasso, quais suas causas, de que se encontrem meios de reduzir o número de alunos considerados fracassados e evitar que outros indivíduos vivenciem este processo de exclusão.

Falar em fracasso poderia levar-nos apenas a comparar alunos bem-sucedidos a outros que ficam - ou são colocados- à margem do processo educacional. Porém, quando partimos de uma realidade onde encontramos classes de aceleração que comportam alunos em distorção idade-série, com diferentes problemas sociais, baixo desempenho e desestímulo para os estudos sendo atendidos por um projeto de aceleração da aprendizagem (PAV - Projeto “Acelerar para Vencer”) que, mesmo se apresentando como uma política pública educacional, não dá conta de solucionar as dificuldades existentes, percebemos que a situação suscita a discussão de questões que por ela perpassam, já que problemas educacionais, presentes no contexto social brasileiro há algum tempo, têm levado vários indivíduos a um processo de distorção escolar e social.

Spozati (2000) questiona o discurso naturalizado que estabelece uma relação precária entre exclusão social e fracasso, pois, se definida, tal relação pode pôr fim a uma discussão que vai além do fracasso escolar como

consequência de exclusão social. Bastaria, segundo ela, assimilarmos a seguinte ideia: “quanto mais exclusão social, mais fracasso escolar e vice-versa.” (SPOZATI, 2000, p.21), e não teríamos no que pensar. Porém, sua argumentação recorre à ética e à justiça social, campo que nos possibilitaria questionar a inclusão de crianças e jovens em grupos de fracassados e excluídos sociais, num momento em que tanto se fala de equidade e universalização do ensino.

Na concepção de Esteban (2009, p.126):

Esse projeto moderno de escola, que se pretende universal em sua “missão civilizadora”, exatamente por sua amplitude não pode ser apartado dos processos de produção de sociedades silenciadas, que não são escutadas na produção do conhecimento, tampouco reconhecidas e valorizadas em sua diferença. Não se pode ignorar sua participação nos atos cujo sentido é colonizar conhecimentos, como estratégia da colonialidade do poder que ressalta e rasura a diferença para negar a alteridade. Por suas práticas cotidianas, tampouco se pode desconsiderar a relação da escola com processos que tratam da emancipação e da produção/socialização de conhecimentos necessários aos grupos subalternizados em suas lutas por libertação. O projeto de escola guarda princípios que não podem ser abandonados, embora devam ser re-significados: a igualdade de direitos, a solidariedade, a participação e a liberdade.

Percorrendo os caminhos da exclusão, não só chegamos à distorção idade-série, mas constatamos uma inclusão excludente, que nega a igualdade de direitos, a participação e a liberdade de que fala Esteban (2009), exigindo de nós, segundo Spozati, uma reflexão para além do discurso que nos diz bastarem oito anos de escolaridade para incluir uma criança, ou o não cumprimento dessa exigência para que a mesma, possivelmente, fracasse. (SPOZATI, 2000)

Partindo de uma análise multidimensional dos processos de exclusão, Gentili (2012, p. 80-81) diz-nos ser importante reconhecer que:

[...] a exclusão é uma relação social e não um estado ou posição na estrutura institucional de uma determinada sociedade. Assim, aqueles que são excluídos do direito à educação não o são apenas por permanecerem fora da escola, mas também por fazerem parte de um conjunto de relações e circunstâncias que os distanciam

deste direito, negado ou atribuído a eles de forma restrita, condicional ou subalternizada. Historicamente, às pessoas com menos recursos tem sido negado o direito à educação, impedindo-lhes o acesso à escola [...]

[...] a inclusão é um processo democrático integral que envolve a superação efetiva das condições políticas, econômicas, sociais e culturais que produzem historicamente a exclusão. Por esse motivo, mesmo que os indicadores de melhoria nas condições de acesso a um direito e dos progressos na luta contra a alienação, a segregação ou a negação de oportunidades sempre suponham grandes conquistas populares, isso pode não ser suficiente para consagrar o fim dos processos de exclusão historicamente produzidos, que condicionam ou negam este direito. (Tradução livre).

Entendendo inclusão educativa como um processo contrário às forças que têm dificultado o acesso dos mais pobres à educação, Gentili (2012) adverte-nos sobre o possível engano a ser cometido quando se fala em inclusão educativa na América Latina sem se analisar o desenvolvimento deste processo, ou seja, não basta o reconhecimento da obrigatoriedade à educação, que resulta na universalização do acesso à escola, se ainda inexistem condições políticas capazes de transformar a negação deste direito em possibilidades de afirmação do mesmo. Afinal, não há, segundo ele, “inclusão pela metade” (GENTILI, 2012, p. 81).

Embora reconheça a expansão dos sistemas escolares latino-americanos como um processo democrático, o autor fala-nos sobre as condições desiguais de realização do acesso à escola, marcadas pela pobreza, desigualdades de gênero, discriminação étnica e racial, precárias condições de acesso aos bens básicos, de saúde, de vida, configurando, portanto, “uma persistente injustiça social”. (GENTILI, 2012, p.16). O processo de universalização da educação requer muito mais que mais crianças na escola, pois também fazem parte deste processo a igualdade de oportunidades e as condições educativas para todos.

Guimarães-Iosif (2009, p.25), ao fazer um mapeamento dos problemas que envolvem a questão do fracasso, ajuda-nos a compreender como o quadro da distorção idade-série requer olhar diferentes fatores.

São vários os fatores externos e internos que contribuem para os problemas educacionais brasileiros, tais como: políticas públicas

focalizadas e verticalização; gestão educacional pouco democrática; febre consumista; processo neocolonizador da globalização; influências neoliberais na educação e demais políticas sociais, como a redução de verbas para esses setores; pobreza; desigualdade social; sociedade que pouco exige do estado educação pública de qualidade; famílias ausentes do contexto escolar; alunos oriundos de famílias pobres, desestruturadas; escolas abandonadas; gestão antidemocrática e até mesmo os resquícios de longos anos de ditadura militar.

Partindo desses fatores, Guimarães-Iosif (2009, p. 32) faz indagações sobre a escola pública como uma instituição que reforça a pobreza e a desigualdade, e apresenta outro tipo de fracasso: o das políticas sociais e educacionais, permitindo-nos um questionamento: não seriam os alunos fracassados resultado de políticas também fracassadas?

Compreendendo que o fracasso escolar não se faz e não se sustenta sozinho, mas se encontra envolvido em e por políticas mal desenvolvidas, como ver, então, os alunos fracassados a partir dessa reflexão? Como analisar políticas educativas e suas influências na produção e manutenção do fracasso?

Tal paradoxo é considerado perverso, já que o aumento do número de pessoas na escola não significa escolarização suficiente e satisfatória. Políticas de alfabetização ineficazes levaram à adoção, segundo Cunha (1987, p.57), de políticas de promoção automática como comprovação do descaso com alunos que não conseguem obter o conhecimento necessário para cursar a série seguinte.

Spozati (2000, p. 23) ressalta pontos extremamente importantes que poderiam evitar o fracasso, a saber: “alfabetizar-se é uma das pré-condições para o não-fracasso. Ter registro ao nascer é outra, até para se saber da existência de vagas em escolas em número compatível com as crianças nascidas vivas e as que conseguiram sobreviver até os cinco anos de idade.”

No entanto, o que se percebe é que a alfabetização não tem sido considerada em seu sentido mais amplo, reforçando, portanto, o fracasso, dificultando o verdadeiro acesso a uma escola para todos – bem diferente do crescente número de matrículas comprovado por estatísticas. Afinal, como entender a universalização de um ensino que se deseja democrático, passando pela justiça social e liberdade sem que todos estejam devidamente alfabetizados?

Para Freire (2005, p.119), “[...] a alfabetização é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação”. Contrariando a ideia de Freire (2005), temos em classes de aceleração o mesmo problema que Mainardes (2007, p. 184) diz ter constatado em sua pesquisa de campo sobre ciclos de aprendizagem, ao observar salas de aula: a inexistência da reprovação possibilita, em qualquer classe, a existência de alunos “em fase inicial de alfabetização

O Projeto “Acelerar para Vencer assume uma organização escolar com base na progressão continuada. Menezes e Santos (2002, p. 1) acreditam que esse regime permite ao aluno avanços ininterruptos, nas séries, ciclos ou fases. Trata-se de uma “metodologia pedagógica avançada por propor uma avaliação constante, contínua e cumulativa, além de basear-se na ideia de que reprovar o aluno sucessivamente não contribui para melhorar seu aprendizado.”

Considerando as necessidades de alterações decorrentes desta política educacional, cabe-nos destacar as formas de apropriação da mesma pela escola, ou seja, as maneiras como os diferentes grupos, responsáveis- ou responsabilizados -, pela orientação e execução da política atuam: acreditam nela ou apropriam-se dela como mais lhes convier? Questionam o que entendem como imposição ou, ao não questionarem, colaboram para os resultados contraditórios advindos de uma execução inadequada?

Esses questionamentos remetem-nos ao termo implementação, normalmente utilizado pelas instituições, quando adotam uma política educacional, e geralmente associado à prática docente, apesar seus resultados dependerem de uma execução que envolve outros elementos, para ser considerada adequada a determinado contexto. Dessa forma, remete-nos, também à resposta de Ball a Mainardes e Marcondes (2009):

Eu não acredito que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta. Este é um uso descuidado e impensado do verbo. O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em práticas as políticas tem que converter/

transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim. A prática é composta de muito mais do que a soma de uma gama de políticas e é tipicamente investida de valores locais e pessoais e, como tal, envolve a resolução de, ou luta com, expectativas e requisitos contraditórios – acordos e ajustes secundários fazem-se necessários (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305)

O autor, entretanto, acredita que, num processo de atuação de políticas, existe, além da apropriação pessoal, a questão material, isto é, o processo torna-se mais fácil numa escola melhor, com recursos, para as quais as políticas são pensadas, onde haja envolvimento de professores experientes e alunos, ao contrário do que se observa numa escola desfavorecida nesses aspectos.

Os programas de aceleração de aprendizagem surgem com a intenção de possibilitar aos alunos frutos do fracasso escolar – multirrepetentes – retomar o percurso comum com possibilidades de sucesso. No entanto, os caminhos para o desenvolvimento e a aprendizagem requerem um trabalho pedagógico direcionado “às reais necessidades dos alunos, no levantamento de suas aprendizagens prévias, na proposição de situações desafiantes e conteúdos acertados, no registro e análise de sua produção”, assim como uma avaliação que busque o “acompanhamento e a intervenção para ajudá-los a entender o que se passa e a vencer obstáculos” (SAMPAIO, 2000, p.63). Quando assumidas apenas para desobstruir o fluxo escolar com fins estatísticos, por reduzir índices que são indesejáveis para os governos, tais avaliações acabam perdendo a sua finalidade. Como assegura Arroyo (2000, p. 125):

Facilitar ou melhorar o fluxo escolar para corrigir a defasagem entre idade-série? Reduzir os custos porque é muito caro o aluno repetente? Compensar as chamadas “carências culturais” dos educandos pobres das escolas públicas? Melhorar a qualidade da escola, elevando os índices de aprovação, diminuindo a vergonha

da reprovação? Se os objetivos forem estes, estamos enfrentando o gravíssimo problema da defasagem de maneira superficial. Não saímos do lugar de sempre.

Para que se possa obter sucesso na aceleração da aprendizagem, é preciso também ampla mobilização de interesses e participação dos docentes, da gestão escolar e dos próprios alunos. Essas análises direcionam-nos para outro fator responsável pelos problemas educacionais: gestão antidemocrática (GUIMARÃES-IOSIF, 2009). Devemos observar, porém, que o conceito de democracia parece não mais definir e tornar concreto o conceito de sociedade verdadeiramente democrática a que aspiramos.

Por esse motivo, nosso pensamento vai ao encontro da fala de Mainardes (2007) sobre democracia participativa, cuja importância de construção, segundo ele, apesar de apresentada em vários trabalhos educacionais, não é comumente praticada. Com base nos estudos de Bernstein (1996, *apud* MAINARDES, 2007), fala-nos sobre a utilidade do “conceito do ‘direito de participar’”, modo pelo qual é possível chegarmos a mudanças educacionais, quanto ao sistema e à “implementação de políticas educacionais emancipatórias e progressistas”, já que esse conceito relaciona democracia e “o direito à realização pessoal, o direito de ser incluído e o direito de participar”, considerados direitos pedagógicos (MAINARDES, 2007, p.173). Segundo o autor:

Participação não se refere somente a discurso, discussão. Refere-se à prática e uma prática que deve ter resultados. O terceiro direito, então, é o direito de participar nos procedimentos nos quais a ordem é construída, mantida e mudada. É o direito de participar na construção, manutenção e transformação da ordem. Participação é a condição para a prática cívica e opera ao nível das políticas (MAINARDES, 2007, p.173).

Mainardes (2007, p. 173), de acordo com Abers (2000), ressalta as diferentes formas de participar: a “participação instrumental”, que se presta à consolidação dos objetivos propostos por uma política governamental, e a “participação comprometida ou emancipatória (empowering)”, que tem por objetivo proporcionar ao cidadão seu desenvolvimento individual, reforçando sua participação nas decisões a serem tomadas.

Fica claro que, se não há participação, é porque algumas vozes são caladas. Esse silenciamento remete-nos a Esteban (2009, p.125), ao relacionar “avaliação e fracasso escolar” como “questões sobre a democratização da

escola”, fazendo-nos pensar na necessidade de buscarmos processos mais democráticos para uma escola melhor e para rediscutirmos fracasso. Segundo ela, se consideramos a universalização da escola, pensamos em nossas práticas e nos diferentes grupos, “historicamente subalternizados”, cujos saberes têm sido negados.

Discorrendo sobre a posição subalterna do sujeito, Esteban (2009, p. 130) ressalta que normalmente “são apresentados pelo que não são, não fazem, não sabem, como sujeitos sem qualidades válidas no contexto escolar”. Nesse sentido, o processo de negação “[...] de uma presença efetiva do estudante no discurso apresentado como a ele referido se fortalece com a pergunta de Spivak: O subalterno pode falar?”.

Sabendo que nem todos possuem os conhecimentos necessários exigidos para a realização de uma avaliação e que, certamente, os resultados apresentados reforçarão a ideia de fracasso, reforçando o silenciamento, como pensar a questão da participação dos alunos das classes de aceleração no processo de avaliação padronizado?

Para Esteban (2009), a manutenção do fracasso escolar, partindo de avaliações padronizadas, dá indícios do entrelaçamento da constituição da escola e de suas práticas com os processos que originam e sustentam a colonialidade do poder, pois legitimar a subalternização do conhecimento é uma de suas condições.

Em escolas públicas da localidade aqui considerada, dificilmente encontraremos um aluno pertencente à classe dominante, exceto quando o mesmo se transfere para ela, ao final de um ano letivo, com a intenção de ser aprovado, devido a dificuldades enfrentadas na escola particular na qual se encontrava. Porém, as políticas públicas que orientam o ensino ainda são elaboradas por essa classe, estabelecendo uma relação diária entre dominantes e dominados. Essa reflexão faz-nos imaginar que, ao transitarmos por um mundo que não é nosso, num dado momento, é possível depararmos-nos com coisas das quais não poderemos usufruir, apenas apreciar.

E o aluno? De acordo com Spozati (2000, p. 27),

Ultrapassando a barreira do acesso à escola, a criança, uma vez dentro dela, tem pouco ou nenhum incentivo para nela permanecer. Digo isso porque acredito que, dentre os demais fatores que levam os jovens para longe das escolas está o distanciamento de sua realidade pessoal. O modelo vigente reforça a educação a serviço da exclusão, não da inclusão social.

Como entender, então, que um aluno egresso da classe popular, cuja família conviva com diversas dificuldades e problemas sociais, consiga assimilar aquilo que talvez pense não lhe pertencer?

Esta análise, portanto, parte do fracasso não apenas relacionado à distorção idade-série, mas também, segundo dados estatísticos, aos mecanismos de exclusão que mantêm relação direta com a desigualdade social, o que pode ser comprovado pela dificuldade que alunos da escola pública apresentam para “seguir o fluxo normal” (GUIMARÃES-IOSIF, 2009, p.21).

Sendo assim, analisar e refletir sobre as funcionalidades sociais da escola exige arregimentar, ou mesmo fazer coexistir, num mesmo viés de observação, elementos interdependentes, como: mecanismos sociais de exclusão, formação de currículo e os direcionamentos dados à instituição escola na condição de ente político. Esses elementos são imprescindíveis para pensarmos os sujeitos e suas distinções, a cultura e suas representações, o poder e as hierarquizações presentes em todas as instâncias da vida escolar, transitando por uma via de mão dupla que vai da sala de aula à enunciação e formação de propostas curriculares ou político-pedagógicas.

## NOTAS

- <sup>1</sup> O trabalho apresentado faz parte da Dissertação de Mestrado “Do fracasso escolar à distorção idade-série: caminhos percorridos pelas classes de aceleração do Projeto “Acelerar para Vencer”, defendida na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF)/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro no mês de setembro de 2013.)
- <sup>2</sup> É importante lembrar, por exemplo, que o interesse dos Estados Unidos no contexto educacional brasileiro data de outras épocas, outros governos e que, em 1964, durante o governo Castelo Branco, a interferência norte-americana “camuflada de assistência técnica” (GÓES, 1987, p. 33), por meio da USAID – agência internacional considerada confiável, tomou outra proporção, desnacionalizando a educação: Os Acordos MEC-USAID cobririam todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha [...]. (GÓES, 1987, p.33)

## BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca Neaera. *Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil*. London: Lynne Rienner, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzales. Experiências de aceleração: estamos inovando? In: OLIVEIRA, Isabel R. (Org.) *Contemporaneidade e Educação – Cidadania e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro, ano 5, n.8, 2000.

BASTOS, Sonia Regina Thiago. *Do fracasso escolar à distorção idade série: caminhos percorridos pelas classes de aceleração do Projeto “Acelerar para Vencer”*. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, 2013.

CUNHA, Luís Antônio; GÓES, Moacyr de. *BRASIL os anos de Autoritarismo. O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1987.

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação e fracasso escolar: questões para debate sobre a democratização da escola. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 13, p.123-134, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2005.

GENTILI, Pablo. *Pedagogía de la igualdad: ensayos contra la educación excluyente*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

GUIMARES-IOSIF, Ranilce. *Educação, pobreza e desigualdade no Brasil*. Brasília. Liber Livro, 2009.

MAINARDES, Jefferson. *Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem*. São Paulo. Cortez. 2007.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009 303. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 11 set. 2012.

SAMPAIO, Maria das Mercês. Aceleração de Estudos: uma intervenção pedagógica. *Revista Em Aberto* (Programa de Correção de Fluxo), Brasília, v.17, p.57-73, 2000.

SPOZATI, Aldaíza. Exclusão Social e Fracasso Escolar. *Em aberto*, Brasília, v.17, n.71, p.21-32, janeiro, 2000. Disponível em: <[www.publicacoes.inep.gov.br/.../%7B7a244c23-dea8-4e72-ae8e-680a83](http://www.publicacoes.inep.gov.br/.../%7B7a244c23-dea8-4e72-ae8e-680a83)>. Acesso em: 08 jul. 2012.

#### ABSTRACT

This study is based on observations performed in accelerated classes of the Project “Acelerar para Vencer” (PAV -2009/2012), implemented in our reality by the Department of Education of Minas Gerais State. It focuses on school failure and age-grade gap. This research seeks expand our understanding about the relation between school and individual expectations, leading us to think about the right to education and the role of school as a political entity. Keywords: Project “Acelerar para Vencer”, school failure, age grade-gap.

## *La serpiente de oro: un retrato de la vida en la Amazonía Andina*

Ximena Antonia Díaz Merino

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE

### RESUMEN:

Ciro Alegría escribió con fidelidad sobre el indígena de la selva amazónica enfatizando tanto su relación con la naturaleza como las diferencias sociales, los abusos e injusticias sufridas por ese grupo humano subyugado a la clase superior peruana en la primera mitad del siglo XX. En *La serpiente de oro'* (1935) presenta la relación de los cholos balseros con el río Marañón, y cuestiona las consecuencias de la modernización a través de un ingeniero limeño que se interna en la selva para explotar sus recursos naturales.

Palabras-clave: Amazonía, indigenismo, Ciro Alegría.

Río Marañón, déjame pasar:  
eres duro y fuerte,  
no tienes perdón.  
río Marañón tengo que pasar:  
tú tienes las aguas,  
yo mi corazón

(Ciro Alegría,1971:12)

La figura del indígena hispanoamericano ha sido objeto de estudio y tema literario a lo largo de la historia, esto puede verificarse desde las crónicas de viajes a los relatos de los conquistadores y de los colonizadores, así como en la literatura indianista, indigenista y neo-indigenista. La imagen del indígena ha sido construida a partir de la mirada del “otro” o sea, de un escritor que no pertenece al universo cultural del indígena, pero aunque se trate de una descripción hecha “desde afuera” esos escritos permiten visualizar un importante sustrato cultural indígena. En lo que se refiere a la representación de lo autóctono americano y especialmente en la búsqueda de una identidad nacional andina es de gran importancia el período comprendido entre mediados del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX. En este espacio de tiempo surgió un amplio espectro de proyectos

raciales que fueron desarrollados por los intelectuales de la época, entre los que se destaca el indigenismo.

En la segunda mitad del siglo XIX el indianismo literario, desarrollado dentro del Romanticismo, tenía como objeto de estudio el “buen salvaje”, una narrativa que revelaba una imagen exótica e individualista del hombre americano. Más tarde Manuel González Prada (1976: 44) escribirá sobre el verdadero Perú aborigen reivindicando la necesidad de denunciar la condición del aborigen americano, especialmente del andino:

Al indio no se le predique humildad y resignación, sino orgullo y rebeldía. ¿Qué ha ganado con trescientos o cuatrocientos años de conformidad y paciencia? Mientras menos autoridades sufra, de mayores daños se libera. (...) En resumen: el indio se redimirá merced a su esfuerzo propio, no por la humanización de sus opresores.

De esa manera la narrativa indigenista llega para denunciar, factor que la diferencia totalmente de la narrativa indianista puesto que el indigenismo: *“es el estudio sociológico y antropológico del indígena iberoamericano, estudio que se proyecta sobre el plano político hacia la reivindicación social y económica de aquél”* (RODRIGUEZ-LUIS, 1990:41).

La estrategia utilizada por los escritores indigenistas para denunciar y reivindicar los derechos de los grupos autóctonos fue la descripción detallada de la condición inhumana en que vivían, como se puede observar en el siguiente fragmento de la novela *Huasipungo* (1934) del escritor ecuatoriano Jorge Icaza (1966:111-112):

Era la Cunshi que se había cagado en la cama como si fuera guauga tierna.

—Cumú si juera guagua tierna - repite el indio mirando las piernas y el culo embarrado de la hembra, sin atreverse a reprenderla, sin atreverse a decirle nada.

— Ve pes, tudíticu hechu’na pushca.

Saliendo a la puerta llama al perro: Totolo tototooooo.

Con cara de fiesta se presenta el animaluco y, a una indicación del amo, hace el aseo de las piernas de la enferma. El indio pasa la

mirada de la lengua del perro, que lame los excrementos, a la cara de la Cunshi, que sopla fiebre.

En el fragmento citado se observa la figura degradada del indígena ecuatoriano, además del uso de un lenguaje grosero. De acuerdo con el escritor mexicano Alberto Escobar (ALEGRÍA, 1971: 7) esto se debió a que:

[...] el “indigenismo” fue, en todas partes, un documento agrio, sombrío y rabioso que invocaba la esperanza por el camino del desengaño y de la indignación [...] Pocos períodos quedarán para la historia de nuestras letras, dominados, como ése, por una impresión tan deprimente: mosaico de figuras postradas y envilecidas.

Es importante recordar que, como lo han señalado varios críticos, la literatura indigenista se refiere a obras escritas por blancos o mestizos que tratan sobre los indígenas, sin embargo, Mariátegui (2002:306) enfatizó que esa literatura no debería ser descartada sólo por la herencia de sus autores y aseveró que:

[...] la mayor injusticia en que podría incurrir un crítico sería cualquier apresurada condena de la literatura indigenista por su falta de autoctonismo integral o la presencia, más o menos acusada en sus obras, de elementos de artificio en la interpretación y en la expresión. La literatura indigenista no puede darnos una versión rigurosamente verista del indio. Tiene que idealizarlo y estilizarlo. Tampoco puede darnos su propia ánima. Es todavía una literatura de mestizos. Por eso se llama indigenista y no indígena. Una literatura indígena, si debe venir, vendrá a su tiempo. Cuando los propios indios estén en grado de producirla.

Siguiendo el pensamiento de Mariátegui se considera que la literatura indigenista es un importante aporte para reflexionar sobre cómo se representó la presencia indígena en la literatura en una época en que se despreciaba todo lo indígena. Para llevar a cabo esta reflexión se considera necesario, en primer lugar, discutir el significado de concepto de mestizaje, para, enseguida, observar en la obra de Ciro Alegría la representación de los personajes indígenas.

Considerando que las cuestiones raciales en Latinoamérica han sido asunto permanente a lo largo de su historia y que han prevalecido por muchos años varios proyectos que posicionan lo occidental y a las personas

consideradas “blancas” superiores a las no-blancas, es oportuno rescatar algunos hechos como el que desde la conquista del “nuevo mundo” los españoles organizaron una jerarquía racial que les garantizaría la mayoría de beneficios y recursos. Más tarde, en inicios del siglo XVII el Inca Garcilaso de la Vega (2002:252) enumeró en *Comentarios reales* (1616) dieciséis divisiones raciales en el Perú. El Inca comenta que de las tres naciones: española, indígena, y negra, “*se ha hecho allá otras, mezclados de todas maneras, y para las diferenciar les llaman por diversos nombres [...]*”.

De acuerdo con Garcilaso, ocupan la cumbre de la pirámide los españoles y españolas nacidos en España, quienes son llamados de “*españoles*” o “*castellanos*,” lo que según el Inca proporciona más honor e indica que son “de más calidad por haber nacido en la patria” (2002:253). Mientras que los hijos de estas mismas personas, son denominados “*criollos*” o “*criollas*,” y son de un rango inferior por haber nacido en las “*Indias*” (2002:253). Esta última clasificación provocó resentimiento entre los criollos hacia el sistema colonial y más tarde contribuyó para el deseo de independizarse de España. Garcilaso presenta con detalles cada unión posible y explica que “*A los hijos de español y de india, o de indio y española, nos llamamos mestizos, por decir que somos mezclados de ambas naciones*,” (2002:253); después comenta que “*mestizo*,” era el “*nombre impuesto por los primeros españoles que tuvieron hijos en Indias*” y señala que la mayoría de los mestizos asocian la palabra con menosprecio (2002:253). Escribió también, que “*Al hijo de negro y de india, o de indio y de negra, dicen mulato y mulata. A los hijos de éstos llaman ‘cholo’ un vocablo empleado por los españoles por ‘infamia y vituperio’ que quiere decir ‘perro’*” (2002:253). Como se observa, los escritos de Garcilaso ilustran claramente una jerarquía que privilegia al blanco y menosprecia al indígena, al mestizo y al blanco nacido en América.

Como consecuencia de los estereotipos negativos asociados a los grupos no-blancos el racismo científico condenó el mestizaje, con lo que se difundió la noción de que las personas híbridas heredaban los rasgos negativos de los grupos primitivos, y consideraba especialmente perniciosos a los indígenas (NOUZEILLES, 2004:289). La idea de que el mestizaje tenía efectos negativos perduraba aún a finales del siglo XX, como puede observarse en la definición de María Moliner (1994:402) sobre el vocablo mestizar: “*adulterar la pureza de una raza por el cruce con otras*”. A pesar de considerarse que la heterogeneidad racial de los países hispanoamericanos representaba un obstáculo para el progreso y la civilización los intelectuales del período posterior a la Independencia de los Estados Americanos (1810-1825), no aceptaron que por ser de Hispanoamérica una persona blanca fuera inferior

a una persona blanca de Europa. Consideraron esta heterogeneidad un camino para la construcción de identidades nacionales homogéneas uniendo las poblaciones racial y étnicamente diversas, condenando, de esa manera la noción negativa de mestizaje. De acuerdo Nouzeilles (2004:291) este modelo fue el que dominó en México y fomentaba el mestizaje entre los elementos raciales ya presentes en la población.

También de acuerdo con Gabriela Nouzeilles (2004:291), otros proyectos raciales abogaban por el mestizaje pero unido a un proceso de blanqueamiento facilitado por programas de inmigración masiva de Europa. Según la interpretación del pensamiento del racismo científico hecho por las élites, con estas medidas se podía esperar la homogeneización de las diferentes poblaciones creando países más estables y productivos.

Los cuestionamientos referentes a los proyectos raciales han sido abordados y discutidos por escritores hispanoamericanos en sus obras, sobre este hecho Gloria Hintze de Molinari (1999:106-107) declara que la “*actitud de renovación*” en la narrativa del siglo XIX en Hispanoamérica convierte la novela en el espacio apropiado para la manifestación y definición de roles de los sujetos que componen las nuevas repúblicas; en ella aparecen temáticas relacionadas con la reflexión sobre la nacionalidad, la construcción de la identidad nacional y la de los sujetos nacionales. Este tipo discursivo es el instrumento eficaz para promover el desarrollo y la representación de las nuevas preocupaciones de la sociedad y se presenta como respuesta válida a los requerimientos de un nuevo público lector.

En este proceso de renovación narrativa la nación y sus sujetos, así como la aproximación a la realidad indígena ha sido tema de obras de muchos autores hispanoamericanos, los cuales han alcanzado diversos grados de aproximación, conocimiento y penetración al mundo andino. Ese es el caso de Ciro Alegría (1909-1967), escritor, educador y periodista peruano, que retrata en sus primeras tres novelas el alma indígena: *La serpiente de oro* (1935), *Los perros hambrientos* (1939) y *El mundo es ancho y ajeno*<sup>37</sup> (1941).

De acuerdo con Ángel Rama (1987:142) la narrativa indigenista “*extiende la reclamación que formula a todos los demás sectores sociales oprimidos y se hace intérprete de sus reclamaciones que entiende como propias*”, es un grupo de intelectuales que fue la voz de las reivindicaciones de los indígenas, una masa humana menos favorecida socialmente, que pasó a ser el asunto principal de los escritos indigenistas. Textos en los que se denuncia el racismo, la explotación y la situación de miseria impuesta por las clases andinas dominantes sobre los indígenas. Los autores indigenistas a pesar de no pertenecer al universo

sobre el cual escriben se preocupan en producir un discurso lo más fidedigno posible de la realidad indígena descrita, revelando un conocimiento profundo de esos grupos sociales.

Estas narrativas se caracterizan por el énfasis colocado en la descripción del paisaje, de la naturaleza, de sus personajes, de las costumbres y hábitos, así como de la situación socio-política de los grupos indígenas que son tema de sus narraciones. Por lo tanto se constata que los indigenistas se alejan de la literatura indianista del siglo XIX en la que los indígenas eran elementos de fondo de la narrativa, siendo retratados a través de una imagen exótica e idealizada. En las narrativas indianistas tampoco se cuestionaba la situación del indígena dentro de la sociedad hispanoamericana, mientras que el indigenismo objetiva justamente ser un medio de denuncia de las injusticias a las que la sociedad indígena era sometida. De tal manera que las principales diferencias entre el indianismo y el indigenismo podrían resumirse en tres puntos: tono de denuncia, alejamiento de la imagen romántica del indígena y la familiaridad o intimidad de los autores indigenistas con el mundo relatado, teniendo como prioridad presentar un indígena de carne y hueso. En este tipo de narrativa el indígena deja de ser paño de fondo para ser el personaje principal, retratado de forma realista y no más idealizado ni exótico.

### NARRATIVA INDIGENISTA DE CIRO ALEGRÍA

Ciro Alegría escribió con fidelidad sobre los temas concernientes a los problemas de la opresión indígena, así como sobre las diferencias sociales que sufridas por los indios peruanos sometidos a la cómoda y exigente clase superior peruana. Sus obras constituyen documentos de protesta sobre la situación del indígena, puesto que Perú, al igual que la mayoría de los países latinoamericanos, presenta problemas graves en lo que se refiere a la integración indígena, un grupo humano marginalizado y olvidado que para protegerse y preservar su cultura se refugió en la sierra o en la selva peruana, regiones alejadas de la civilización urbana del siglo XX, una realidad en la que predomina el analfabetismo y la superstición. La situación indígena peruana ha sido estudiada y narrada a lo largo de décadas sin llegar a alcanzar el verdadero espíritu indígena, constituyendo el denominado “indigenismo desde afuera”, pero será a partir de los escritos de Ciró Alegría que se comienza a hablar de un “indigenismo desde dentro”, una realidad vista y relatada por un hombre que estuvo en contacto directo,

desde su niñez, con indios y mestizos, como el propio Alegría (1941) lo registró en el prólogo a la décima edición de *El mundo es ancho y ajeno*:

[...] Nací en una hacienda, crecí en otra— ambas pertenecientes a la provincia de Huamachuco, en los Andes del Norte del Perú, y desde niño hube de andar largos caminos para ir a la escuela y el colegio, situados en la ciudad andina de Cajabamba y en la costaña de Trujillo. Así me llené los ojos de panoramas y conocí al pueblo de mi patria. Mujeres de la raza milenaria me acunaron en sus brazos y ayudaron a andar; con niños indios jugué de pequeño; siendo mayor alterné con peones indios y cholos en las faenas agrarias y los rodeos. En brazos de una muchacha trigueña me alboreó el amor como una amanecida quechua. Y en la áspera tierra de surcos abiertos bajo mis pies y retadoras montañas alzadas frente a mi frente, aprendí la afirmativa ley del hombre andino.

En sus narraciones, Alegría hace una trasposición de esas vivencias y recuerdos por lo que se pueden considerar relatos realistas. Describe de forma minuciosa los personajes y la naturaleza, demostrando un alto grado de intimidad con los hechos narrados. Alegría revela que para sobrevivir en esa naturaleza exuberante e indomada, esos “cholos” tienen que adaptarse a ella al mismo tiempo que la modifican para poder satisfacer sus necesidades cotidianas, así también se hace patente la opresión que ejercen los dueños de tierras sobre la masa indígena, secuela dejada por la Colonia. Es a través de estas problemáticas que el autor peruano revela el drama social del indígena andino en la primera mitad del siglo XX, dando especial atención a las historias que oyó de la boca de algunos indios que llegaban con cierta regularidad a la hacienda de sus padres en busca de refugio y alimentación, como se puede observar en la siguiente declaración de Alegría (1941):

[...] Un día llegó a refugiarse un indio comunero llamado Gaspar y otro día un indio colono llamado Pancho. Ambos contaron dramáticas historias. Gaspar andaba perseguido por sublevarse y gran parte de las tierras de su comunidad le habían sido arrebatadas. Pancho llegó con el poncho en hilas, arreando un mohíno jumento que cargaba todos sus bienes y seguido de su escuálida mujer y su hijo, un pequeño de grandes ojos asustados. La Policía no arribó nunca por Gaspar, pero comprendí toda su nostalgia de la tierra perdida una vez que lo oí tocar su antara, desgarradamente, tarde la noche y en soledad [...]

La hacienda está en las riberas del río Marañón. Una vez llegó un hombre de río abajo, con una enorme llaga tropical que le estaba comiendo un brazo. Mi padre lo curó y él se quedó a vivir en Marcabal. Se llamaba Manuel Baca y era un gran narrador de cuentos y sucesos, fuera de ser diestro en cualquier faena [...].

En lo que se refiere a la relación hombre-naturaleza los escritores hispanoamericanos han narrado la exuberancia de los más variados espacios geográficos, uno de ellos ha sido la región de la Amazonía, y del río Amazonas en especial. Sobre la relación hombre-naturaleza-selva amazónica peruana podemos citar la primera novela de Ciro Alegría titulada *La serpiente de oro* (1935), un discurso regionalista que revela la relación del indígena peruano con el río Marañón, importante río del Perú y uno de los principales afluentes del curso alto del río Amazonas en la vertiente del Atlántico. La obra fue escrita durante el tiempo de exilio en Chile y le mereció en el mismo año de su publicación (1935) el primer lugar en el concurso de la Editorial Nacimiento auspiciado por la Asociación de Escritores de Chile.

En esa novela corta, que se insiere en la denominada “novela de la tierra” circunscrita dentro del indigenismo, se narra la lucha por la sobrevivencia en un espacio dual: el que al mismo tiempo que ofrece sustento, riqueza y admiración, por otro, su exuberancia indómita inspira temor. La novela de Alegría revela una región habitada por los “cholos” peruanos, una sociedad mestiza fruto de la mezcla entre españoles y sudamericanos. La lectura va revelando un mundo desconocido para el lector: sus costumbres, su folclore, su lengua indígena (quechua) y su lengua popular (quechua-español), donde el relato oral pasado de generación en generación toma una dimensión vital para sus habitantes:

Don Juan conocía la vida de la región a través de la suya, luenga y trabajada, y se remontaba al pasado con las propias palabras de sus antecesores. En las agrestes realidades pureñas la palabra rueda de boca en boca y cada relato pasa de los padres a los hijos y a los hijos de los hijos hasta nunca acabar. Cuando los hombres de las serranías abren sus bocas aparecen jirones irrevelados de épocas lontanas con toda su frescura y su propio sabor. El relato es cifra, letra, página y libro. Pero libro animado y vivo. (ALEGRÍA, 1971:52)

De esta manera, el lenguaje pasa a ser un elemento importante en la configuración de la literatura indigenista puesto que para alcanzar una mayor

veracidad es necesario registrar la lengua utilizada por los indígenas, presentada en la obra a través del lenguaje de los personajes. Esta técnica se expresa a través de una nueva ortografía y una nueva sintaxis, que registran la peculiar forma de hablar de esos hombres y mujeres como se puede observar en el siguiente fragmento de *La serpiente de oro* (1971: 45):

Si, pué —dice don Matías— cosita que quisiera saber es la muerte e los pajaritos. Nunca mei encontrao nuño muerto puel campo salvo al que lo haiga desplumao una culebra (...) pero entón se nota. Muerto po su muerte mesma nunca”.

En *La serpiente de oro* Alegría trata del cotidiano de los cholos balseros del valle de Calemar, a orillas del río Marañón. El autor destaca el estrecho contacto que se establece entre hombre y naturaleza: “El hombre es igual al río, profundo y con sus reveses, pero voluntarioso siempre” (ALEGRÍA, 1971: 12). Los calemarinos reverencian al río que es su fuente de trabajo y de alimento, pero a la vez le temen pues es la fuerza que eventualmente les puede arrebatar sus bienes y hasta la propia vida. En esta novela el personaje principal es el río, pues rige la vida del hombre que vive de él, como lo registró Alegría (1941) en el Prólogo a la décima edición de *El mundo es ancho y ajeno*:

Con *La serpiente de oro*, como ya he manifestado muchas veces, no pretendí escribir una novela al modo clásico. Quería que el personaje central fuera el «Marañón» mismo, presidiendo la vida de los balseros y gentes de aquellas regiones, presentada en cuadros rápidos de los cuales el nexo fundamental sería el río.

La trama puede ser localizada en las décadas de 1910 y 1920, ya que la recreación novelística de Alegría se concentra en los años de su niñez, época en que estuvo en contacto con la gente y los escenarios mencionados en sus obras.

Paralelamente a la vida de los balseros se relata la aventura de un ingeniero de la capital peruana, Osvaldo Martínez de Calderón, quién se interna en la región selvática para crear una empresa y explotar sus recursos naturales. Martínez de Calderón planea bautizar la empresa como “La serpiente de oro”, nombre que aludía a la forma serpenteante del río y a sus riquezas auríferas. El ingeniero ve con desdén a los cholos, es un hombre que cree que sólo con su sabiduría capitalina puede vencer a la naturaleza, sin embargo esa sabiduría no logra salvarlo de la muerte después

de ser picado por una serpiente amarilla, sin poder cristalizar su ambicioso proyecto. Alegría (1971: 150) revela la impotencia del hombre ciudadano ante la Naturaleza mediante los pensamientos que el ingeniero tiene poco antes de morir:

Todo lo que le rodea es tremendo, sorprendente, y no sabe él mismo de los abismos que ha atravesado en cuerpo y alma, ni de los que podrá cruzar todavía. Y luego piensa que el hombre cuenta poco en estos mundos, y dice, hablando en voz baja, para sí mismo:

¡Aquí la Naturaleza es el destino! [...]

No dice más, pues da un salto al sentir una punzante mordedura en el cuello. Se vuelve ante algo que le chicotea el hombro y logra ver una serpiente amarilla [...].

El relato, a través de diversas voces, continúa contándonos sobre la vida de los cholos balseros, los cuales transmiten su oficio de generación en generación. De acuerdo con el propio Alegría, esta novela es considerada literatura indigenista debido a la orientación realista de su narración, en la que revela episodios autobiográficos. En su discurso del Primer encuentro de Narradores peruanos, realizado en Arequipa en 1965, Alegría (1986:32), declaró: “[...] *mis primeras vivencias novelescas las he vivido en el pueblo norteño del Perú, un pueblo indo-hispánico, mestizo, donde el indígena ya no se traduce a través del quechua pero sí a través de una sensibilidad [...] influida por elementos hispánicos*”.

Las palabras del escritor peruano revelan su experiencia de vida junto a las comunidades indígenas del norte del Perú confirmando su intimidad con la realidad andina tema de sus escritos.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Prólogo a la segunda edición de la editorial Losada La serpiente de oro de Ciro Alegría.
- <sup>2</sup> Prólogo a la décima edición de El mundo es ancho y ajeno. Novelas completas de Ciro Alegría. p. 327.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRÍA, Ciro. "Prólogo". *El mundo es ancho y ajeno* (1941). Disponible en <http://www.luisemiliorecabarren.cl/?q=node/861>. Acceso en 29 de diciembre de 2011.
- \_\_\_\_\_. *La serpiente de oro* (1935). Prólogo de Alberto Escobar. Buenos Aires: Losada, 1971.
- ALEGRÍA, C., ARGUEDAS, J. M. et al. *Primer encuentro de narradores peruanos*. 2ª ed. Lima: Latinoamericana Editores, 1986.
- CORNEJO POLAR, Antonio. *Escribir en el aire*. Lima: Editorial Horizonte, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O condor voa: Literatura e Cultura Latino-Americanas*. Org. Mario J. Valdés. Trad. Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. *La novela indigenista*, Lima: Lasontay, 1980.
- ESCAJADILLO, Tomás. *La narrativa indigenista peruana*. Lima: Amaru, 1994.
- GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios reales* (1616). Edición Enrique Pupo-Walker. 3ª ed. Madrid: Cátedra, 2001.
- GONZÁLEZ PRADA, Manuel. "Nuestros indios". *Horas de lucha*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.
- HINTZE DE MOLINARI, Gloria. "Género e indigenismo." *Cuadernos Americanos* 74, 1999. pp. 106-113.
- ICAZA, Jorge. *Huasipungo*. La Habana: Casa de las Américas, 1966.
- MARIATEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 5ª ed. México D.F.: Era, 2002.
- MOLINER, María. *Diccionario del uso de español*. Tomo II. Madrid: Gredos, 1994.
- NOUZEILLES, Gabriela. "The Transcultural Mirror of Science: Race and Self-Representation in Latin America." *Literary Cultures of Latin America: A Comparative History*. Edición: Mario J. Valdés y Djelal Kadir. New York: Oxford University Press, 2004. 284-299.
- PIZARRO, Ana (Org). *La literatura latinoamericana como proceso*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. 3ª ed. México: Siglo XXI, 1987.
- RODRIGUEZ-LUIS, Julio. "El indigenismo como proyecto literario: revaloración y nuevas perspectivas". In: *Hispanoamérica* 55, 1990. pp. 45-50.
- SACOTO, Antonio. Jorge Icaza: "El indigenismo ecuatoriano". *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*. Lima, año XVII, n° 33, 1º. sem. 1991, pp. 253-259.



## Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras=chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitas no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.